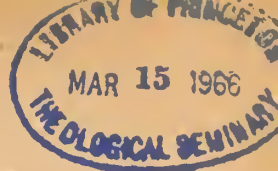
# CRISTO

## E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO

## Outras Publicações

1. CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO — Volume 1
   Narrativa, em forma de diária, de tâda a semana da Conferência do Nordeste.

2. EVANGELIZAÇÃO E POLÍTICA — Ph. Manny
   Um estudo atual sâbre as relações e compromissos da Igreja com a sociedade contemporânea.

# CRISTO

## E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO



CONFERÊNCIA DO NORDESTE
IV Reunião de Estudos
Setor de Responsabilidade Social da Igreja
CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA DO BRASIL

**Recife, julho, 1962**

# ÍNDICE

**RECOMENDAÇÕES DOS GRUPOS DE ESTUDO**

FRONTEIRA ECONÔMICA



FRONTEIRA CULTURAL



APÊNDICE

# A IGREJA E A SUA RESPONSABILIDADE SOCIAL*

Pastor **ERNST SCHILIEPER**

Não é minha intenção apresentar um estudo completo sôbre a Igreja e sua responsabilidade social. Quero examinar o assunto apenas sob aspecto que considero essencial: qual é o significado da palavrinha «e»? Ou então: qual é a relação entre Igreja e responsabilidade social? Ou: por que e em que sentido a Igreja é responsável pela sociedade?

A sociedade a que nos referimos é a sociedade humana, é o homem em seu convívio com os outros homens. A Igreja não pode desinteressar-se pelos homens porque é a Igreja daquele que, por amor, se tornou irmão de todos os homens; a Igreja é responsável e isso quer dizer: ela é chamada a responder e a corresponder, em tôda a sua atuação, a êsse determinado fato, que é o fato central do evangelho: a encarnação de Deus. Deus se tornou homem — e dêste fato emana a responsabilidade da Igreja pelo homem, pelo homem em tôdas as relações de sua existência.

Deus se tornou homem: isso não é um argumento ideológico, mas fato da história: é a história de Jesus Cristo, que não veio para ser servido, mas para servir; não para condenar, mas para procurar e salvar o que estava perdido. Essa história da vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo é fonte, fundamento e único

---

* Palestro pronunciodo em Reuniõo de Consulta sôbre Igrejo e Sociedode, promovido pelo Setor de Responsobilidode Sociol do Igrejo (Umuorono, obril de 1963), quondo se oprovou um plono de estudo e oçõo para o período de cinco anos.

critério de tôda a atuação da Igreja. E a sua responsabilidade social só pode ser a sua resposta a êsse fato, resposta em atos concretos na situação em que se encontra.

Deus se tornou homem e isto confere à pessoa humana uma dignidade incomparável. E se é meu Senhor aquêle que veio para servir e ajudar, a minha resposta só poderá consistir na minha responsabilidade pelo homem que está ao meu lado e por sua existência tôda. Assim, o amor de Deus é a carta de autorização da responsabilidade social da Igreja.

E por essa mesma razão a Igreja é impedida de gloriar-se perante o Senhor ou perante o mundo de sua atuação; é-lhe vedado, igualmente, menosprezar o que é feito neste terreno por outros. Também o Estado tem o seu mandato de Deus, e é sua tarefa favorecer o bem e impedir o mal, estabelecer as normas de vida humana, por meio da lei e do poder. É ao Estado que compete essa tarefa. Mas, por isso, a Igreja não deixa de ser responsável. Os seus meios, contudo, são outros. Ela atua essencialmente por meio da palavra, a palavra pregada, a qual tem a promessa de não voltar vazia, mas de fazer e executar aquilo para o que foi enviada... A situação social da Igreja só será legítima, e não intromissão em terreno alheio, se fôr a resposta daqueles que ouviram a palavra, resposta por meio da qual testemunham perante o mundo, em atos concretos e visíveis, o que lhes foi dado em Cristo. Cristo morreu não só por mim, mas pelo outro, por todos. Por isso o **outro** nunca será apenas objeto de nossa caridade, ao qual por piedade damos um pouco do muito que nos foi confiado; o **outro** só nos pode ser homem — irmão — pelo qual Cristo deu a sua vida.

Deus, em seu amor, não esperou até que os homens se chegassem a êle; mas na sua condescendência veio a nós, para procurar-nos aqui, onde realmente temos a nossa existência. A Igreja, que por obediência quer realmente servir aos homens, não poderá permanecer imóvel no seu lugar, encerrada em si mesma, como um recinto de portas fechadas; é seu dever corresponder à ação divina procurando também ela os homens ali onde realmente se encontram; por isso deve sempre estar aberta para novos caminhos e formas não usadas nem previstas em suas tradições. E dessa sua incumbência, de procurar o homem, ela

só pode desempenhar-se num espírito de solidariedade integral, solidariedade que não provém de uma simpatia natural, mas do saber: êste outro é meu irmão. Deus sempre nos procura pelo irmão, e isso quer dizer: em primeiro lugar pelo irmão que sofre, que é oprimido e subjugado, e do qual Cristo disse: o que fizestes a um dêstes seus irmãos mais pequeninos, a mim é que o fizestes. Êsse tipo de solidariedade cristã não pode limitar-se a uma esfera privada, não é com a **Caritas** de homem para homem que é cumprido o grande mandamento. Êsse mandamento exige a nossa atuação responsável também no terreno da ordem política e social. A Igreja não pregará a revolução como meio para conseguir uma nova ordem de justiça social — ela sabe que Cristo não seria seu aliado na revolução; mas, nem tão pouco, a Igreja resignará perante a realidade existente, mas examinará tôdas as possibilidades de melhorá-la, com todo o conhecimento e tôda a prudência. É o seu dever alertar as consciências e mostrar oportunidades concretas, de fazer planos, certamente planos bons e menos bons, e assim ajudar aos seus membros a assumir a sua responsabilidade cristã em todo os setores da vida humana, para que tenham olhos abertos para as necessidades e aflições e injustiças, como oportunidades oferecidas por Deus — e Êle espera pela nossa resposta, pela nossa ação.

Mas, como tudo o que faz, a Igreja será modesta. Sabe que não lhe foi dada a promessa de serem os cristãos necessàriamente os melhores técnicos, políticos, ou economistas. E sabe que não se pode entregar a um cego ativismo que vive da ilusão de que com a fôrça humana poderia transformar o mundo, poderia vencer o sofrimento, a aflição, os podêres do mal. E, no entanto, somos chamados a agir e lutar. Mas essa luta só pode ser feita na certeza de que já foi conquistada a vitória sôbre os podêres do mal e da injustiça. De Deus é a vitória, e Êle não deixa o mundo que é seu, não deixa os homens entregues a si mesmos. Deus está no mundo, dêle é a vitória, é todo o poder. Mas, que sentido então pode ter ainda lutar aqui na terra contra a aflição, a injustiça, a opressão? A resposta só pode ser: justamente porque Deus está presente no mundo, tanto mais somos chamados a fazer a sua vontade, contida no grande mandamento: amarás ao Senhor teu Deus e amarás ao teu próximo. Mais do que êsse antigo man-

damento também hoje nos múltiplos problemas da vida humana não nos é dado.

A Igreja não tem uma solução pronta para os problemas da vida social. Mas ela tem, para todos os setores da vida humana, êste grande mandamento, pelo qual somos chamados a erguer sinais — mais não podemos fazer — erguer sinais, em meio dêste nosso mundo, que de tradições estarrecidas e de fanatismo ideológico só pode morrer, erguer sinais da realidade de Deus, de seu reino, de seu amor — confiando onde, com nossas fôrças depararmos com barreiras intransponíveis, que Cristo as há de vencer, porque Êle em todo o caso cumprirá a sua promessa: bem-aventurados os que têm fome e sêde de justiça — porque êles serão fartos.

# INTRODUÇÃO

A Conferência do Nordeste! Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro! Certamente o presente volume renovará algumas discussões em tôrno do encontro nacional que o Setor de Responsabilidade Social da Igreja promoveu em julho de 1962, no Recife. E isto é bom. A preocupação da Igreja pelo homem, e portanto pela sociedade na qual êle vive, não pode eximir-se do diálogo tantas vêzes incômodo com os «podêres dêste mundo». A presença das fôrças **seculares** é tão dinâmica, as formas que ideologias materialistas vão tomando têm aparência de tal modo **espiritual**, que a presença dos cristãos por vêzes parece diluída e a sua participação no mundo não chega a firmar bases de uma ação que ultrapasse a esfera individual. E isto, no mundo de hoje, é grave. A sociedade contemporânea está constituída de grupos organizados, pequenos e grandes — partidos, sindicatos, associações, ligas, entidades de todos os tipos e formas — que hoje falam coletivamente e refletem a grande divisão social e política da atualidade. Se queremos, como cristãos, agir e influenciar no mundo, devemos entrar nas estruturas existentes e dialogar com o homem dentro delas.

A Conferência do Nordeste foi, antes de tudo, grande esfôrço neste sentido: levar a Igreja a falar a linguagem da época em que vivemos e a encontrar-se com a sociedade brasileira. Aos esforços para compreender e interpretar o movimento atual, promovido com verdadeira paixão pelas mais variadas correntes, faltava uma tentativa **nossa**, cristã. A Conferência do Nordeste foi a experiência. 167 delegados de 17 Estados, representando 16 denominações, se reuniram para um encontro que era em si

mesmo diálogo e tentativa de orientação para presença mais efetiva na fronteira cultural, econômica e política. Os acontecimentos no setor rural, educacional, estudantil, industrial, e outros, precisam de nossa presença em têrmos atuais. Temos de examinar os eventos à luz da fé cristã. Mas qualquer análise realista, concreta, deve partir do encontro, do diálogo com aquêles que se acham nas esferas onde a luta de cada dia se manifesta em tôda a sua potencialidade.

A tentativa de entrar concretamente na análise da situação presente não significa, entretanto, que cabe à Igreja apontar ou adotar uma ideologia ou um sistema político ou social. A tarefa da Igreja é aceitar o desafio do momento e proclamar a soberania de Jesus Cristo. A Conferência do Nordeste significa que todo esfôrço que parte da Igreja deve demonstrar a evidência de ação de Deus no mundo. Aceitamos os técnicos e necessitamos dêles para compreender melhor os fatos; compartilhamos e dialogamos, sem mêdo e sem complexos, com as próprias fôrças que negam o senhorio de Jesus Cristo. Mas nós o fazemos como Igreja, sob o pêso e do mistério da Encarnação —. Evento supremo e definitivo da História. Em obediência sabemos que os novos esforços têm sentido e lugar na história do Brasil de hoje e no momento internacional que atravessamos.

O presente volume, o segundo, (o anterior se constitui de narrativa do dia-a-dia da Conferência) registra, assim, êsse encontro entre o teólogo e o sociólogo; o teólogo e o economista; o teólogo e os «engajados» nas situações cotidianas. No final do livro encontram-se as recomendações dos grupos de estudo, meras sugestões que as igrejas e os cristãos devem examinar e decidir se cabem como formas de ação dentro da comunidade em que vivem.

Pelo que se pode notar, os nomes escolhidos para o estabelecimento inicial do diálogo na Conferência do Nordeste — que continuou nos grupos de estudo — são dos mais representativos da Igreja e do movimento brasileiro. Por isto mesmo, e certamente pela seriedade de todo o trabalho realizado, algumas das preleções já foram divulgadas em jornais e revistas de renome e solicitadas no exterior. Mas é sempre oportuno lembrar ao leitor a importância da leitura de **tôdas** as preleções, o que oferece o Contexto da Conferência tôda, que não pode ser julgada apenas por uma palestra. Também deixamos claro que as circunstâncias aqui publicadas representam, como não podia deixar de ser,

o ponto de vista dos seus autores e servem, no plano geral da Conferência do Nordeste, como subsídio ao trabalho dos Grupos de Estudos (êstes aprovados pela Diretoria da Confederação Evangélica do Brasil) e como estímulo e ajuda para o estudo dos problemas sociais brasileiros.

Registramos aqui a expressão do nosso agradecimento aos ilustres preletores. Sem a sua contribuição não teríamos chegado a têrmo em nosso trabalho.

**WALDO A. CÉSAR**

Secretário-Executivo
Setor de Responsabilidade Sociol da Igreja

# CRISTO

## E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO

(CONFERÊNCIA DO NORDESTE)

# CRISTO E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO

Rev. ALMIR DOS SANTOS

Excelentíssimo Sr. Dr. Cid Sampaio, M. Digno Governador do Estado de Pernambuco, Excelentíssimo Sr. Cap. Jorge de Castro, digno representante do Comandante da 7ª Região Militar, Excelentíssimo Sr. Deputado Dr. Paulo Guerra, Digno Representante da Assembléia Legislativa dêste Estado, prezados companheiros, componentes desta Mesa, minhas senhoras, meus senhores.

Coube-me a honra incomparável de ser, nesta hora, o intérprete da Comissão Organizadora da 4ª Reunião de Estudos do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil. E é sempre aconselhável que o orador, num auditório que lhe é estranho e para o qual também é êle totalmente estranho em grande medida, que comece por se apresentar, por dizer quem é, de onde vem e o que pretende. Apresento-me, distintos amigos e irmãos, perante vós, como um ministro do evangelho de Nosso Senhor Jesus Cristo, como representante do nosso Deus comum, que é o soberano senhor de tôdas as coisas, autor da nossa própria vida, perante o qual a nossa lealdade última se firma e se estabelece. Não ides ouvir, portanto, um técnico em economia, em problemas sociais ou relações humanas; ides ouvir alguém que, sob uma perspectiva definida, a perspectiva da fé cristã, irá examinar os problemas que nos assoberbam a mente e o coração, nos dias que correm. Sou brasileiro e brasileiro da quarta geração; do lado de minha mãe há índios, caboclos, de cujo sangue me orgulho nesta hora, sentindo-o correr nas veias. Do lado de meu pai, remotamente, quem sabe, algumas gôtas do sangue africano ainda hoje circulam em minhas veias.

Nesta categoria, amigos e irmãos ouvintes, de ministro do evangelho e de brasileiro, que eu me apresento perante vós para tratar do tema proposto: **Cristo e o Processo Revolucionário Brasileiro**.

Invertamos, apenas para ordem do nosso estudo, o tema — e comecemos por examinar aquilo a que chamamos **o processo revolucionário brasileiro.** No ano de 1954, na cidade de Evanston nos Estados Unidos, tivemos o privilégio de ouvir um grande líder da Igreja Evangélica daquele país. Já naquela data, há oito anos atrás, a temática daquele orador sacro era a seguinte: «Liderança para uma Época de Revolução». O que mais impressionava era o fato de ser êste tema proposto a ouvintes dos Estados Unidos da América do Norte, país cujo padrão de vida era, e ainda o é hoje, o mais elevado que se possa imaginar; e cujos problemas são notadamente diversos daqueles enfrentados pelos sul-americanos, latino-americanos, africanos e asiáticos. Ainda me recordo nìtidamente da introdução em têrmos candentes do orador ao seu auditório: «A revolução social é um fato no mundo de hoje. Ninguém a pode impedir. É uma coluna que caminha para a vitória e seus passos não podem ser embargados de forma alguma. Nós, americanos do norte, identificamos essa revolução social como comunismo, quando uma coisa nada tem a ver com a outra. Esta revolução está sendo realizada pelos povos do mundo que sofriam fome e resolveram ultrapassar êste problema; que viviam nus e reconheceram o direito que têm da vestimenta e do abrigo; que viviam na miséria e concluíram não ser êste estado, normal ou da vontade de Deus para a vida humana.»

É maravilhoso e extraordinário, é realmente extraordinário, que oito anos passados, um cidadão americano, um líder evangélico fizesse estas declarações. É portanto, lamentável, tristemente lamentável, que ainda hoje, em nosso país, existam aquêles cuja sensibilidade se choca ao ouvir as palavras: PROCESSO REVOLUCIONÁRIO E REVOLUÇÃO SOCIAL.

Que é que caracteriza, amigos e irmãos meus, em linhas gerais, êsse processo revolucionário ora em andamento em quase todos os países do mundo, mesmo naqueles onde perdura a estabilidade política e econômico-financeira? Analisemos o as-

pecto brasileiro. Em primeiro lugar, acredito que uma análise mais profunda da situação e da realidade brasileiras apontaria como primeira característica dêste processo revolucionário uma revolta generalizada do homem contra a atual situação em que vive grande parte da população. Quem já teve oportunidade de viajar pelo interior dêsse país, e se hospedar na casa de um fazendeiro ou no casebre do colono, ou conviver com o homem comum das ruas; quem já dominou léguas e léguas de poeirentos caminhos sôbre o lombo de um burro e sob um sol causticante, sabe que realmente nós estamos vivendo uma situação que não é a que desejaríamos ou gostaríamos que fôsse a situação brasileira.

Há dias atrás eu fazia uma palestra para depois abrir um pequeno parlamento com um grupo de operários de São Paulo no célebre Parque Industrial do ABC. Introduzindo o assunto, muitos pontos houve em que os irmãos do auditório divergiam uns dos outros, mas a certa altura eu lhes fiz uma pergunta cuja resposta surpreendeu pela unanimidade com que foi proferida. Eu perguntara apenas: «Quem aqui está satisfeito com a situação do Brasil?»

Eu gostaria de repetir a pergunta e respeitosamente começar pelo Excelentíssimo Dr. Cid Sampaio, ilustre Governador dêsse Estado, Sr. Dr. Paulo Guerra, digno representante da Assembléia Legislativa, e continuar até o mais humilde brasileiro dêste auditório: «Quem de nós está satisfeito com a atual situação do Brasil?»

A revolução social está em andamento, e é um grito de revolta, no bom sentido, de uma população que desperta para a consciência de que a miséria não é uma situação inelutável; de que a pobreza não é um quinhão distribuído por Deus com endերêço próprio a seus filhos.

A segunda característica do processo revolucionário brasileiro é a luta em que nos empenhamos para fugir ao subdesenvolvimento. De vez em quando ouço dizer que o problema prioritário do Brasil é o problema moral; e até certo ponto eu gostaria de reconhecer como verdadeira essa afirmativa. Não devemos esquecer aquela célebre doutrinação de São Tomás de Aquino, aqui citada de maneira insuspeita por um pastor protes-

tante. «Há um mínimo de condições exigidas para a prática da virtude». Reconhecia o grande doutor da Igreja Católica Apostólica Romana a existência de vidas em condições desumanas, condições tão injustas, tão negativamente inferiores que levam o homem à prática de atos catalogados em desacôrdo com os padrões morais vigentes na sociedade.

Eu sou adventício nesta cidade do Recife, é a segunda vez que tenho o privilégio de estar nesta bela cidade, de caminhar em suas ruas, de demorar-me sob suas árvores contemplando suas tradições. Mas vós sabeis que nesta cidade existe em verdade um tremendo problema de ordem moral e que êste problema é a decorrência legítima do subdesenvolvimento em que nos encontramos, da falta de recursos materiais para atender econômicamente às vastas áreas da nossa população.

Uma terceira característica do Processo Revolucionário Brasileiro é sem dúvida alguma a afirmação que o Brasil, como nação, está querendo fazer de sua própria personalidade. Há duas palavras, meus amigos, que eu gostaria de lembrar nesta altura: AUTODETERMINAÇÃO E NACIONALISMO. Eu sei que são palavras passíveis de servirem de bandeira a fins mais impróprios; eu sei que a palavra **nacionalismo** muita vez tem abrigado sentimentos de fins inconfessáveis. Mas nesse momento quando falamos em **nacionalismo,** e **autodeterminação,** queremos realmente, e de fato, afirmar a nossa independência de pensamento, de diretrizes, de maneira de agir, em meio às demais nações do mundo. Nesse momento nós queremos ser Senhores de nossos destinos.

Não queremos permitir que ninguém nos venha dizer como nós devemos andar. Se isto é pecado, amigos e irmãos, tôdas as nações do mundo estão em pecado. E nenhuma delas teria realmente a ousadia de moralmente nos atirar a primeira pedra. Chegou o momento em que nós brasileiros sentimos na consciência todo o nosso dever. Queremos escrever a nossa história com o nosso próprio papel.

Queremos ser BRASILEIROS, conduzir os destinos da nossa pátria como melhor nos aprouver. Se errarmos, não seremos os primeiros. No entanto, se acertarmos aí estará a recompensa pela vitória.

Mas, que teria Cristo a ver com tudo isto? Eu me reporto a esta altura a um texto da palavra de Deus, caríssimos irmãos e amigos, que parece revelar a preocupação de Jesus Cristo com alguns dos problemas que nós brasileiros hoje enfrentamos. Diz o texto — «E indo êle para Nazaré onde fôra criado, entrou num sábado na Sinagoga segundo seu costume, e levantou-se para ler e lhe deram então o livro da profecia de Isaías, e abrindo o livro achou o lugar onde estava escrito — «O Espírito do Senhor está sôbre mim, porque êle me ungiu para evangelizar aos pobres, enviou-me para proclamar a libertação aos cativos e restaurar a vista aos cegos, para pôr em liberdade os oprimidos e apregoar o ano aceitável do Senhor». Tendo fechado o livro devolveu-o aos escribas e sentou-se. E todos na Sinagoga tinham os olhos fitos Nêle. Então passou Jesus a dizer-lhes: «Hoje se cumpriu a escritura que acabais de ouvir».

Alguns exegetas têm cognominado êste texto, Luc. 4. 16-21 e mais especìficamente o versículo 18, como sendo o programa social de Nosso Senhor e Salvador Jesus Cristo. Examinando ràpidamente êste programa, concluímos: O primeiro ponto do programa de Jesus foi êste que o espírito do Senhor estava sôbre Êle para anunciar as boas-vindas aos pobres. Alguém disse que quando nós não sabemos o que fazer com um texto bíblico que nos atrapalha damos um sentido espiritual e passamos adiante. É o que bàrbaramente se tem feito com êste texto tomando a palavra **pobres,** aqui no seu sentido espiritual mais puro, e escapando numa fuga tremenda da realidade que a própria vida de Jesus e o resto do seu ensino nos traz como documentação para interpretação dêste texto. O ESPÍRITO DO SENHOR ESTÁ SÔBRE MIM PORQUE ÊLE ME ENVIOU A APREGOAR AS BOAS NOVAS AOS POBRES, ISTO É, AOS ECONÔMICAMENTE DESERDADOS, mas, realmente, quais seriam estas «boas-novas?» Deveriam êles tornarem-se contentes com a sua pobreza? É esta de fato a interpretação nossa? O que não aceitamos de forma alguma, ou seja, a pecha de que a religião seria um mero ópio — muito embora essa interpretação seja corrente em muito tipo de religião que conhecemos — não estaria aí corroborada? Deveríamos nós admitir cômodamente que os nossos irmãos estariam apenas contentes com a sua pobreza? Ofereceria Jesus apenas uma recompensa

num outro mundo como tributo a alguém que vivesse econômicamente deserdado aqui na terra?

Se isto fôsse verdade, amigos e irmãos, o evangelho e a religião não teriam a menor relação com as nossas atividades humanas, nossos problemas, nossas necessidades. A única boa-nova para o pobre é a de que a pobreza vai acabar. Porque a pobreza amigos, não é da vontade de Deus, a pobreza é da vontade do homem. Tècnicamente, hoje está provado que temos recursos para acabar com a pobreza do mundo. Precisamos aceitar a implicação moral dêste ato e dêste fato para realizar meus irmãos, esta primeira parte do programa de Jesus Cristo, anunciando aos pobres que a sua pobreza terá fim, que a sua pobreza há de acabar, que a sua pobreza pode e deve ser abolida.

É curioso que a maioria das pessoas que entoam loas à pobreza não são pobres: a maioria das pessoas que fazem uma espécie de elogio à pobreza, estão realmente numa situação privilegiada; são realizadas na sua vida.

No segundo item do seu programa, Jesus diz que veio para proclamar libertação aos cativos, isto é, libertar os deserdados da ordem política e social.

Ninguém nega que em nosso país e em grande parte do mundo de hoje, existe um verdadeiro cativeiro. O homem explora o seu próximo e usa-o para os seus próprios fins. O programa de Jesus viria determinar o extermínio de tôda exploração e faria do homem um fim em si mesmo. Esta é a doutrina pura e sã do evangelho, o homem não é um meio, não pode ser transformado num meio. Êle é um fim em si mesmo porque foi criado à imagem e semelhança de Deus. Um grande existencialista judeu — e aqui devo explicar aos desavisados que não existe apenas o existencialismo materialista e ateu de Jean Paul Sartre, existe também um existencialismo cristão, um existencialismo católico, um existencialismo protestante e um existencialismo judeu — Martin Buber disse não ser possível analisar o homem na relação EU-ISTO, mas sempre na relação EU-TU, porque são duas personalidades. A relação EU-ISTO é a relação **eu** e alguma coisa, uma garrafa, um copo, uma cadeira, mas a criatura humana, por ser humana não poderia jamais ser tratada nesta relação.

Agora já se pode falar um pouco mais alto no Brasil a respeito da África. Antes, há bem pouco tempo isto não era possível. Um cidadão em visita àquele continente não faz muito tempo, homem respeitável, assistiu um quadro estarrecedor para o século em que vivemos. Negros amarrados pelo pescoço, a passar tijolos um para o outro; e aquilo era o que se considerava TRABALHO LIVRE na Angola do senhor Oliveira Salazar. Mas nós não precisamos sair das nossas fronteiras para encontrar os sinais da escravidão do homem pelo homem, da exploração do homem pelo homem. Jesus Cristo veio para proclamar liberdade aos cativos, para fazer quebrar os grilhões do escravo, para libertar o homem e despertar nêle novamente aquela glória e aquela grandeza que é realmente a imagem e semelhança de DEUS.

Não importa a côr de sua pele, não importa a casa onde êle more, não importa o grau de cultura que êle tenha, ou a sua fortuna, pelo simples fato de ser êle criatura de Deus e redimido por Jesus Cristo Nosso Senhor, o homem é de valor infinito. É interessante observar que a sofisticação de nossa sociedade criou quadros como êste: Se chega à nossa porta um cidadão bem vestido, de gravata, colarinho engomado, nosso filho o atende e volta correndo, «mamãe tem um **senhor** aí em nossa porta». Mas, se se trata de um mendigo esfarrapado que veio pedir esmola êle simplesmente diz, «mamãe, tem um **homem aí na porta».** E não é só a troca de palavras, mas a própria entonação da sua voz nos dá um sentido pejorativo a esta distinção que a ingênua criança, que se vai desenvolvendo para a vida, começa a fazer para classificar os indivíduos.

O terceiro ponto no programa de Jesus é a sua vinda para restaurar a vista aos cegos. Jesus veio portanto, para trazer também uma nova ordem para aquêles que estão cìvicamente deserdados. Alguém declarou, e esta afirmativa não se modificou muito, que o Brasil é um grande hospital.

Visitei na cidade do Recife um estabelecimento que merece tôda a nossa simpatia, todo o nosso apoio, tôda a nossa admiração, a Casa da Criança, e ali pude ver em pequenas camas tipo maca, crianças desidratadas, subnutridas recebendo os recursos que a medicina pode dar e os recursos que os podêres públicos podem oferecer, para ver se ainda se salva da morte prematura

um punhadinho de irmãos nossos; e perguntei para a enfermeira: «Duas numa cama?» E ela respondeu: «O Sr. veio aqui num dia que está mais folgado, há dias aqui de ter três.» Amigos, certa vez em Minas, eu deveria fazer, como pastor, o ofício fúnebre de um entêrro; morrera uma criança. Dai a uma semana morreu outra; daí há 15 dias morreu outra na mesma família. Na primeira vez eu procurei confortar aquela família dizendo que era a vontade de Deus. Mas da terceira vez eu não disse isto. Passei uma exortação na família e falei sôbre as condições em que viviam os colonos do fazendeiro em cuja fazenda aquilo estava se verificando dia a dia. Mais tarde o fazendeiro veio me dizer: «Reverendo, quando morrer gente aqui na minha fazenda, eu não chamo mais o senhor, porque o senhor não conforta, o senhor ainda traz mais amarguras pra gente. E eu respondi: Meu irmão, o senhor não precisa de confôrto, o senhor precisa é de outra coisa que eu não lhe posso dar. Êste quadro de miséria, de enfermidades, da falta de recursos que nos estão ceifondo milhares de vidas é a verdade inegável diante dos nossos olhos E Jesus disse que êle veio para trazer libertação aos cegos, apenas uma enfermidade êle tomou como símbolo para êste fenômeno das enfermidades que ceifam. Jesus Cristo também veio para pôr em liberdade os oprimidos. Os três primeiros itens do programa de Jesus se referem aos aspectos da vida material, econômico e social. O quarto se refere ao aspecto da vida moral e reconhecemos meus irmãos porque não somos materialistas, que mesmo quando a criatura humana tenha tudo que lhe fôr necessário, tenha satisfeito as suas necessidades econômicas, sociais, políticas, ainda assim ela não estará totalmente curada, porque aqui está uma barreira que não pode ser transposta por um sociólogo, um economista, ou um político, é o fato do pecado que está de maneira quase que indissolúvel arraigado à natureza humana. E Jesus Cristo se viesse apenas para libertar o homem do plano horizontal das coisas materiais, faria apenas uma das partes do programa que deve ser feito. E qualquer programa, hoje, que se esqueça da realidade do pecado na vida do homem, e da sociedade, porque a sociedade também é pecadora, estaria alienado .dos problemas dêste mesmo homem ou desta mesma sociedade.

Em certo país da Europa, um menino de boa família matou sua companheirinha. Êle tinha 15 anos e a garôta 14. Levado ao tribunal o juiz recomendou um reformatório, e despachou o seguinte laudo na sentença: «Êste menino não é o único responsável pelo crime que praticou, a sua comunidade é igualmente culpada».

Qual o tratamento meus irmãos e meus amigos que estamos dispensando à nossa infância? Qual objetivamente a nossa atitude frente a esta realidade do pecado humano? A resposta está no poder do evangelho de Jesus Cristo, que regenera e coloca o homem ao alcance do poder de Deus e torna o homem absolutamente curado pela graça salvadora de Deus em Cristo.

O último item do programa de Jesus anuncia que êle veio para apregoar o ano aceitável do Senhor. Se lermos Lev. 25: 10-11 encontraremos a base da interpretação de que era êste o ano aceitável do Senhor a que Jesus se referia. Jesus tomou uma festividade comum do seu povo, o povo judeu, para lhes dar uma interpretação de alcance universal. Em Levíticos o Senhor diz aos Israelitas: «O ano qüinquagésimo vos será jubileu; não semeareis, não segareis o que nêle nascer de si mesmo, nem nêle colhereis as uvas das vinhas, nem as serão podadas».

Fazendo uma pequena digressão sôbre o Direito Social Judaico, veremos a existência naquele código de leis de uma trilogia maravilhosa que se fôsse aplicada hoje, como convém, certamente resolveria muitos problemas. Havia em primeiro lugar os sábados, o dia do descanso: de sete em sete, um dia para descanso, norma que garantia ao homem trabalhador a liberdade do espírito. Esta é a função dos sábados. Antigamente na nossa pátria, nós tínhamos o domingo como dia santo. Nas grandes cidades hoje, imitando as grandes cidades da Inglaterra, nós estamos com o chamado «week-end», o fim de semana, unindo o sábado ao domingo, não para o descanso do espírito, mas, às vêzes, para as mais terríveis profanações. E ainda hoje em nossa sociedade êste primeiro ponto da trilogia do direito social judaico não é respeitado, muitas vêzes. Tenho conversado com alguns crentes da minha Igreja Evangélica. A dona de casa não pode deixar de ir a Igreja no domingo, mas a sua empregada tem que ficar em casa fazendo o almôço, o jantar, limpando a cozinha, cuidando

da casa para a família. Bem, ela não é personalidade humana, ela não é filha de Deus, ela não tem qualidades à cultivar, ela não tem alma para salvar: se lhe sobra tempo, que vá à Igreja fazer o seu culto, caso contrário, primeiro a obrigação depois a devoção. Não estou inventando histórias, amigos, estou contando realidades, realidades que eu e vós conhecemos abundantemente em nossa sociedade que se diz cristã, nossa civilização que se diz cristã, mas que de cristã só tem o nome.

Havia outro item neste Direito Social Judaico que alguns chamam Setenás. Êste tópico mostrava que de sete em sete anos o judeu não cultivava a terra; deixava a terra em descanso e o produto espontâneo naquele ano seria para os pobres, o proprietário não o recolheria. Esta era u'a maneira de prevenir o homem da escravidão e da miséria. Esta interrupção do contrato de trabalho livrava o homem da opressão e dava ao trabalhador maior independência pessoal. Quando nós nos orgulhamos das atuais leis trabalhistas pensamos que se trata de conquistas da civilização moderna. Leiam a Bíblia, os que têm olhos para ver, e encontrarão ali princípios fundamentais estabelecidos pelo próprio Deus através da vida do povo de Israel, do povo eleito.

Mas o ponto importante é o que se acha contido na expressão de Jesus — apregoar o ano aceitável do Senhor; era o ano do Jubileu. De 50 em 50 anos, acontecia um fenômeno curioso. Tôdas as propriedades voltavam aos seus primitivos possuidores; era uma redistribuição total das terras, segundo está aqui neste capítulo 25 de Levíticos; e um comentário que li referente a êste dispositivo do Direito Social Judaico explicava ser êle o preventivo que não permitia fôssem as famílias e seus patrimônios, extorquidos para sempre ou absorvidos e devorados pelos mais poderosos. Não sei se devo falar de Reforma Agrária, eu não entendo disso, mas, creio que há aqui alguma coisa parecida. Tais dispositivos do Direito Social Judaico proclamavam as condições essenciais da sociedade: a liberdade, a fraternidade, a igualdade moral de todos, de sorte que assim fôsse assegurado o BEM COMUM, e faço questão de frisar a expressão **Bem Comum** que não passará de u'a mera abstração ou de uma tabuleta política se não fôr a soma de todos os bens particulares. Eis portanto meus irmãos o programa de Jesus. Mas, onde está a

fundamentação dêste mesmo programa, onde Jesus o teria buscado? A resposta está em Isaías 61: 1, 2 e 3. Ocorre que o texto de Isaías foi um pouco além das palavras de Jesus. O texto de Isaías anuncia também o ano da vingança do Senhor, o dia da vingança do Nosso Deus. Cristo deteve-se onde deveria se deter, e onde nós queremos que tudo se detenha e onde nós gostaríamos que tudo terminasse; realmente o programa traçado por Jesus tem o seu feliz epílogo na anunciação do ano Aceitável do Senhor, no ano em que todos os homens fôssem participantes dos bens criados abundantemente por Deus para a satisfação das nossas necessidades. Que é entretanto, o dia da vingança do Senhor? É a sanção da justiça divina às injustiças humanas.

Para terminar eu gostaria de dizer que diante do Brasil de hoje há um dilema, um dilema terrível do qual eu gostaria de escapar. O dilema que eu gostaria de não vos anunciar nesta hora, meus irmãos e amigos brasileiros. O dilema de escolher entre o ano aceitável do Senhor ou o dia da vingança do nosso Deus. O dia em que a sua justiça há de ser estabelecida sôbre as injustiças humanas. O presidente Kennedy interpretou de maneira muito clara êste texto, se bem que talvez não o tivesse em mente: «Aquêles que se rebelam contra a revolução pacífica da justiça serão responsáveis amanhã pela revolução injusta que pode vir». Cristo tem uma resposta, Cristo tem um programa; mas o programa só não chega, Jesus traçou os pontos do programa e deu a dinâmica para a realização dêste programa.

— «O espírito do Senhor está sôbre mim» em nome de quem, com que poder, com que autoridade êste programa será realizado? Há aquêles, meus irmãos que querem aceitar o programa sem a dinâmica, sem o poder, e há os que querem aceitar o poder sem o programa. Êste é o dilema do cristanismo contemporâneo, especialmente em nossa pátria. Entendo que o plano sem o poder, sem a dinâmica é mera ficção e que o poder sem o plano é uma simples unidade. É preciso unir ambos, isto é, o programa de Jesus e o poder do Espírito Santo de Deus, para realizarmos esta revolução de Jesus Cristo, e anunciar à pátria bra-

sileira o ANO ACEITÁVEL DO SENHOR. Deus, amigos e irmãos, Deus, senhores representantes dos Podêres Públicos e autoridades militares, tenha piedade neste momento da nossa Pátria; derrame sôbre nós e o nosso espírito cristão com podêres, para que aceitemos o programa de CRISTO, e não tenhamos de nos arrepender quando já fôr tarde demais.

# OS PROFETAS EM ÉPOCAS DE TRANSFORMAÇÕES POLÍTICAS E SOCIAIS

Rev. JOAQUIM BEATO

## QUEM SÃO «OS PROFETAS»?

Duas coisas devem ficar definidas desde já, neste começo de conversa: quem são «os profetas» e que eram os profetas? Dizer quem são, para nós, os profetas, não é muito difícil, mesmo porque se trata de uma escolha que poderia ser feita arbitràriamente. Ao dizermos, porém, que «os profetas» são para nós, os profetas hebreus, não estamos, de modo algum fazendo uma escolha arbitrária, pois que na história das religiões, embora o fenômeno do profetismo não seja exclusivamente israelita, não há nada que se possa comparar, nem de longe à obra dêles. Os profetas de Israel não constituem sòmente o movimento de mais alto valor espiritual que jamais eclodiu no seio das religiões semíticas; nem sòmente a fase mais criadora e normativa da religião de Israel. Embora não tendo sido os originadores da religião do Velho Testamento, foram êles que, aprofundando, à luz de novas situações, o conteúdo da revelação universal, forneceram a linha principal pela qual o cristianismo se insere na corrente central da tradição judaico-israelita; e é dele, pela mediação do cristianismo que recebemos o conceito de unidade e propósito na História, e a interpretação da História do povo de Deus como âmbito e meio específico da revelação divina.

## QUE ERAM OS PROFETAS

Dizer o que eram os profetas não é tão simples, por causa de uma persistente distorção, que nossos dicionários na sua maioria, ajudam a perpetuar e difundir. Na acepção popular, profecia

é, antes de tudo, «predição de futuro» e profeta é «aquêle que prediz o futuro». Embora reconhecendo que a palavra grega usada na LEX para designar os profetas verdadeiros possa prestar-se a tal equívoco, e que a etimologia da palavra hebraica ainda constitui um enigma para os especialistas, certas passagens bíblicas (Ex. 4: 15,16; 7: 1; Amós 3:7,8) deixam claro que os profetas eram **concebidos e se concebiam a si mesmos** como porta-vozes de Deus e como aquêles que, de posse do segrêdo do Senhor, eram os únicos capazes de perceber o sentido íntimo dos acontecimentos da história do povo de Deus, e os únicos chamados para proclamá-lo a seus contemporâneos. Graças à interpretação profética, as crises da história de Israel foram compreendidas como atos do Deus que age em juízo e em misericórdia contra o seu povo e pelo seu povo (Amós 3:1,2; 5:6-11; Os. 11: 1-9): «Ouvi a palavra do Senhor. Ouvi a palavra que o Senhor fala contra vós outros, filhos de Israel, contra tôda a família que fiz subir da terra do Egito, dizendo: de tôdas as famílias da terra, sòmente a vós outros vos escolhi, portanto eu vos punirei por tôdas as vossas iniqüidades». Daí ser impossível uma boa inteligência da mensagem dos profetas sem um razoável conhecimento da situação histórica que lhe serve de fundo.

Que a predição não era, portanto, o elemento fundamental da profecia, mas que o era a proclamação da verdade religiosa, pode-se ver de passagens como Deut. 13: 1-3; 18:21,22. Elas mostram que o cumprimento da predição de um profeta não seria suficiente para demonstrá-lo falso. Por outro lado, essas passagens demonstram que a predição tinha de referir-se ao futuro imediato pois o que se estava tentando resolver era como os contemporâneos do profeta, aquêles que o ouviam, podiam saber se êle fôra ou não enviado por Deus (Deut. 18:21).

A predição aparece só nos oráculos proféticos de ameaça ou promessa. É evidente que, por fôrça, ambas têm de estar associadas com a situação histórica em que se encontram os profetas e seus ouvintes. À ameaça segue-se, normalmente, a acusação e a promessa, a exortação. A predição contida na ameaça ou na promessa constitui um apêlo ao arrependimento, que pode obstar, o cumprimento da ameaça e é necessário ao cumprimento da promessa.

O monoteísmo é menos importante no Velho Testamento do que o fato de que foi **Yahweh** que tirou Israel da casa do Egito e, por isto, Israel deve amá-lo com tôdas as veras d'alma (Deut. 6:4,5) e, demonstrar êsse amor na mais completa obediência (Ex. 20: 1-17). Que ninguém se escandalize, pois em o NT se vê, também, a mesma coisa. Não é o monoteísmo que faz o cristão, mas o confessar a Jesus como Senhor (Rom. 10:9; Jó 1:14; 20:31; At. 8:36,37; II Cor. 5:19; Fil. 2:9-11; II Tim. 2:5,6). É possível ser monoteísta sem ser cristão, como era possível ser israelita fiel sem ser monoteísta teórico. O que não era possível ao verdadeiro israelita era não amar e servir exclusivamente a **Yahweh.** Êsse fôra o Deus que amara Israel, quando êle era menino, e chamara seu filho do Egito. A fé em **Yahweh** era por isso, um extremo amor, um interêsse vital, uma dedicação total, que se nutrira da memória de seus feitos gloriosos de poder e graça na história de seu povo.

## A FÉ QUE O PROFETA COMPARTILHA COM SUA GENTE

Essa fé que transfigurava a história de Israel e a transformava na manifestação do propósito de Deus, o profeta a compartilhava com seu povo. Sua origem vinha de Moisés. Embora tirando dela conclusões inteiramente diversas e tantas vêzes opostas às do vulgo, êle, o profeta, não deixaria de recitar com o adorador comum esta confissão que alguém denominou «O coração do Pentateuco», a saber, Deut. 6:20-24; Jos. 24: 2-13. Assim, pois, mesmo divergindo tão radicalmente, muitas vêzes da mentalidade e da atitude do povo, em certos momentos cruciais era de dentro de um patrimônio comum de fé e de experiência, de teologia e de história que o profeta apelava para seus contemporâneos israelitas; e era em nome de seu Deus e do melhor de sua herança cultural que lhes apelava. Os profetas eram, pois, verdadeiros homens de Israel.

## OS PROFETAS NAS CRISES POLÍTICAS

Crendo que nos acontecimentos históricos se revelara a intenção, o propósito de Deus para com seu povo, os profetas não se limitavam a interpretar êsses acontecimentos.

Procuravam influir nêles por todos os meios. Dispunham-se a imiscuir-se até mesmo na política, não por despeito de serem líderes religiosos, mas pelo fato mesmo de que o eram, e procuravam influir não só pela palavra, mas também pela ação.

Aliás, o movimento profético em Israel estava associado com a política desde seu nascimento. A primeira referência a um bando de profetas aparece em relação com a ameaça dos filistcus, ameaça tão séria que exigiu o estabelecımnto da monarquia. Bandos de profetas, com os quais Saul encontraria no dia de sua escolha (1 Samuel 10: 5-13), empenhavam-se em despertar o fervor patriótico do povo e incitá-lo a empenhar-se numa guerra santa contra os filisteus. E foi Samuel, o profeta-juiz, que ungiu os dois primeiros reis de Israel, em resposta a essa necessidade.

A estrutura política de Israel era, até então simples. Israel era uma confederação de tribos-livres, com um culto comum e um santuário central. Nas horas de emergência, as tribos eram convocadas para a ação em nome do Deus do pacto. Essa estrutura que resistira bem enquanto os adversários a enfrentar foram as tribos do deserto ao sul e da Transjordânia, e de princípes canaanitas, diante dos filisteus demonstrava-se inadequada. Não havia uma autoridade central permanente. Nas horas de crise a resposta das tribos independentes à convocação de **Yahweh** dependia da fidelidade delas ao pacto (Juízes 5:16,17,23). E era natural que quanto mais distantes geogràficamente do epicentro da perturbação tanto menos interessadas se demonstrassem em atender ao apêlo e ao chamado à guerra santa.

O teste final da confederação de tribos foi a invasão dos filisteus. Êstes eram parte do que os egípcios denominavam «povos do mar». Vinham das ilhas do Mar Egeu. Inundaram a Grécia e destruiram, na Ásia Menor, o Império Hitita; atacaram o Egito, pela Líbia e por mar. Repelidos, um grupo dêles, conhecido como «filisteus», enquistou-se no litoral sul de Canaã, pouco depois de 1.200 A.C. de onde começou a tentar conquistar a terra.

Culturalmente superiores, os filisteus mantinham, além disso ciumento monopólio do uso do ferro, o que lhes garantia supremacia militar incontestável. (1 Sam 13: 19-22). Foi pois nesta

séria emergência que se estabeleceu a monarquia, isto é, a antiga estrutura simples da federação de tribos livres cedeu lugar a uma forma de govêrno mais centralizada, e a liderança passou dos carismáticos para uma dinastia, ficando com o profeta a função de porta-voz daquelas coisas da antiga ordem carismática que deviam ser preservadas em a nova, para conservação do caráter específico de Israel como povo de **Yahweh**. Entre essas coisas, a mais importante, talvez, era a idéia expressa por Gideão (Jui. 8:23), que rejeitou o Reino dizendo: Yahweh será o vosso Rei. A idéia de Yahweh como Rei de Israel é uma idéia central que vem desde os tempos da Anfictionia. O rei só seria aceito como ungido de Yahweh, cuja voz êle, deveria obedecer e o alcançaria por mediação do profeta. Por ocasião da morte de Saul, o perigo filisteu não fôra conjurado; ao contrário, seu domínio separava, de nôvo, o norte do centro e sul da Canaã, visto como mataram Saul no monte Gilboa e dominavam até à cidade de Betsehem no vale do Jordão.

Coube a Davi submeter os filisteus e estabelecer um govêrno central forte. Davi concluiu, também a conquista de Canaã, e submeteu os arameus, amonitas, moabitas, adomitas e amalequitas. Pela primeira vez, a Palestina foi unificada, e os israelitas passaram a desfrutar um nível mais alto de vida, propiciado pela revolução econômica resultante da introdução do ferro no uso popular. Nós passamos, nesse período, em 1.200, da idade do bronze para a idade do ferro. E foi a vitória sôbre os Filisteus que tornou fácil o uso popular do ferro, cujo monopólio os Filisteus mantinham para seu domínio militar sôbre Israel.

## NATÃ

No fim do reinado de Davi, em 961 A.C. coube ao profeta Natã uma importante parte nas maquinações que levaram Salomão ao trono (Realmente foram intrigas palacianas que levaram Salomão ao trono) (1 Reis 1:11-31).

Mas no fim do reinado de Salomão, coube a outro profeta insuflar a divisão do reino, restando à dinastia davídica sòmente o domínio sôbre Judá (1 Reis 11:26, 12:24). Um profeta que lutava contra a ordem política em nome de Yahweh.

## AIAS SILONITA

Salomão tornara-se monarca no estilo luxuoso e despótico, tão comum ao Oriente Próximo, mas tão contrário à maneira de vida de Israel. Estabelecera uma côrte faustosa, um imenso harém, e dividira seu reino em distritos fiscais. O objetivo desta última medida era, sem dúvida, centralizar o poder na coroa, substituindo o velho sistema tribal pelos distritos administrativos, que alteravam deliberadamente os limites de metade dos antigos territórios tribais. Acrescente-se a isso seu programa de trabalho forçado (1 Reis 5: 13-18). Embora os povos conquistados fornecessem certamente muitos milhares de escravos para execução do programa de construções de Salomão, o texto nos informa que cêrca de 30.000 israelitas eram obrigados a trabalhar de graça para o rei um mês em cada três. Havia ainda, oitenta mil nas pedreiras e setenta mil que levavam as cargas. Eram aproximadamente, portanto, 180.000 homens, talvez um décimo da população do tempo de Salomão, o que corresponderia hoje, entre nós, a 7.000.000 de brasileiros em trabalho escravo para o Estado. O aviso de Samuel tornara-se realidade (1 Sam 8:10-18). Um rei como os monarcas orientais, limitaria dràsticamente a liberdade do povo, secularizaria seu modo de ser, e solaparia os próprios fundamentos da comunidade pactual. Por meio da ação de Aias, Silonita, o Deus de Israel se fêz conhecido nos acontecimentos políticos que abalaram os próprios alicerces do reino que Salomão procurara construir a tão alto preço.

## ELIAS, ELISEU

Do fim do reinado de Salomão e da divisão do reino, em 922 A. C. demos um salto quase de um século, e vamos ao tempo do reinado de Acabe sôbre Israel (869 a 850 A. C.).

Acabe era filho de Omiri, o Davi do reino do norte. Omiri conseguira o que nenhum dos reis de Israel fizera antes dêle, isto é, estabelecer uma dinastia. Foi êle que construiu Samaria, num local estratégico, fêz paz com Judá e estabeleceu a política de boa vizinhança com os fenícios casando seu filho Acabe com a filha de Itobaal, rei do Tiro, a tristemente famosa Jezabel. Os

registros assírios, muitos anos depois de sua morte, referiam-se ao reino do norte como «a terra da casa de Omiri, e dos reis de Israel como «filhos de Omiri». A aliança com os fenícios, selada como o casamento de Acabe com Jezabel, não poderia deixar de ter conseqüências desfavoráveis para o Javismo. Tôda gente conhece a luta de Elias contra Jezabel e os profetas de Baal e de Azerá, de modo que não é preciso repetir que realmente foi um período de crise para o Javismo, êsse período de prosperidade econômica no tempo de Acabe. Por isso, vemos a atividade do profeta Elias, de Eliseu e outros, insuflando os ânimos e preparando a derrubada da dinastia Omirita (Reis 19: 15-17; 11 Reis 8: 7-15; 9:10). Êste golpe de Estado promovido pela iniciativa dos profetas afetou o reino vizinho da Síria ( Reis 8: 7-15), e o reino irmão de Judá (11 Reis 9: 27-29; 11: 1-16). Suas conseqüências políticas não foram boas para Israel como se poderá ver no século seguinte; e sua violência foi condenada por Oséias, um século depois (Os. 1: 3-5). Mas os profetas do século nono, no reino do Norte, tomaram ativamente a iniciativa de produzi-lo.

## ISAÍAS DE JERUSALÉM

Como a fé profética pode tornar-se atuante nas crises políticas pode-se ainda ver melhor, talvez, na carreira de Isaías de Jerusalém. Em diversas ocasiões êste profeta teve de aconselhar reis em Judá quanto ao curso que devia ser dado à política internacional do reino. A primeira foi a crise siro-efraimita. Em 738 A.C., Menaém, rei de Israel e Rezim rei de Damasco, haviam pago tributo a Tiglate-Pileser, rei assírio, reconhecendo sua soberania. Mas essa capitulação, embora tivesse firmado nas mãos de Menaém e de seu filho Pecaías, o trono de Israel, era grandemente impopular, e isto devido ao fato de que o tributo era levantado por meio de pesados impostos sôbre os ricos.

Esta impopularidade da política, de Menaém e de seu filho facilitou a revolução chefiada por Pecá, que assassinou Pecaisa em 737 a.C. Pouco depois, enquanto a Assíria estava envolvida com inimigos do Norte, Pecá e Rezim de Damasco tentaram formar uma coligação anti-assíria nos moldes de uma que fôra

bem sucedida no século anterior, e que enfrentara Salmanasar III, em 853 a.C. em Qarqar, com bom êxito. Pecá e Rezim, em 733-732 investiram contra Jerusalém, ou para forçarem Acaz, rei de Judá a entrar na aliança, ou para colocarem um títere em seu lugar (Is. 7: 6). O coração de Acaz e de todo o povo tremeu de mêdo (Is. 7:2). Aterrorizado, o rei queimou seu filho em sacrifício (II Reis 16: 3), esperando com êsse rito pagão conjurar a ira divina (cf. II Reis 3:26-27). Nessa situação desesperada, Acaz só via duas alternativas: a derrota diante dos invasores ou um pedido de socorro a uma grande potência. Isso o levara a inspecionar o suprimento d'água da cidade, essencial no caso de Jerusalém ter de resistir a um assédio. Nesse momento crítico, Isaías vai a seu encontro com a mensagem necessária e relevante para a hora (Is. 7: 3-9). O caminho é abandonar alianças humanas e depositar inteira confiança em Yahweh (Is. 3:9). Tal fé exige completo e inabalável devotamento a Deus, na confiança de que êle é o verdadeiro Rei (Is. 28:16; 30:15). É essa atitude que Martin Buber intitulou «Teopolítica». Sua aceitação cancelaria o plano de Acaz de apelar para a Assíria em favor de Judá. Yahweh subverteria a aliança siro-efraimita. Acaz, porém, não podia crer nisso. Apelou para Tiglate-Pileser, com imensos prejuízos para Judá (II Reis 16: 7-13; Sof. 1: 4,5; Ez. 8:15,16; Jer. 44:15-30).

Em duas ocasiões teve Isaías de aconselhar Ezequias que se afastasse de coligações. Ezequias subira ao trono em 715 a.C., e empreendera grande reforma religiosa. Assim como as alianças políticas envolviam o reconhecimento das religiões ou das divindades nacionais dos aliados, as reformas religiosas, com sua ênfase num culto exclusivo e depurado de Yahweh, tinham implicações políticas, nacionalistas, e libertárias.

Que Ezequias era governante pollticamente enérgico pode-se ver no fato de ter garantido o suprimento d'água a Jerusalém, que constituiu um problema para o seu antecessor, construindo o túnel de Siloé, de uns 590 metros, escavando na rocha viva. Ampliou as muralhas e reforçou as fortificações de Jerusalém (II Reis 18:1-8; 20:20-21; II Cor. 32:30; 32:5).

Em 711 a.C. Ezequias foi tentado a participar de uma revolta contra a Assíria, insuflada pelo Egito e que estourou na cidade

de Asdode, na Filistia (Is. 14:28-32). Para dramatizar o juízo de Yahweh contra a conspiração, Isaías teve de realizar um ato simbólico (cap. 20): Êle andou nu e descalço durante 3 anos para mostrar que o povo do Egito e da Etiópia iriam para o cativeiro como resultado daquela rebelião contra o rei da Assíria. Em conseqüência da influência de Isaías, possìvelmente, (Ezequias evitou envolver-se demasiadamente na mesma), Judá escapou de ser invadida pelos exércitos de Sargão, que destruiram Asdode e outras cidades dos filisteus. Quando Sargão morreu, em 705 a.C., parecia ter soado a hora final do império assírio. Por tôda parte estouravam revoltas. O rei Marduk-apal-iddiana (o Merodaque-Baladão da Bíblia) de Babilônia era o líder. A história da embaixada que êle enviou a Ezequias, e do veemente protesto de Isaías contra ela aparece em II Reis 20: 12-19; (cf. Is. 39-1-8); o Egito, que sob o rei etíope Sabaco, desejava recuperar a glória antiga, parece que enviou também embaixadores a Ezequias para garantir a participação dêste na revolta geral, fiel ao seu método de hostilizar a Assíria por meio de intriga diplomática. O oráculo que aparece em Isaías 18 parece provir dêsse tempo.

Condenou especialmente a recepção favorável que tiveram os enviados do Egito mencionados no cap. 18, assim como denunciou as negociações secretas com Marodaque-Baladão (II Reis 20: 12-19). Eloqüentes são suas palavras contra os que procuravam a ajuda do Egito (Is. 31: 1-3). Tais esforços políticos eram evidência clara de que os homens não confiavam no «Santo de Israel». Em 30: 1-15 êle enfatiza a loucura de procurar «abrigo à sombra do Egito». Um eco de seu conselho a Acaz aparece em 30: 15, que é um resumo do significado da «fé», para o profeta.

«Em vos converterdes e sossegardes está a vossa salvação. Na tranqüilidade e na confiança, a vossa fôrça; mas não o quisestes.»

A história do Crescente Fértil tem sempre êstes dois pontos: ou na Mesopotâmia a Assíria ou Babilônia, ou o Egito do Sul. De modo que o povo de Deus era sempre envolvido na trama da política internacional, girando sempre entre êsses dois pontos; uma facção a favor do Egito, uma facção a favor da Síria e uma

facção defendendo uma política independente de confiança integral no Deus de Israel.

Apesar de tudo, Ezequias se deixou envolver na conspiração. E assim, após haver dominado a situação na parte oriental do império, Senaqueribe marchou para o oeste. Marchou triunfantemente através da Fenícia, desceu à Filistia onde venceu um grande exército egípcio na cidade de Ecrom; daí avançou para o interior pela região montanhosa de Samaria e Judá, e ameaçou Jerusalém. Em Miquéias 1:10-16 e Is. 10: 28-32, temos passagens que refletem a inexorabilidade e a velocidade do avanço assírio. Os anais de Senaqueribe relatam que nessa campanha foram tomadas 46 cidades fortificadas de Ezequias, e numerosas pequenas cidades satélites, e foram levadas em cativeiro 200.150 pessoas (II Reis 8: 13). Pouco mais restava do que Jerusalém, isolada de todo socorro externo. Senaqueribe diz que prendeu nela Ezequias, «como um pássaro engaiolado». Em linguagem mais forte ainda, Isaías compara a catástrofe à destruição de Sodoma e Gomorra (1:4-9). Mas desta vez, surpreendentemente, o profeta não aconselha a rendição da Assíria.

Em qualquer hipótese, ficará confirmada a veracidade da interpretação profética dos acontecimentos em que o profeta e seus ouvintes estejam envolvidos. Nisso se vê, por outro lado, uma vez mais, que o profeta é, antes de tudo, um intérprete do presente, da história contemporânea, que êle e ouvintes estão vivendo.

Não se pode negar, porém, nem é nosso interêsse fazê-lo, que os profetas tenham falado, às vêzes, de um futuro mais distante, não causal ou imediatamente relacionado com sua situação contemporânea. No entanto, comparadas com o volume total da literatura a que chamamos profecia, na Bíblia, essas predições não justiifcam a transformação dêles em meros prognosticadores gratuitos de um futuro além do horizonte histórico e das situações concretas e existenciais de seus ouvintes e contemporâneos.

## OS PROFETAS — HOMENS DO SEU TEMPO

Definir assim o que eram os profetas pode parecer a muitos, reduzi-los injustamente, a figuras do passado. Não se poderá

fazer justiça aos profetas, porém, sem ter sempre presente que sua mensagem foi dirigida aos seus contemporâneos, dentro das condições e circunstâncias em que viviam. O reconhecimento dêsse condicionamento temporal dos profetas é essencial à correta interpretação de sua mensagem e é o único modo de protegê-lo de um interêsse malsão em seu ensino, interêsse que o desfigura, colocando no seu centro os elementos periféricos, e na periferia, os elementos centrais.

## OS PROFETAS — HOMENS DO SEU POVO

Outra limitação, se assim se pode dizer, muito importante, é o fato de que os profetas eram homens que falavam a Israel como porta-vozes do Deus de Israel. Êste era um Deus particular, com nome particular e com povo particular. O fato de, no sexto século a.C. se ter chegado a afirmar sua unicidade e conseqüente soberania universal, foi mais uma conclusão de fé coerente e aventurosa do que uma conclusão da lógica fria, silogística e cerebral.

Isto é uma evidência de que sua perspectiva não era política, mas religiosa. O poder dado a Assíria provinha de Deus, e era portanto, um poder que seria anulado ou retirado quando aprouvesse a Deus. Para ver que êle tinha razão, basta ler os relatos em II Reis 18, 19; Is. 36,37. Jerusalém foi salva.

## JEREMIAS

O grande profeta de Judá que acompanhou os últimos dias da nação até o fim, isto é, até a queda e destruição de Jerusalém, em 586, ter-se-ia poupado de amargos sofrimentos se tivesse fugido de imiscuir-se ativamente na política. Mas Jeremias não teria sido fiel a seu chamado, caso não tivesse ido até às últimas conseqüências práticas de sua mensagem. Principalmente no reinado de Zedequias, de 597 a 586 período de que provém grande parte do material que aparece nos caps. 1: 25, especialmente os vers. 21-24, êle defendeu sòzinho e corajosamente uma posição política que tem sido confundida com pacifismo ou colaboracionismo, mas não era nada disso, pois para o profeta, acima dos

expedientes e concessões que o momento podia ditar, estava a convicção de que Babilônia era agora para Judá o que, no século anterior tinha sido a Assíria para Israel. Nabucodonosor era o «servo» de Yahweh (27: 6-7), o instrumento de seu propósito na história. A mensagem do profeta para Zedequias e para os líderes do povo era, portanto: «Metei o vosso pescoço no jugo do rei de Babilônia, servi-o... e vivereis» (Jer. 27: 12-22).

Em 588 a.C., com a subida ao poder de um nôvo faraó egípcio, Apries, chamado Hofra em Jer. 44:30, o Egito retomou sua política militar de agressão, abandonando a de intriga diplomática dos predecessores imediatos de Hofra. O despertamento militar do Egito, com a nova possibilidade de mudança no jôgo de poder da política internacional, deu nova esperança às nações que estavam debaixo do jugo de Babilônia desde o ano de 612, quando se deu a queda de Nínive. Estourou a revolta, cujo centro, desta vez, eram Amom e Judá.

Nabucodonosor agiu ràpidamente para sufocar a revolta. Nesse mesmo ano de 588, sitiou Jerusalém. Zedequias tinha esperança de que, como acontece por ocasião do do cêrco de Jerusalém por Senaqueribe, em 701, Yahweh forçasse miraculosamente a retirada de Nabucodonosor. Mas Jeremias nunca vacilou em sua convicção de que o caminho único e certo era a rendição à Babilônia (cap. 21), (esp. vers. 8,9). Com o avanço do exército do faraó Hofra (Jer. 37:5) para Jerusalém, tomando nôvo alento com a situação, Zedequias mandou um mensageiro a Jeremias, pedindo-lhe que orasse pelo povo. A resposta de Jeremias foi violenta (33: 5-10), e foi a última gôta. Era evidente que o profeta era «perigoso» demais para continuar andando «livre entre o povo» (Jer. 37:4). Aproveitando-se de um simples pretexto, os príncipes o prenderam. É de notar-se em tudo isso a fraqueza de Zedequias que sendo rei, e ansioso por ouvir a palavra de Yahweh por Jeremias (Jer. 37: 16-21; 38: 7-28), não teve coragem moral de opor-se a seus nobres pró-Egito e de defender a vida e a liberdade do profeta do Senhor (Jer. 37: 14-16; 38 1-6, 24-27). A coragem sôbre-humana de Jeremias, tirada de sua própria fraqueza (Jr. 37:20), só poderia provir de sua íntima convicção de que naquela situação política estavam envolvidos princípios transcedentes a que êle devia mais fidelidade do que a se-

gurança e sobrevivência de seu povo. E a história confirmou sua convicção.

## OS PROFETAS NAS GRANDES CRISES SOCIAIS
## A TRADIÇÃO NÔMADE PASTORIL

Três diferentes sistemas de vida vieram a encontrar-se na sociedade israelita, em conseqüência da conquista de Canaã e da história posterior. No período pré-canaanita os israelitas foram nômades ou seminômades. Seu sustento dependia dos rebanhos, e, apenas como suplemento secundário, da lavoura branca, plantada onde paradas mais longas o permitissem. Êsse tipo de sociedade pastoril tinha características próprias. A mais fundamental era a «consciência de família», o laço de parentesco, o senso de fraternidade que governava a maior parte das atividades do grupo social.

A sociedade era uma família de famílias. As famílias formavam os clãs, os clãs formavam as tribos, as tribos formavam o povo, que era uma federação pactual de tribos. Econômicamente, a riqueza da comunidade era, de fato, riqueza de todos, não havia pobres ou ricos no clã, senão na medida em que o clã inteiro fôsse pobre ou rico. A autoridade pertencia aos chefes das famílias, e na agregação maior, a tribo pertencia ao conselho de anciãos. Êste decidia as questões, segundo a moral e os costumes aceitos da tribo. Não havia poder absoluto e despótico. A vida no deserto e o forte sentimento da fraternidade no clã redundaram em forte a duradouro amor pela liberdade e pela justiça igualitária.

## SOCIEDADE AGRÍCOLA E SEDENTÁRIA

Em Canaã, Israel encontrou uma sociedade agrícola sedentária. Ao acultuar-se, duas características fundamentais da sociedade agrícola sedentária chocavam-se contra a estrutura social pastoril seminômade: a ênfase na localidade, na vila, e não no clã, como ponto de aglutinação e de unidade; e o nôvo conceito de propriedade da terra, o bem imóvel, estável, permanente, diferente da propriedade em rebanhos, que podiam, da

noite para o dia, ser tomados por assaltantes. Ao assimilar êsse nôvo conceito, Israel modificou-o para harmonizá-lo com sua fé, transformando a propriedade de terra em usufruto apenas, sem direito de alienação (Lev. 25: 25; Deut. 15: 1-3; Lev. 25:8-17,23). Não havia dono da terra em Israel. A terra era do clã, e o chefe de família só era dono da terra como representante do clã; não podia alienar senão temporàriamente a terra. Então havia no clã, a distribuição mais eqüitativa para o labor pastoril.

## SOCIEDADE COMERCIAL URBANA

O terceiro sistema de vida: a sociedade urbana comercial que aumentou as complexidades e tensões da sociedade israelita, e em que o espírito de Canaã encontrou sua expressão mais desenvolvida e característica (Prov. 31:24). Êsse tipo de sociedade urbana e comercial fêz um grande impacto sôbre os israelitas no reinado de Davi. Os fatôres que contribuiram para tanto foram a conquista das restantes cidades canaanitas e sua assimilação por Israel, inclusive com seus costumes estabelecidos; o estabelecimento de uma capital que, com sua côrte e fôrças militares, não podia ser sustentada pelo solo imediatamente vizinho, mas dependia do superavit econômico de tôda a terra; e o comêço, no reinado de Davi, de relações comerciais internacionais em alta escala com os fenícios, ou seja, os canaanitas do norte.

## CRISE SOCIAL DO 10º SÉCULO

Mas foi no reinado de Salomão que Israel experimentou uma revolução social e econômica ainda maior do que a experimentada no tempo em que o povo passara da vida nômade para a sedentária. Os pesados impostos, o trabalho forçado, o despotismo que se manifestava num tipo de capitalismo de Estado, acabaram com a liberdade dos súditos, fazendo-os escravos do rei, e transformando a propriedade dêles em propriedade do monarca, ou seja, do Estado. Só êste tirava proveito da exportação de cobre de Edom, e, possìvelmente, até da exportação de israelitas para servirem no Egito como mercenários.

A importação de grande quantidade de ouro e prata provocou uma repentina inflação. Os cidadãos eram forçados a hipotecar suas terras, suas pessoas e seus filhos, para atender às exigências dos impostos. Os juros eram altos, e muitos israelitas livres perderam as terras e se tornaram escravos, enquanto outros que tinham tido alguma vantagem inicial, amontoavam terras e dinheiro. A fraternidade dos tempos do deserto desapareceu para sempre, dando lugar à permanente separação entre os poderosos e os oprimidos, os ricos e os pobres. A riqueza e o poder tornando-se a meta dos esforços do indivíduo, a pobreza, a injustiça e a luta de classes se estabeleceram para sempre na sociedade israelita.

## CRISE SOCIAL DO 8º SÉCULO

A outra grande época de prosperidade econômica em Israel foi também acompanhada de males semelhantes, a respeito dos quais temos farto testemunho na literatura profética do 8º século. Foi a época em que reinava em Israel Jeroboão II (786-746) e em Judá, Uzias (783-742). Adade Nirari III, da Assíria, conquistara Damasco em 803 a.C., enfraquecendo-a de tal modo que os sírios nunca mais foram ameaça séria em Israel. Em seguida, os armênios mantiveram os assírios ocupados e enfraquecidos, até que Tiglate-Pileser usurpasse o trono em 745. Essa trégua, em que Israel e Judá ficaram livres dos assírios e arameus, foi suficiente para um renascimento dos dois reinos irmãos, só comparável à prosperidade do tempo de Davi e Salomão. Jeroboão II conquistou o norte da Galiléia e a Transjordânia, obtendo assim o contrôle das rotas comerciais. Tinha o cuidado de mantê-las livres de ladrões e salteadores, recebendo pelo serviço, como Davi e Salomão anteriormente, compensadoras taxas. Samaria tornou-se um empório internacional, com todo tipo de mercadorias, suplantando muitos outros centros em quantidade e em qualidade. Em Ezequiel cap. 27, onde êle fala do rei de Tiro, podemos ver como o comércio já naquele tempo era bastante próspero. Samaria repetia esta situação.

A crescente prosperidade comercial foi acompanhada de maior luxo e imponência nos edifícios (Amós 3:15). Havia muitos

palácios em Samaria (Amós 3:10), pertencentes não só ao rei, mas também aos novos príncipes mercadores que se tinham enriquecido no comércio. A pedra lavrada substituíra os antigos tijolos, e o cedro do Líbano o plebeu sôcomoro (Is. 9:10). Havia o luxo ilimitado dos ricos, tanto em Samaria como em Jerusalém. Havia a cupidez dos comerciantes gananciosos (Am. 8:5). Havia a dureza e a ambição das mulheres ricas (Am. 4:1). Os novos ricos atrás de riqueza e luxo, espezinhavam os pobres. Haviam as medidas e os pesos falsos; compravam por um padrão, e vendiam por outro padrão de medidas. O refugo de trigo, vendido como se fôsse bom trigo (Am. 2:8). Os ricos sempre conseguiam sentenças favoráveis nos tribunais (Am. 26: 8,6).

Além de tudo isso, havia outro grande mal, talvez maior: a extinção do pequeno proprietário. Os luxos da época e o crescente custo de vida levaram-no a contrair dívidas. Os pequenos tratos de terra eram absorvidos nos grandes latifúndios. Os proprietários ricos e os capitalistas das hipotecas, devoravam homens e terras, mantendo o agricultor na terra como colono, ou vendendo-o com sua família, como escravos (Am. 5:11; II Reis 4:1-7).

Havia assim, junto com o crescente enriquecimento de uns poucos, o crescente empobrecimento da maioria. No meio da abastança e do supérfluo, a miséria e a carência.

De par com o luxo e o ócio, a escravidão e a fome.

Essa total canaanitização era a negação absolta da tradição do deserto. Contra ela eram os mais extremados em sua atitude contra a aculturação (Jer. 35). Repudiavam tôda a civilização, encontrando nela a causa de todos os males da situação. Ecos da negação, da civilização agrícola, e da civilização urbana comercial, podem ser percebidos também, nas histórias de Caim e Abel e da Tôrre de Babel (Gên. 4: 1-16; 11: 1-9).

## OS PROFETAS E A SUA REAÇÃO

Os profetas, também, como êsses outros grupos, consideravam normativa a tradição do deserto. A época da peregrinação no deserto fôra o tempo ideal (Am. 5:25; Os 9:10; 2:14; Jer. 2:1-3). Mas êles não eram reacionários simplistas que conside-

rassem possível ou suficiente um retôrno à vida nômade, e sua condenação à ordem social se baseava no fato de que ela não encarnava nem protegia os valores humanos e sociais inerentes ao javismo, a religião de Israel, e até os destruia. Os alicerces da estrutura econômica e política, segundo os profetas, deviam ser éticos e religiosos. Mas Israel tinha confundido um sistema de vida mais elevado com uma civilização mais complexa, e tinha preferido as vantagens imediatas desta, aos valores fundamentais da religião de Israel.

## OS PECADOS QUE ÊLES CONDENAVAM

Mas os profetas não se limitavam a condenar, de maneira vaga e geral a estrutura social de seus dias. Apontavam pecados específicos e particulares, corajosa e desassombradamente. Pecados que podiam ser do homem comum ou dos líderes, do latifundiário ou do comerciante, dos nobres ou do rei. Êles condenavam apaixonada e veementemente, a opressão, a violência, a sensualidade, a ganância, o roubo, a desonestidade, a sêde de poder, a desumanidade cruel, a falsidade. Pecados de homens e mulheres, pecados que podem aparecer em qualquer sociedade; dessa maneira, qualquer sociedade em que tais ou semelhantes pecados prevaleçam, cai sob a mesma condenação (Jer. 7: 9, 10; Miq. 3: 11; Os. 4: 1, 2; Am. 8: 5, 6). Êles descrevem a situação ao vivo. Retiram o véu que encobre as aparências, e exibem desnuda, a podridão e a corrupção (Am. 3: 10; Os. 6: 8, 9: Am. 2:6; Miq. 2: 8; 3: 1-3).

## SUA DENÚNCIA CONTRA OS BENEFICIÁRIOS DAS INIQÜIDADES

E o pêso de sua denúncia recai também sôbre os beneficiários do sistema existente. O rei e os que exercem autoridade; os gordos sacerdotes, os gananciosos profetas profissionais, e os «sábios» parasitários (eram líderes e orientadores da comunidade, e todos eram condenados); os que vivem no luxo sem se incomodarem com os necessitados à sua porta, e em especial as mulheres ricas, vazias e irresponsáveis; os juízes venais, os credores

sem coração, os donos de casas suntuosas, e os cúpidos proprietários de terras (Os. 4:4-6; 5: 1; Miq. 3:5,6,11; Am. 4:1; 6:1-7; Is. 3:1-3; 13-15). À sua ira contra os opressores e sua piedade pelas vítimas, os profetas acrescentavam a denúncia da apatia e degeneração popular. Se os príncipes eram Sodoma, o povo era como o povo de Gomorra (Os. 4:5; Is. 1:10).

Duas coisas importantes devemos notar, ainda: os males condenados não eram simples aberrações individuais, comuns, mas excepcionais. Eram características da sociedade como tal, permeando sua estrutura política, suas atividades econômicas, sua cultura e seus padrões morais aceitos, e afetando profundamente a religião.

E não eram males que aparecessem como fruta estranha; eram males, infelizmente, correspondentes à forma e aos fins da própria ordem social, correspondentes aos princípios sôbre os quais ela se assentava, e aos valores que ela representava e defendia.

## CONCLUSÕES

O assunto é vasto, mas não tratamos senão de alguns aspectos que consideramos mais importantes para êste nosso encontro. Não podemos, no entanto, encerrar sem apontar algumas conclusões que nos parecem fundamentadas, pelo menos parcialmente, no que acabamos de dizer.

1. Para os profetas, religião não era, principalmente, assunto de experiência íntima e interna, nem pura questão de ritual, mas era interpretação da condição humana total à luz do propósito de Deus.

2. Os profetas eram porta-vozes de Deus para uma situação específica. A palavra que êles traziam, vinda de Deus era eficaz e operante; mas muitas vêzes êles mesmos se tornavam instrumentos do propósito de Deus. Não apenas como porta-vozes, antes como atores nos dramas da História.

3. Os profetas eram, por isso, homens de ação. Sujeitos a limitações humanas, suas ações eram susceptíveis de erros; mas mesmo assim incorporavam-se ao propósito de Deus para o momento que viviam.

4. Os profetas eram homens de seu povo e do seu tempo. Sua «particularidade» é o segrêdo de sua universalidade.

5. A ação política dos profetas era realizada à luz de seu entendimento do destino de seu povo, segundo o propósito de Deus.

6. A pregação social dos profetas não era, pròpriamente, democrática ou humanitária; seu pressuposto básico era o «pacto» que tornara Israel o povo de Yahweh.

7. Para os profetas, justiça e juízo, amor e integridade, eram mais importantes que a estrutura política, a religião organizada, e a organização e as instituições econômicas da nação.

8. Por isso os profetas só tinham compromisso com o Deus que os chamara e enviara. Seu ministério não era uma busca de aceitação humana, mas um desafio a tôda ordem humana, criada à parte de Deus.

9. O Deus dos profetas entrava na luta pela justiça social, como o grande Aliado dos injustiçados e expoliados. Seu propósito era (como ainda o é), criar comunidade, isto é, uma ordem de relações **com** e **entre** os homens, em que sua justiça encontrasse perfeito cumprimento.

Que diriam os profetas em nosso tempo? Que fariam os profetas em nosso tempo? Qual o propósito de Deus para como o povo brasileiro? Que testemunho devemos dar diante de nossa presente ordem social? Estas e outras perguntas nos devemos fazer sèriamente, se é que somos parte de uma Igreja, que, em Jesus Cristo é herdeira legítima de uma missão profética, para com o mundo contemporâneo. Estas perguntas não podem ter respostas pré-fabricadas, mas constituem o desafio que vamos corajosamente enfrentar nestes dias, sob orientação do mesmo Deus que falou «muitas vêzes, e, de muitas maneiras, aos pais, nos profetas» (Heb. 1:1).

Presidente Soares, 19 de julho de 1962.

# A REVOLUÇÃO DO REINO DE DEUS

## CONTEÚDO REVOLUCIONÁRIO DO ENSINO DE JESUS SÔBRE O REINO DE DEUS

**Rev. JOÃO DIAS DE ARAÚJO**

A revolução que Jesus trouxe ao mundo está revelada no seu ensino sôbre o Reino de Deus.

«O conceito dominante da mensagem de Jesus é o reino de Deus».

«O reino de Deus é o primeiro e mais essencial dogma da fé cristã».

A expressão «Reino de Deus», ou «Reino dos Céus», está na primeira mensagem de Jesus[1] e na última conversa que teve com os discípulos antes da morte.[2] Entre essas duas ocasiões a expressão aparece nos lábios de Jesus 13 vêzes, segundo o testemunho de Marcos; 34 vêzes, segundo o relato de Lucas; e 48 vêzes segundo o testemunho de Mateus. Mais de um têrço das parábolas de Jesus tratam do Reino de Deus. Sua pregação sôbre o reino marca nova época nas relações de Deus com o homem [3]

Uma lida rápida nos Evangelhos deixa no leitor a impressão forte da ênfase de Jesus sôbre o reino de Deus. O reino de Deus está próximo. O reino de Deus é chegado, está presente, está sôbre os homens, entre os homens, dentro dos homens. O reino de Deus está no futuro; ainda virá. Os homens entrarão nêle e sairão dêle. O Evangelho que Jesus prega é o Evangelho do Reino. O reino de Deus pertence às crianças, aos pobres, aos humildes de espírito, e aos perseguidos por causa da justiça. Só poderão entrar no reino os que se fizerem como crianças, os que

---

1 Mc 1.15
2 Mc 14.25
3 Mt 11.12, 13; Lc 16.16

nasceram de nôvo. A comunhão do reino é expressa na refeição com Abrão, Isaac e Jacó, e com o filho do homem. Nas parábolas o reino é comparado com várias figuras e situações. Enfim, o pensamento, as palavras e as ações de Jesus têm como centro o reino de Deus.

## QUE QUER DIZER «REINO DE DEUS»?

A expressão «Reino de Deus» no uso de Jesus não é fácil de ser definida. Ela parece ser um símbolo elástico e poético, antes que o veículo de um conceito fácil e limitado.

Não é fácil sistematizar o ensino de Jesus sôbre o Reino, que, como vimos, na sua quase totalidade nos é apresentado em parábolas.

«Muitos têm tentado uma definição, sem muito êxito».

Para Kant, o Reino de Deus é o «estado ético».

Walter Rauschenbusch diz que a vontade de Deus é a transfiguração da ordem final sôbre o pecado. E a reconciliação do mundo com Deus. E a conseqüência dessa reconciliação é: nova era, nôvo céu, e nova terra, que são novos porque se submetem à paz de Deus».

O têrmo Reino é ambíguo, mas naturalmente sugere um território ou uma comunidade governada por um rei. O têrmo grego «basileia» é também ambíguo; mas não há dúvida de que a expressão é uma frase bem estabelecida no uso judaico: «O **malkuth** dos céus». **Malkuth** como outros substantivos da mesma formação, é pròpriamente um nome abstrato, significando «majestade», «realeza», «autoridade real», «soberania». A expressão «Malkuth de Deus» liga o fato de que Deus reina como rei. No sentido, ainda que não em forma gramatical, a concepção substantiva na frase «Reino de Deus» é a idéia de Deus, e o têrmo **Reino** indica o aspecto específico, atributo ou atividade de Deus, em que êle é revelado como Rei ou como soberano Senhor do seu povo, ou do universo que êle criou».

Para entendermos o conteúdo revolucionário do ensino de Jesus sôbre o Reino de Deus, temos de estabelecer uma relação entre o pensamento dêle e o pensamento dos seus antepassados e contemporâneos.

Jesus quando falava nesse assunto não usava uma expressão nova, nem lançava palavras no vácuo, mas usava uma expressão e uma série de conceitos correntes na vivência histórica do povo judeu.

Os contemporâneos de Jesus usavam a expressão Reino de Deus em dois sentidos principais:

1 — «Deus é o Rei de seu povo. Israel e seu govêrno real é efetivo enquanto Israel é obediente à vontade divina como revelada no Torah.

2 — «O Reino de Deus é algo que ainda será revelado. Deus é mais do que rei de Israel: Êle é rei de todo o mundo. Mas o mundo não o reconhece como Deus... Neste sentido o Reino de Deus é uma esperança para o futuro. É em si mesmo o «eschaton» ou «último de que trata a escatologia».

Jesus não aceitou tôdas as idéias dos seus contemporâneos sôbre o Reino de Deus. Corrigiu algumas e rejeitou outras.

a) Rejeitou a idéia rabínica de que entrar no Reino de Deus é submeter-se ao Torah. «Em verdade vos digo que se não vos converterdes e não vos tornardes como crianças, de modo algum entrareis no reino dos céus».[4] «Quem não nascer da água e do Espírito, não pode entrar no Reino de Deus».[5]

b) Rejeitou tôda a idéia de fôrça e violência para o estabelecimento e o processo do Reino de Deus. «Embainha a tua espada, pois todos os que lançam mão da espada, à espada perecerão. Acaso pensas que não posso rogar a meu Pai, e êle me mandaria mais de doze legiões de anjos?»[6] «Meu Reino não é dêste mundo. Se o meu Reino fôsse dêste mundo, os meus ministros se empenhariam por mim, para que não fôsse eu entregue aos judeus; mas, agora, o meu reino não é daqui».[7]

---

4 Mt 18.3
5 Jo 23.5
6 Mt 26.53.54
7 Jo 18.36

c) Rejeitou tôda idéia de que o Reino de Deus significava a vitória triunfal do judaísmo e a supremacia política universal dos judeus.

d) Rejeitou a idéia de despotismo que colocava Deus ou o Messias como um monarca absoluto: «Quem quiser tornar-se grande entre vós, será êsse o que vos sirva; e quem quiser ser o primeiro entre vós, será vosso servo; tal como Filho do Homem que não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate de muitos». [8]

e) Rejeitou a idéia de que no Reino de Deus a lei mosaica e a lei rabínica seriam entronizadas e universalmente observadas. Em vez da Lei, eis o programa de Jeus: «O Espírito do Senhor está sôbre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os povos; enviou-me para proclamar libertação aos cativos e restauração de vista aos cegos, pôr em liberdade os oprimidos e apregoar o ano aceitável ao Senhor». [9]

f) Rejeitou a idéia de que no Reino de Deus haveria abundância de confôrto material, riquezas, luxos, embora falasse Jesus numa situação melhor para o homem. «Tende cuidado e guardai-vos de tôda e qualquer avareza; porque a vida de um homem não consiste na abundância de bens que êle possui». [10] «Não podeis servir a Deus e às riquezas». [11]

g) Para Jesus o Reino de Deus não é uma autopia irrealizavel, mas uma responsabilidade presente. «Nem todo o que diz Senhor, Senhor, entrará no Reino dos Céus, mas sim aquêle que faz a vontade de meu Pai que está nos Céus». [12]

h) Diferentemente dos seus contemporâneos, Jesus afirmou a presença do Reino de Deus na terra e não o localizou apenas no futuro. «Se, porém, eu expulso demônios pelo dedo de Deus,

---

8 Mt 20.26-28
9 Lc 4.18, 19
10 Lc 12.15
11 Mt 6.24
12 Mt 7.21

certamente é chegado o Reino de Deus sôbre vós».[13] «... porque o Reino de Deus está dentro de vós»[14]

Assim, como vemos, Jesus não se guiou às idéias dos seus contemporâneos, mas apresentou reformulações novas e profundas ao conceito do «Reino de Deus».

Mas, não havia sòmente uma diferença entre o ensino de Jesus e o pensamento dos seus contemporâneos. Quase invariàvelmente, no Antigo Testamento a idéia do Reino de Deus descreve seu Reino universal sôbre tôdas as criaturas».[15]

No Nôvo Testamento a idéia do Reino descreve um ato definido na História, o ato pelo qual Deus manda o Messias, a quem Êle delega seus podêres reais aqui sôbre a Terra. Isto é, a idéia do Reino de Deus em o Nôvo Testamento implica na presença do divino poder aqui sôbre a terra, seu exercício na História e através dela.

Entremos agora a considerar as sementes da revolução que estão no ensino de Jesus sôbre o Reino.

I — **A SOBERANIA DE DEUS** — Êste é o primeiro aspecto. Deus é o Rei da História e da Supra-História. Rei do Tempo e da Eternidade. O ponto central do ensino de Jesus é a convicção forte de que Deus governa. Todos devem ser submetidos a êsse govêrno que está presente na Terra e que será consumado.

Gustaf Dalman disse: «A expressão **Reino de Deus** é equivalente à **«Soberania de Deus».**

No seu livro «As Palavras de Jesus», Dalman nunca traduz o «basiléia tou theou» como **Reino de Deus,** mas como **soberania de Deus.** Êle quer dar ênfase a êsse aspecto importante do ensino de Jesus.

Jesus disse: «Meu Reino não é dêste mundo»[16] Isto é, não procede dêste mundo, não tem origem terrena. Não é reino como o de César, ou de Herodes, mas é de Deus. Com a enunciação de tal princípio, Jesus inaugurou a substituição de uma ordem inferior, cujo fundamento é humano, por uma ordem superior

---

13 Lc 11.20
14 17.21
15 Sl 96.97
16 Jo 18.36

cuja base é divina. O Reino de Deus é teocêntrico e teocrático, em contraposição ao reino dos homens, que é antropocêntrico e antropocrático.

A revolução de Cristo foi a centralização teológica da vida humana. O centro da vida humana foi mudado daquilo que é terreno para aquilo que é divino. O centro da vida humana não é um princípio filosófico, não é um código moral, não é a observância da Lei, não é qualquer pessoa humana por melhor que seja, mas é Deus, o Deus vivo e verdadeiro.

O Reino de Deus é de Deus. O reino messiânico de Jesus não é apresentado com natureza terrena e política. O Reino depende de Deus exclusivamente.

Com isto lançou a revolução espiritual para tôdas as épocas.

Hoje, a situação internacional, continental, nacional e individual é de grande tensão. Há tensão entre o capitalismo e o comunismo, entre o colonialismo e o imperialismo, entre o nacionalismo e o internacionalismo, entre o racismo e o anti-racismo, etc... Na América Latina há tensão entre a luta pelo progresso independente e a luta pelo progresso dependente. No Brasil a crise atinge tôdas as áreas da vida nacional, e especialmente na realidade chamada **Nordeste.** Como discípulos de Cristo e filhos do reino de Deus, devemos proclamar a soberania de Deus. Êle dirige os povos. Êle dirige os monarcas e os líderes dos povos, mesmo que êles não percebam. Êle dirige seu povo nas crises da História. Êle intervém na História. Deus é o começo, o centro e o fim da História. Quando chegou a plenitude dos tempos Êle enviou o seu Filho. O fim da História está nas mãos de Deus. A crença na soberania de Deus deve ser o ponto básico da nossa fé na época em que vivemos.

A vida humana está descentralizada e subdividida. Precisamos voltar à unidade da vida. A vida do homem está dividida em compartimentos: vida secular, vida religiosa, vida pública, vida particular, vida de corpo, vida de espírito, vida profissional, vida vocacional, etc... Tudo isto estrangula a unidade da vida humana. Na Bíblia não há essas separações. Deus é o começo, o centro e o fim da vida humana. «Nêle vivemos, nos movemos

e existimos».[17] Na Bíblia a vida humana pertence a Deus. Todos os homens são propriedade de Deus, embora muitos não reconheçam essa propriedade. O Reino de Deus é a soberania de Deus. A soberania de Deus expressa na terra através do ato de fazer a vontade de Deus. Vemos claramente êsse ensino na oração que Jesus ensinou: «Venha o teu reino, faça-se a tua vontade, assim na terra como no céu».[18] Uma frase explica outra. A vinda do Reino de Deus à Terra é vontade dêle cumprida na Terra como é cumprida no céu.

«Nem todo o que me diz: Senhor, Senhor, entrará no Reino do Céu, mas aquêle que faz a vontade de meu Pai que está no Céu».[19] Por isso Walter Rauschenbusch disse que «o Reino de Deus é a humanidade organizada, segundo a vontade de Deus. «Embora não seja só isso, há verdade no que êle diz. A aspiração principal de Jesus é ver o homem submisso à Soberania de Deus, fazendo a vontade divina. Jesus não só ensinou que o homem deve fazer a vontade de Deus, mas deu o exemplo. Desde os 12 anos, no templo, depois no seu afanoso ministério, e, finalmente, no Getsêmani e na cruz, vemos Jesus curvando-se perante a Soberania de Deus e fazendo a sua vontade. Jesus trouxe o Reino de Deus e mostrou como êle está sendo estabelecido pela submissão à vontade de Deus. «Todo aquêle, pois, que ouve estas minhas palavras e as pratica, será comparado a um homem prudente que edificou a sua casa sôbre a rocha».[20] «Quem é minha mãe, e quem são meus irmãos? E, estendendo a mão para os discípulos, disse: Eis minha mãe e meus irmãos. Porque qualquer que fizer a vontade de meu Pai Celeste, êsse é meu irmão e mãe».[21]

O apóstolo Paulo e seus companheiros chegaram à cidade de Tessalônica. Os habitantes desta cidade foram às autoridades para fazer uma acusação: «Êstes que têm alvoroçado o mundo chegaram também aqui».[22] Por que levantavam esta acusação

---

17 At 17.28
18 Mt 6.10
19 Mt 7.21
20 Mt 7.24
21 Mt 12.48-50
22 At 17.6, 7

contra aquêles que chegavam à cidade de Tessalônica pregando o evangelho? Geralmente êste versículo não é citado completamente, o que pode originar alguma falsa interpretação. A palavra grega «Anastado» que se traduz por **alvoroçado,** tem significado muito mais variado que muitas palavras em português. Significa, entre outras coisas, transtornar, virar pelo avêsso, pôr tudo de perna para o ar; significa modificação completa na ordem das coisas «êstes que têm alvoroçado o mundo chegaram até nós». E todos êstes, diziam os pagões de Tessalônica, todos èstes procedem contra os decretos de César, dizendo que há outro Rei, Jesus. Êles estavam alvoroçando, transtornando o mundo, porque estavam apresentando outro rei. Porque quando César quer se colocar como dono da consciência humana, quando êle quer se colocar no lugar de Deus, então a tarefa do cristão que pregava naquele tempo, era justamente esta: dizer que há outro rei. E há outro mesmo. O Jesus glorioso, glorificado Senhor Jesus. Daí êles estarem proclamando no mundo esta Soberania de Deus. E aqui está a primeira semente da resolução que Jesus trouxe ao mundo. Submeter tôdas as ordens e tôdas as coisas e fazer com que todos saibam que Deus é o Rei Soberano, que Êle governa, que tôda a vida humana deve estar sob a orientação dêste Deus criador e Senhor do Universo e de tôda realidade.

II — **O REINO DE DEUS VISA O HOMEM** — A soberania de Deus é uma ordem de coisas sob a qual o homem é colocado. O evangelho fala em «sentar-se à mesa»,[23] «comer o pão»[24]. Fala que os homens são filhos do Reino e pertencem ao Reino.[25] Os homens estão ou não estão preparados para o Reino, são dignos ou indignos do Reino.[26] Os homens podem ser lançados fora do Reino.[27]

Consideremos em que aspectos o Reino de Deus visa o homem.

---

23 e 24 Mt 8.11; Lc 13.28; 22.15, 16
25 Mt 22.3, 8, 14
26 Lc 9.62
27 Mt 16.19

1— **Humanismo** — O ensino de Jesus sôbre o Reino de Deus objetiva o homem em tôda a sua expressão individual e social. Jesus mostrou que o seu alvo era o homem. «Eu vim para que tenham vida em abundância».[28] «Porque o Filho do Homem veio para buscar e salvar o que se havia perdido».[29] «... para que todo aquêle que nêle crê não pereça, mas tenha a vida eterna».[30] «E percorria Jesus tôda a Galiléia, ensinando nas sinagogas, pregando o evangelho do reino e curando tôda sorte de doenças e enfermidades entre o povo».[31] Jesus veio ao mundo por causa dos homens, exclusivamente; por isso o Verbo se fêz carne. Com a vida e o ensino de Jesus inaugurou-se o verdadeiro humanismo. Jesus via no homem o ser criado à imagem de Deus, o ser que foi criado para uma vida superior de comunhão com Deus e com o próximo. O homem coroa o rei da criação. Por outro lado Jesus encarava o pecado do homem. O homem rebelado contra Deus, inimigo de Deus, e, por isso, infeliz e sofredor. Mas, a tarefa de Jesus é restaurar o homem e salvá-lo. Fazê-lo voltar à comunhão com Deus e com o próximo. Levar o homem a viver debaixo da Soberania de Deus. Jesus era o segundo Adão, que veio restaurar o primeiro Adão, «para que todos cheguemos à unidade da fé, e do pleno conhecimento do Filho de Deus, à perfeita varonilidade, à medida da estatura da plenitude de Cristo».[32]

Vemos, no mundo de hoje, florescer dois tipos de humanismo: o marxista e o existencialista. Para o humanismo marxista o homem é um objeto, é um produto da sociedade. Produto da evolução da matéria e da História, o homem é resultado final de tôda realidade. Marx, seguindo a orientação de Hegel, fêz do homem um objeto. O homem é criado pela estrutura social. Se a estrutura social fôr boa o homem será bom, se fôr má, o homem será mau. A finalidade do homem está na submissão ao Estado. O homem ideal é produzido pela estrutura ideal. Êle é objeto dessa estrutura.

---

28 Jo 10.10
29 Lc 15.19
30 Jo 3.16
31 Mt 4.23
32 Ef 4.13

O humanismo existencialista ateu faz do homem um projeto. O homem não é produto da sociedade nem foi criado por Deus, pois é o homem quem cria a si mesmo. Êle é produto do seu próprio Eu. O homem é seu próprio criador e é o criador de sua existência particular; não há natureza humana essencial. O homem cria a sua própria natureza. Êle é um projeto, segundo Sartre, porque é projetado na vida sem nenhum sentido e precisa buscar o ente.

Diante dêsses dois tipos de humanismo devemos afirmar o humanismo cristão que está dentro do ensino de Jesus sôbre o Reino de Deus. Para Jesus o homem não é objeto, mas é sujeito, a pessoa criada por Deus. Por isso, não se encontra a sua expressão total numa estrutura social, nem dentro de si mesmo, mas na comunhão com Deus que se reflete em si mesmo e na sociedade: «Amarás o Senhor teu Deus de todo o teu coração, e de tôda a tua alma, de tôdas as tuas fôrças e de todo o teu entendimento; e amarás o teu próximo como a ti mesmo».[33] O homem não deve estar apenas relacionado com a sociedade e consigo, mas, em primeiro lugar, com Deus. O alvo do Reino de Deus é colocar o homem e a sociedade sob a Soberania de Deus.

2 — **Evangelização** — Provàvelmente muitos leitores dos Evangelhos, se tivessem que dar uma resposta sôbre qual o assunto principal do ensino de Jesus, diriam que era o seguinte: «Como poderá a alma salvar-se»? Isto é o que êles procuram nos Evangelhos, e seria, naturalmente, o que julgam ser o grande assunto da pregação de Jesus — a salvação dos pecadores. Jesus, é certo, não se esqueceu dêste problema, nem o deixou fora de suas cogitações. Mas, na realidade, o seu grande tema foi «O Reino de Deus».

A obra de evangelização estava dentro da obra geral do estabelecimento do Reino de Deus na Terra. A igreja tem de encarar a evangelização neste sentido. Os Evangelhos afirmam que quando Jesus evangelizava estava «pregando o Evangelho do Reino». Devemos considerar alguns aspectos do conceito bíblico de evangelização:

---

33 Lc 10.27

a) **Evangelizar é proclamar o Reino de Deus**. A primeira tarefa é esta: «À medida que seguirdes, pregai que está próximo o Reino dos Céus».[34] Foi essa a ordem de Jesus para os doze discípulos. A ordem de Jesus para os setenta foi: «Anunciai-lhes a vós outros que está próximo o Reino de Deus».[35] Recomendou também Jesus a indivíduos em particular: «Tu, porém, vai e prega o Reino de Deus».[36] Mas, Êle mesmo deu exemplo quando iniciou as suas pregações dizendo: «O tempo está cumprido e o Reino de Deus está próximo, arrependei-vos e crede no Evangelho».

Por isso Dalman afirma: o «basiléia thou theou» é o sujeito de uma notícia em conexão com os verbos: evangelizar, anunciar, pregar. A «Soberania de Deus» é o conteúdo de uma mensagem de boas novas.

A missão principal da igreja de Cristo é proclamar ao mundo a soberania e o govêrno de Deus sôbre tôda a realidade.

b) **Evangelizar é humanizar** — Não é possível separar a proclamação da humanização. Tôdas as vêzes que aparece nos Evangelhos a proclamação do Reino de Deus, ela está relacionada com a situação humana e a humanização. Notemos alguns textos: «pregando o Evangelho do Reino e curando tôda a sorte de doenças e enfermidades entre o povo». Era assim que Jesus evangelizava, «pregando e curando». Não apenas «pregando», não apenas «curando», mas «pregando e curando». Foi assim que êle mandou que os 12 apóstolos fizessem: «pregai que está próximo o Reino dos Céus. Curai enfermos, ressuscitai mortos, purificai leprosos, expeli demônios...»[37] Notemos a seqüência dos verbos: pregai, curai, ressuscitai, purificai, expeli. Aos setenta discípulos Jesus recomenda: «Curai os enfermos que nela houver e anunciai-lhes: a vós outros está próximo o Reino de Deus».[38] «Curai e anunciai». Jesus não humanizava primeiro para depois evangelizar, nem evangelizava primeiro para depois

34 Mt 10.7
35 Lc 10.9
36 Lc 9.60
37 Mt 10.7, 8
38 Lc 19.9

humanizar, mas, evangelizava humanizando e humanizava evangelizando.

O que os cristãos têm feito é separar o que não se deve separar; por isso a evangelização tem caído em dois extremos errados. O primeiro extremo é o que considera a evangelização apenas como proclamação, como pregação, separada da humanização. A tarefa da Igreja seria entrar, por exemplo, nos mocambos e dizer: «Jesus é o Salvador». A tarefa terminaria na simples proclamação. O resto não compete à Igreja, mas ao govêrno e às instituições de caridade. Uma das maiores heresias afirmadas abertamente por muitos cristãos chamados ortodoxos e fundamentalistas é que «a Igreja nada tem a ver com os problemas sociais». Dizer isto é mutilar o Evangelho de Cristo e a mensagem do Reino de Deus. Mas os cristãos que caem nessa heresia secular da igreja partem do princípio pagão da dicotomia da natureza humana que dá valor extremo à alma e despreza o corpo. Não sabem êsses cristãos que Jesus não ensinou essa dicotomia, essa separação herética. Mas ensinou, sim, que o homem é uma unidade, um todo e que Êle veio salvar êsse todo. Mesmo quando Jesus usava a palavra «alma», queria significar a expressão total do homem, incluindo o corpo (comparar Mt 16.26 com Lc 9.25). Por isso a evangelização que não considera o corpo e a realidade integral do homem está incompleta e errada.

Outro exemplo errado da evangelização entre os cristãos, está em afirmar que o dever da igreja é humanizar sem proclamar, sem pregar. Foi o extremo do chamado «Evangelho Social». É também mutilar o Evangelho de Cristo, dizer que a única missão da igreja é melhorar a situação social, e cuidar do corpo do homem. Porque não basta isso. Ainda há um meio têrmo entre essas duas posições extremadas que também está errado. Alguns dizem: «Preguemos a tempo e a fora de tempo e depois, se der tempo, cuidaremos dos problemas sociais». Outros dizem: «Humanizaremos primeiro, e, quando a sociedade estiver evoluída e ideal, então poderemos pregar o Evangelho». Ambos estão errados, porque não foi isso que Cristo fêz. A obra de Cristo foi levantar o homem, restaurá-lo em todos os sentidos e em tôdas as suas implicações existenciais. Isto significa colocar o homem debaixo da Soberania de Deus, fazendo a vontade do Pai Celeste.

A Igreja precisa reformular e corrigir seus métodos de evangelização para que a sua obra se enquadre no ensino e na prática de Jesus.

3 — **Sociedade** — O ensino de Jesus sôbre o Reino de Deus não considera apenas o indivíduo, mas também a sociedade. Não era possível que ficasse sòmente com o indivíduo, pois, o indivíduo não existe isolado do grupo. Na Bíblia não existe o homem solitário, mas solidário. O homem como indivíduo não é produto da sociedade, nem é o produtor da sociedade, mas é parte integrante da sociedade, sem a qual êle não pode expressar-se como ser humano. A mensagem do Evangelho sòmente atinge o indivíduo no contexto da sociedade. Os cristãos têm errado na ênfase demasiada ao indivíduo, sem relacioná-lo com a comunidade. Eis alguns aspectos dêsse relacionamento:

a) **Deus é Pai** — um dos grandes ensinos de Jesus sôbre o Reino de Deus é que êsse Deus é nosso Pai — não é chefe tirano, arbitrário, nem déspota sanguinário, mas Pai. Todos nós somos filhos dêsse Deus. Há também os filhos rebeldes, que abandonaram a casa do Pai e se fizeram inimigos. Todavia, «Êle faz nascer o sol sôbre maus e bons, e vir chuvas sôbre justos e injustos».[39]

b) **Espírito familiar, cooperativista e comunista** — O Reino de Deus é de fato uma família, não como um contrato legal, mas como um espírito de família. A vida em família é cooperativa. A família, conforme sublinha Stanley Jones, tem resistido ao embate dos séculos, justamente por estar baseada no princípio egoístico da competição. Suponhamos, prossegue Stanley Jones, que numa família o filho mais velho, mais forte e mais hábil, tomasse em cada refeição todo o alimento que pudesse dos membros mais fracos, acumulando-o ao redor do seu prato, indiferente às suas próprias necessidades e às dos outros.

Felicitá-lo-iam os membros da família, dizendo: «Você venceu na vida?» Absolutamente. O espírito de família seria ultrajado

39 Mt 5.45

por êste ato e esta atitude anti-sociais. Êsse espírito, em 24 horas, destruiria tôdas as famílias da terra. E, portanto, esperamos ter união em nossa ordem social e econômica, cuja essência é o espírito de luta egoísta. Não admira que ela esteja ruindo. Nenhuma ordem pode suportar uma prova dessas.

O princípio de família é cooperativo e não o de domínio do mais forte. Por isso, os que entram no Reino de Deus lembram-se do próximo. Zaqueu tornou-se irmão dos pobres de Jericó, porque entrou no Reino de Deus». [40] Mas o môço rico não pôde entrar no Reino porque não quis considerar os pobres como irmãos». [41]

Todavia, essa irmandade não é baseada em economia, mas na prática da vontade de Deus. Os que fazem a vontade de Deus são irmãos entre si e são irmãos e parentes de Jesus.

Êles fazem a vontade de Deus, por isso é que o princípio cooperativo familiar é praticado. É êsse o princípio que ainda domina vários governos de igrejas contemporâneas. Nós podemos citar vários exemplos de igrejas em que o assalariado vive nesse regime cooperativo, em que os bens pertencem à comunidade e êle é apenas uma parte dessa comunidade. Como frisou numa palestra o Rev. Almir dos Santos, um pastor assalariado de uma igreja, vive numa casa que é da igreja; se êle usa um automóvel, êsse veículo geralmente é da igreja, e os bens que êle usufrui da igreja são da comunidade, enfim há uma prática dentro mesmo do próprio govêrno das igrejas, dessa idéia cooperativista que é a idéia fundamental dessa irmandade que está no Reino de Deus.

Quando Jesus anunciou o Reino de Deus estava estabelecendo os princípios para a ordem social, baseado nesse espírito familiar. Espírito que foi esquecido pela maioria das igrejas cristãs, que hoje tem definido ordens sociais baseadas em princípios de rapina.

Como afirma Ernest Troeltsch: «Contudo, um dos permanentes do ensino de Jesus foi esta idéia de um Comunismo de Amor. Esta idéia contém um elemento revolucionário...»

---

40 Lc 19.8.10
41 Mc 20.21-22

Tem razão Arnold Toymbee em afirmar que «os elementos que fizeram do comunismo uma fôrça explosiva não são criação de Hegel, mas elementos do Cristianismo e do Judaísmo». Baseado no princípio familiar é que vemos a Bíblia considerando o problema das riquezas dentro do conceito cristão sôbre o Reino de Deus. A Bíblia condena todo acúmulo de riquezas nas mãos de poucos que a usufruem.[42]

O dinheiro não deve ser acumulado, mas repartido; não há capital.[43] Devemos ser trabalhadores e a renda do nosso trabalho deve servir para o sustento condigno de nossa família. O que exceder deve ser sàbiamente distribuído para ajudar os necessitados e para criar oportunidades para o bem de todos.[44] No Antigo Testamento as idéias protegem o escravo e o assalariado. Após a conquista de Canaã não foi usado o sistema latifundiário, mas a terra foi distribuída eqüitativamente entre as famílias.[45] Só poderemos entender o problema da propriedade privada na Bíblia à luz do ensino da mordomia. A terra é propriedade de Deus. Nós somos mordomos.[46] Jesus deu ênfase ao trabalho e não ao capital.[47]

Nesta linha de pensamento, convém salientar a interpretação desgraçadamente multissecular das palavras de Jesus em Batânia: «Os pobres sempre os tendes convosco».[48]

Muitos têm usado estas palavras para apoiar sistemas econômicos injustos, desprezar as miseráveis. Jesus não estava defendendo a eternidade da pobreza. Êle que viveu debelando a miséria e que profetizou que muitos seriam benditos do Pai «Porque tive fome e me destes de comer, tive sêde e me destes de beber, estava nu e me vestistes...» Naquela ocasião, em Betânia, Jesus estava se referindo a uma circunstância daquela época e daquelas pessoas, em referência aos pobres. Dizer com essas palavras que Jesus estava ensinando a perpetuidade da

---

42 Is 5.8; Mt 5.19; Lc 12.15-21
43 Tm 6.17 16; Mc 20.21 25; Lc 19.8
44 Ef 4.28; Ts 4.11, 12; 1 Tm 6.7-10; 17-19; At 4.34-87
45 Josué 13.7; 19.48,49.
46 Sl 24.1; Lv 25.23,24; L Cr 29.11 14
47 Jo 5.17; 15.12-16
48 Mc 14.7

pobreza é colocá-la em contradição consigo mesmo, e é condenar todo esfôrço cristão para minimizar os sofrimentos dos pobres. Estaria errada uma comunidade que resolvesse erradicar a miséria e a mendicância do seu meio? Não. Melhorar a condição humana em todos os sentidos foi o anelo constante de Jesus.

4 — **Justiça** — Um dos aspectos mais importantes do Reino de Deus é a justiça. Muita ênfase é dada por Jesus à Justiça. «Bem-aventurados os que têm fome e sêde de justiça.....» [49,50] «Se a vossa justiça não exceder em muito a dos escribas e fariseus, jamais entrareis no Reino dos Céus». [51] «Buscai, pois, em primeiro lugar o seu Reino e a sua justiça». [52] «Tendes negligenciado os preceitos mais importantes da lei: a justiça, a misericórdia, e a fé». [53] Esta ênfase de Jesus ecoa nos escritos dos apóstolos. «Porque o Reino de Deus não é comida, nem bebida, mas justiça...» [54] Nisto são manifestos os filhos de Deus e os filhos do diabo: todo aquêle que não pratica justiça não procede de Deus, também aquêle que não ama a seu irmão». [55]

Mas, que justiça? A justiça de Deus. O Reino de Deus é o estabelecimento da justiça de Deus na terra. Jesus é a revelação da justiça de Deus. Êle mostra que a motivação da justiça é o próprio Pai. «Para que sejais filhos de vosso Pai que está nos céus». A justiça de Deus está baseada no seu amor.

A vida de Jesus foi uma luta contra as opressões do seu tempo. «Vinde a mim todos os que estão cansados e oprimidos». [56] Jesus lutou contra a opressão do pecado, contra a opressão da ignorância, da doença, da fome, da tirania de satanás e dos homens poderosos. A vida de Jesus é a manifestação do Deus que «agiu com seu braço valorosamente; dispersou os que no coração alimentavam pensamentos soberbos. Derrubou dos seus tronos os poderosos e exaltou os humildes. Encheu de bens

---

49 e 50 M. 5.6
51 Mt 5.20
52 Mt 6.33
53 Mt 23.23
54 Rm 14.7
55 1 Jo 3.10
56 Mt 11.28

os famintos e despediu vazios os ricos».[57] Na luta contra tôdas as opressões Jesus declara: «O Espírito do Senhor está sôbre mim, pelo que me ungiu para evangelizar os pobres; para proclamar libertação aos cativos e restauração de vista aos cegos; para pôr em liberdade os oprimidos e apregoar o ano aceitável do Senhor.[58] No auge do seu ministério Jesus esclarece: «Ide e anunciai a João o que estais ouvindo e vendo: os cegos vêem, os coxos andam, os leprosos são purificados, os surdos ouvem, os mortos são ressuscitados e aos pobres está sendo anunciado o Evangelho».[59]

Jesus não vacila na condenação das injustiças das classes dirigentes. «Ai de vós, escribas e fariseus hipócritas; porque devorais as casas das viúvas, e, para o justificar fazeis longas orações; por isso sofrereis juízo muito mais severo»[60] Jesus expulsou os vendilhões do templo e os chamou de «ladrões e salteadores».

Foi uma denúncia aberta contra os sumo-sacerdotes Anás e Caifás, donos daquele comércio demoníaco. Jesus não tolerou a petulância de Herodes, e mandou-lhe um recado: «Ide e dizei a essa raposa...»[61] A paixão de Jesus pela justiça é expressão viva da implantação do Reino de Deus.

Essa é a função preponderante do «corpo de Cristo» na Terra. Infelizmente não tem sido assim. Todavia, «um dos melhores sinais da igreja na atualidade, é que ela parece estar carregada de tristeza porque a justiça do Reino de Cristo é tão pouco praticada nos países cristãos». Está surgindo, ante os olhos dos cristãos a visão de uma nova sociedade possuída e movida, muito mais do que esta atual, por aquêle espírito que procede da consciência da paternidade de Deus e da fraternidade dos homens, espírito êste que devemos a Jesus.

A igreja tem apoiado sistemas econômicos e políticos opressores, ou se tem silenciado pecaminosamente, muitas vêzes diante da injustiça, da opressão do homem pelo homem. A igreja deve

---

57 Lc 1.51-53
58 Lc 4.18,19
59 Mt 11.4,5
60 Mt 23.14
61 Lc 13.32

fazer muito mais empenho para o estabelecimento da justiça nas relações familiares, nacionais e internacionais. Muitas vêzes a igreja não tem sido instrumento eficaz para a prática da justiça entre os homens, antes tem sido instrumento para a injustiça. Instrumento para injustiça dos patrões contra empregados. Instrumento para o aumento da pressão dos ricos e poderosos. Instrumento para dar apoio aos imperialismos e colonialismos execrandos e desumanos.

Foi tanta a displicência dos cristãos, que a palavra **Justiça** foi arrebatada da bandeira cristã para hoje ocupar lugar de destaque na bandeira vermelha do materialismo. A palavra justiça está mais na bôca de ateus do que de cristãos. Chegou ao ponto de, quando um cristão começa a falar em justiça, ser considerado inimigo do cristianismo e elemento perigoso para a «sociedade cristã democrática.»

Mas, o Reino de Deus, anunciado por Jesus, é o grande Reino da Justiça, por isso é um Reino revolucionário.

III — **O REINO DE DEUS É ESCATOLÓGICO** — No ensino de Jesus sôbre o Reino vemos claramente dois fatos: O Reino já está no mundo e o Reino ainda será consumado. Entre o presente e a consumação há um processo. Jesus inaugurou a primeira etapa com a sua vinda ao mundo, trazendo o Reino. O mesmo Jesus vai inaugurar a segunda etapa, quando vier na sua glória e consumar o Reino. «O Reino do mundo se tornou de nosso Senhor e de seu Cristo, e Êle reinará pelos séculos dos séculos». [62] «E, então virá o fim, quando êle (Cristo) entregar o Reino ao Deus e Pai, quando houver destruído todo o principado, bem como tôda a potestade e poder».[63] O próprio Jesus afirmou: «E será pregado êste Evangelho do Reino por todo o mundo, para testemunho a tôdas as nações. Então, virá o fim». [64] «Quando vier o Filho do homem na sua majestade e todos os anjos com Êle, então se assentará no trono da sua glória; e tôdas as nações serão reunidas em sua presença». [65]

---

62 Ap 11.15
63 1 Co 15.24
64 Mt 24.14
65 Mt 25.31,32

Êste elemento escatológico do Reino de Deus é parte importante da revolução que Jesus veio trazer ao mundo. Êste é o «messianismo» da igreja cristã. A fôrça espiritual que amenizou o sofrimento de muitos mártires. Êste é o messianismo que antevê o Reino de Deus consumado no universo, quando tôda a realidade estará sob a soberania de Deus. Jesus não é só o princípio, é, também, o fim; não é só o alfa, mas o ômega; o que era, o que é e o que será.»

Como observa Otto Piper, devemos evitar dois erros, quando falamos no fim. O primeiro é pensarmos que Deus vai interromper abruptamente o curso do tempo e, de modo súbito e arbitrário, estabelecer o juízo final, sem ligação com o processo que o próprio Deus desenvolve dentro da história. Não podemos entender o fim, sem ligá-lo com aquilo que Deus vem fazendo, através do estabelecimento do seu Reino. O segundo êrro é pensarmos que o fim é a terminação de tudo, é a extinção total. O fim, só é o término do pecado e da rebelião. Por outro lado, é a continuação do propósito de Deus a desenvolver-se nos novos céus e na nova terra, após a palingenesia universal. Não é o término, mas a transformação.

A escatologia do Reino de Deus difere de tôdas as utopias humanas, porque não apresenta uma «idade de ouro», «uma época sonhada» como que boiando nas nuvens de um futuro distante, mas apresenta a esperança do domínio da soberania de Deus sôbre todo o universo.

Por outro lado a esperança cristã é diferente da esperança materialista-comunista, porque esta sonha com uma «idade áurea» dentro do processo histórico, a alcançada pelo esfôrço humano sem intervenção sobrenatural; ao passo que o messianismo cristão reconhece o elemento **Pecado** no processo histórico, e crê que sòmente Deus pode transfigurar a humanidade e estabelecer a nova Jerusalém.

Todos os homens sonham com «um bom tempo». Todos aspiram a um «bom tempo» de liberdade, igualdade, fraternidade, amor, justiça, etc. Os cristãos acham que êsse «bom tempo» virá na sua expressão total com o estabelecimento do Reino de Deus. Mas, o processo dêsse Reino já está presente, efetua-se na História e terá a sua consumação na supra-História.

Êsse aspecto escatológico teve e ainda tem influência poderosa sôbre os cristãos e sôbre a igreja, porque mostra que Deus tem um propósito para a História. Isto dá ânimo para luta, e nisto está a dinâmica do Reino de Deus, isto é, que o Reino de Deus é o elemento que opera no mundo e continuará operando até a consumação final.

O Brasil espera por um tempo melhor. Há um messianismo brasileiro, especialmente no Nordeste. Esta área que há muito sofre sob o guante de grandes injustiças, flagelos e desprezos. Entre sêcas prolongadas e enchentes o nordestino é o povo que espera por uma situação melhor. O messianismo nordestino é colorido com as tintas do sonho mais exaltado da felicidade e da fartura. Basta ler os poetas populares do Nordeste, que falam das aspirações mais profundas dos homens das caatingas e dos mocambos. Um exemplo típico dêsse messianismo nordestino está no poema «Viagem ao País de São Saruê». São Saruê é a Nova Jerusalém dos nordestinos sofredores.

Eu vou pedir licença para ler uma parte dêste poema de Manuel Camilo dos Santos. Êste poema mostra como os poetas populares expressam as aspirações da gente pobre do interior ou das capitais. Como o poeta é capaz de colocar em versos os sonhos que para êle constitui uma visão da Nova Jerusalém. Eu vou ler a parte final, e que descreve esta cidade chamada São Saruê.

> «Mais adiante uma cidade
> como nunca vi igual
> tôda coberta de cristal,
> ali não existe pobre
> é tudo rico afinal.
>
> Uma barra d'ouro puro
> servindo de placa eu vi,
> com as letras de brilhantes
> chegando mais perto eu li,
> dizendo: — São Saruê
> é êste lugar aqui.

Quando avistei o povo
fiquei de tudo abismado,
era um povo alegre e forte
sadio e civilizado,
bom, tratável e benfazejo
por todos fui abraçado.

O povo de São Saruê
tudo tem felicidade,
passa bem, anda decente
não há contrariedade,
sem precisar trabalhar
e tem dinheiro à vontade.

Lá os tijolos das casas
são de cristal e marfim,
as portas barras de prata
as telhas, fôlhas de ouro
e o piso de cetim.

Lá eu vi rios de leite
barreiras de carne assada
lagoas de mel de abelhas
atoleiros de coalhadas,
açude de vinho quinado
monte de carne guisada.

As pedras de São Saruê
são de queijo e rapadura
as cacimbas são café
já coado e com quentura,
de tudo assim por diante
existe grande fartura.

Feijão já nasce no mato
já maduro e cozinhado,
o arroz nasce nas várzeas
já prontinho, despopado,
peru nasce de escôva
sem comer vive cevado.

Galinha põe todo dia
em vez de ôvo é capão,
o trigo em vez de semente
bota cachadas de pão,
manteiga lá cai das nuvens
fazendo rama no chão.

Os peixes lá são tão mansos
com o povo acostumados,
saem do mar vêm para as casas
são grandes, gordos e cevados
é só pegar e comer
pois todos vivem guisados.

Tudo lá é bom e fácil
não precisa se comprar,
não há fome e nem doença
o povo vive a gozar,
tem tudo e não falta nada
sem precisar trabalhar.

Maniva lá não se planta
nasce e em vez de mandioca
bota cachos de beijus
e palmas de tapioca,
milho, a espiga é pamonha
e o pendão é pipoca.

As canas em São Saruê
em vez de bagaço e caldo,
umas são cana de mel
outras açúcar refinado,
as fôlhas são cinturão
de pelica preparado.

Os pés de chapéus de massa
são tão grandes e carregados
os de sapatos da moda
têm cada cachos «alopradosְ»
os pés de meias de sêda
chega viver encalhados.

Sítios de pés de dinheiro
que faz chamar atenção,
os cachos de notas grandes
chega arrastar pelo chão,
as moitas de prata e níquel
são mesmo que algodão.

Os pés de notas de conto
carrega que encapota,
pode tirar-se à vontade
quanto mais velho mais bota
além dos cachos que tem
cascas de fôlhas tudo é nota.

Lá os pés de casimira,
brim, borracha e tropical,
raion, brim de linho e cáqui
e de sêda especial,
já botam as roupas prontas
própria para o pessoal.

Lá quando nasce um menino
não dá trabalho a criar,
já nasce falando e já sabe ler,
escrever e contar,
canta, corre, salta e faz
tudo quanto se mandar

Lá tem um rio chamado
o banho da mocidade,
onde um velho de cem anos
tomando banho à vontade,
quando sai parece
ter vinte anos de idade.

Lá não se vê mulher feia
e tôda môça é formosa,
alva, rica e bem decente
fantasiada e cheirosa,
igual a um lindo jardim
repleto de cravo e rosa.

É um lugar magnífico
onde eu passei muitos dias,
passando bem e gozando
prazer, amor, simpatias,
todo êsse tempo ocupei-me
em recitar poesias.

Eu citei êste exemplo porque é um assunto, que aliás preocupa à Confederação Evangélica.* Mas eu li, para chegar à seguinte conclusão:

Daí entendermos porque o messianismo comunista fala de perto ao homem do nordeste brasileiro. O nordestino é o povo

---

* O A. se refere a um dos documentos preparatórios da Conferência do Nordeste, intitulado "O messianismo na literatura nordestina", que não chegou a ser publicado.

mais messiânico do Brasil. Daí também notarmos com grande tristeza que os cristãos deixaram de lado a revolução do Reino de Deus, revolução que traz bênçãos para o presente e esperança para o futuro.

O cristianismo proclama que a História atual está no ínterim que tem como pontos limítrofes a ascensão de Cristo e a sua Parousia. Entre a sístole e a diástole da eternidade palpita a História.

Não haveria razão de ser para a existência da igreja se não houvesse a esperança da Parousia. A sombra escatológica que atravessa a Bíblia tem sua expressão no «dia de Jeová», do Antigo Testamento e no «dia do Senhor» do Nôvo Testamento. Ambos expressam a Parousia divina.

**Conclusão** — «O Cristianismo e a Reforma são duas das grandes revoluções da História. São na verdade a mesma revolução. A primeira fecha a velha ordem das coisas, a segunda começa a nova ordem.» São palavras do grande historiador d'Aubigné. A revolução do Reino de Deus foi inaugurada há dois mil anos atrás com a presença de Jesus Cristo e continua alvoroçando o mundo. O que nós cristãos precisamos fazer hoje é, através das nossas vidas, dar mais oportunidades para o desencadear dessa revolução gloriosa.

Como filhos do Reino de Deus somos parte da rebelião dos tempos atuais. Devemos estar na vanguarda dos movimentos de transformação do mundo contemporâneo. O clima revolucionário do Século XX é percebido através da revolução marxista-leninista, da revolução do proletariado, da revolução racista, da revolução nacionalista, da revolução da autodeterminação, etc. Dentro dêsse vulcão em ebulição está operando a revolução do Reino de Deus, isto é, a soberania de Deus sôbre a História, dando a diretriz segura para a humanidade no presente e no porvir.

# O ARTISTA: SERVO DOS QUE SOFREM

**Prof. GILBERTO FREYRE**

Senhor Presidente, meus caros companheiros de mesa, meus amigos. Temo desapontá-los lendo as notas que escrevi para esta ocasião; é que eu sou mais escritor, se é que sou escritor, do que orador. Não temam porém, porque as notas são curtas e o fato de que eu vou lê-las não quer de modo algum dizer que eu me esquive a ser bombardeado, como é já expressão usual, com perguntas no fim da leitura destas notas. Elas são mesmo notas de desafio e provocação. Considerem-se por elas, os meus amigos presentes, desafiados e provocados, antes de me desafiarem e provocarem.

O que mais me encanta nesta reunião de cristãos evangélicos que agora se realiza no Recife, é a Exposição de Artes que acabo de visitar, que constitui uma das expressões mais características, e, eu aqui, desde já, me congratulo com a sua principal organizadora. Realmente é encantador o honesto e inteligente empenho que esta reunião revela da parte dos cristãos evangélicos brasileiros de se identificarem com a realidade brasileira, com a cultura, com a própria tradição brasileira, continuada da portuguêsa e que tendo se constituído sôbre base católica não se fecha a sugestões acatólicas, como não se fecha a um processo renovador ou mesmo revolucionário que seja de fato brasileiro, e de fato corresponda às aspirações evangélicas. Pois não é certo desta tradição que não se concilie com o modo dos cristãos evangélicos serem ao mesmo tempo cristãos e brasileiros.

A cultura brasileira é, ou deve ser, como a educação de que fala, em livro interessantíssimo, o Prof. Anísio Teixeira, uma cultura aberta a todos os que aqui vivem e convivem, e não fechada a muitos para se ourissar em privilégios de alguns. Somos uma

tradição, somos uma cultura, e somos uma realidade caracterizadas em suas principais expressões, pelo espírito e até pelo gôsto de convivência democrática. O espírito e até o gôsto de convivência democrática permitiu que aqui convivessem, como agora convivem, brasileiros das mais diversas côres, das mais diferentes etnias, das mais diferenciadas culturas de origem, sem que essas diversidades prejudicassem nossa unidade, ao contrário, reforçando-a, fazendo com que ela seja uma unidade flexível, dinâmica, viva, e não monolítica nem artificial. É uma constante lusitana esta. Delas têm havido desvios lamentáveis: a Inquisição em Goa, por exemplo.

Mas a predominância vem sendo esta. Onde chegou o português fêz mais da sua fé cristã do que da sua condição ética de europeu, a base principal da sua presença entre povos não europeus e da sua convivência com populações não européias. Não se fechou dentro de um hicto ou superior europeísmo e afastou dêle indivíduos e outras raças, outras côres e de outras culturas. Do maior dos seus missionários no oriente, o hoje santo da Igreja Católica João de Brito, se sabe que, se queimava o mais possível de sol e bronzeava o mais possível a pele com pinturas tropicais, contanto que não parecesse mais europeu com pretensões a superior, e melhor se apresentasse como cristão, fraternalmente cristão aos povos de côr. Por causa de missionários como êste, (e nem todos foram como êle) é que ainda hoje, em certas partes do Oriente que tive a oportunidade de visitar há poucos anos, não se diz dos descendentes e dos continuadores de portuguêses, que conservam a língua portuguêsa, que falam português, e sim, que falam **cristão.**

É pois por êste gôsto de convivência democrática com outros povos que o português transmitiu-lhes além do seu sangue, valores cristãos e valores europeus, sem lhes impor monolìticamente um cristianismo que só se concebesse vindo de europeus maciçamente brancos e ligados a uma civilização européia da época burguesa, capitalista e paliotécnica. Daí ter sido possível em áreas não européias marcadas pela presença portuguêsa um desabrochar de costumes mistos, ao lado de populações mestiças, de danças e de cantos não europeus acrescentados aos do ritual europeu, da Igreja e artes híbridas, ao lado de saberes também

híbridos; exemplo: o saber médico desenvolvido por Garcia de Horta na Índia, combinações que raramente se encontram noutras áreas de expansão européia.

O Brasil foi beneficiado por esta constante portuguêsa que se tornou brasileira, brasileiríssima até, e é hoje expressivamente brasileira. Seu próprio catolicismo, o próprio catolicismo do Brasil, vem recebendo afetos e proências não européias e acomodando afetos aos seus ritos, a sua arquitetura, a sua escultura sagrada, sugestões não européias que sòmente agora a Igreja Católica vem oficialmente apoiando e até estimulando em outras partes do mundo, como na África. Isto sem que o catolicismo sofra no que é essencial à sua universalidade; apenas se deve distinguir desta universalidade aquilo que a Europa burguesa e capitalista vinha pretendendo impor a outros povos, em grande parte através dos seus vários sistemas de capitalismo ou antes, de cristianismo imperial.

Ao cristianismo evangélico do Brasil cabe desenvolver, e já está a se desenvolver, sôbre vários aspectos, como religião capaz de escolher cada vez mais, sugestões brasileiras que se conciliem com seu caráter supra nacional. Não há perigo para sua música de Igreja em assimilar da música folclòricamente brasileira, sugestões que a aproximem dos brasileiros mais rústicos, e que substituam nos seus hinos sugestões assimiladas da música folclórica de outros povos. Para tanto, não é necessário pactuar o cristianismo evangélico em qualquer parte do mundo de hoje com aquela democracia nacionalista que pretende fazer do nacionalismo em vários países uma seita, seita fechada, seita de fanáticos. Ninguém deve confundir esta espécie de nacionalismo anti-humanístico e anticristão, como autêntico, nem deixar que êle degrade cultos sinceramente cristãos em avivações mais políticas do que religiosas. A missão do cristianismo, quer seja católico quer seja evangélico, continua a ser principalmente a religiosa, a espiritual, a mística; tudo o mais é secundário no cristianismo organizado em atividade evangelizadora.

O que não significa porém que, a tudo o mais, o cristianismo católico ou evangélico deva ser indiferente, cuidando de salvar almas com tal afã que despreze os problemas concretamente sociológicos de convivência humana, e se desinteresse por

aquêles aspectos nacionais de cultura que possam receber influência cristã de substância, guardando o essencial de suas formas particulares e arte de constituição de família, de sistematização de Estado, de organização e economia. E o cristianismo tanto pode adaptar-se a uma nação socialista como a uma comunidade neo-capitalista. O cristianismo não é, evidentemente, barreira contra isto ou contra aquilo. Dizia há pouco um grande cristão: «O cristianismo é fermento, o cristianismo é revolução, o cristianismo não teme revoluções porque é êle próprio a maior das revoluções; o cristianismo é tão revolucionário que faz os homens nascerem de nôvo».

O cristianismo evangélico no Brasil já está na vez de se sentir, como cristianismo por excelência bíblico, na cultura brasileira. À influência da Bíblia sôbre as gentes britânicas, em grande parte protestantes, há quem atribua considerável importância entre as condições que tornaram possível a opulência da literatura em língua inglêsa. É uma influência que está por se fazer sentir na arte e na literatura brasileira. A despeito do crescente número de cristãos evangélicos em nosso país, ainda não apareceu o brasileiro de gênio, que nascido evangélico, criado em meio evangélico, identificado com a interpretação evangélica da vida e da cultura brasileira, se afirmasse no Brasil grande poeta ou grande escritor em língua portuguêsa, ou compusesse música brasileira, marcada por esta interpretação ou por esta inspiração, ou o arquiteto também de gênio que desenvolvesse para as igrejas evangélicas do trópico, um tipo de arquitetura que não fôsse nem a imitação do tipo católico, nem reprodução do protestante anglo-saxônico ou germânico.

É curioso que até agora o cristianismo evangélico só tenha concorrido salientemente para enriquecer a cultura brasileira com insígnes gramáticos: Otoniel Motta, Eduardo Carlos Pereira, Jerônimo Gueiros. É tempo de o cristianismo brasileiro evangélico ir além e concorrer para êsse enriquecimento com um escritor do porte e da flama revolucionária, eu diria também, de Euclides da Cunha; com um poeta da grandeza de Manoel Bandeira; com um compositor que seja outro Villa-Lôbos, que componha baquianas brasileiras que sejam interpretação ao mesmo tempo evangélica e brasileira de Bach. Também um caricaturista ou um teatrólogo

revolucionàriamente evangélico que pela caricatura ou pelo teatro denuncie abusos de ricos que para conservarem um privilégio de classe pretendem se fazer passar por defensores ou conservadores de tradições religiosas ou mesmo do que se intitula às vêzes, pomposa e hipòcritamente, civilização cristã.

Estou certo de que não é outro o sentido de universalismo cristão por um lado, e de particularismo não só nacional como regional por outro lado, que anima os promotores da atual reunião de cristãos evangélicos no Recife, e que se reflete na sugestiva exposição de arte que aqui se inaugura hoje. Congratulo-me com os organizadores desta exposição. Desejo-lhes boa sorte noutras iniciativas do mesmo caráter. Acompanharei desde agora com a maior simpatia aquelas suas atividades cristocêntricas, que se desenvolvem em benefício do Brasil, e adaptando-se ao Brasil.

# O NORDESTE NO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO BRASILEIRO

**CELSO FURTADO**

Minhas Senhoras e meus Senhores:

Não vim, pròpriamente, pronunciar uma Conferência, mas prestar um depoimento franco e objetivo sôbre a nossa experiência no Nordeste. Experiência de nordestino, primeiramente, e de quem é responsável por um programa de desenvolvimento nascido há quase QUATRO ANOS. Prestaremos também um depoimento sôbre o que esperamos dêsse programa, e, conseqüentemente, o que esperamos do Nordeste.

Vou falar com a franqueza que me é habitual, reforçada hoje pelo auditório diante de mim, que, sei, constituído de pessoas reunidas pelo mesmo propósito: criar melhores condições de vida, criar o bem para seus irmãos.

Pediram-me que desse o meu depoimento sôbre o que se tem chamado a REVOLUÇÃO BRASILEIRA ou a PRÉ-REVOLUÇÃO BRASILEIRA. Creio que as transformações que ocorrem presentemente no Nordeste, e no Brasil de uma maneira geral, mas no Nordeste em particular, são transformações de grande profundidade, e, como dizemos nós os economistas, de tipo estrutural. Essas transformações, quase sempre, não ocorrem pedacinho por pedacinho. Resultam de uma grande acumulação de pressão, de tensões crescentes, e tendem portanto a se solucionar em rupturas cataclísmicas ou em revoluções.

A experiência histórica, indica que certas acomodações na estrutura social, não se fazem senão depois de grandes tensões acumuladas que criam as dificuldades das soluções pacíficas ordinárias. Essas tensões geram ressentimentos, dividem os homens e tornam, às vêzes, mais difícil um entendimento. Em ou-

tras palavras, o próprio clima de tensões é pouco favorável a soluções acomodatícias ou a soluções progressistas.

Entretanto, como estudioso de ciências sociais, estou profundamente convencido de que dispomos hoje em dia de tal capacidade para observar êstes processos, para penetrar nestas tensões, para diagnosticar êste problema, que podemos antever estas fôrças em ação e projetar suas tendências. Diria que quase somos responsáveis pelo que se passa. Se nós quase podemos acompanhar o que está ocorrendo dia a dia, e não interferimos para que êste processo tome o curso de menor custo social, para que esta enfermidade cause um mínimo de pena ao enfêrmo, é porque de alguma forma somos coniventes com o mal que esteja ocorrendo. Por isto dizia, de tal forma conhecemos os processos sociais que já não podemos nos omitir no seu condicionamento, reorientando-os de modo a evitar que êles venham com seus cataclismas — que no passado foram as grandes revoluções — e provoquem na verdade um elevado custo social à coletividade.

É, portanto, pensando em têrmos de um movimento que pode ser controlado, porque previsto, que eu tenho falado e continuarei falando sôbre uma revolução brasileira; não uma revolução que vai escapar de nossas mãos, que vai se impor a nós como um fenômeno da natureza, mas, uma revolução que poderá ser controlada e orientada se chegarmos a compreender, a diagnosticar com precisão todos êstes processos e tivermos a coragem de tomar as medidas necessárias para também condicioná-lo No fundo, esta revolução custará a nós aquilo que de alguma maneira nós aceitamos. Se não tomarmos as medidas no tempo oportuno, estaremos desde já aceitando o preço que não devemos pagar. É portanto com a consciência de estar dentro de um processo histórico que compreendemos e podemos ainda controlar, que eu falarei sôbre a revolução brasileira e a realidade nordestina.

Primeira condição para compreender êste processo é diagnosticar precisamente a realidade. Que é o Nordeste? Todos nós que vemos o Nordeste pelas conversas, pelos jornais, por tudo aquilo que se diz, ou por aquilo que em certos círculos urbanos se pensa que é o Nordeste, evidentemente não conhece-

mos senão a sua versão folclórica; uma versão já decantada por uma série de escolhas ou seleções feitas por aquêles que reúnem essas informações que chegam até nós. Entretanto, quando observamos mais de perto o Nordeste, vemos que a sua realidade é de fato muito distinta e de alguma maneira dramática.

Mais de duas terças partes desta população nordestina de cêrca de 23 milhões de habitantes vivem no campo. E vivem no campo quase sem nenhuma forma de organização política, isto é, não como uma comunidade formada de cidadãos, de homens que participam da vida política, mas simplesmente como pessoas que habitam sôbre a Terra, e que de alguma maneira se dedicam a uma atividade. Em outras palavras, não houve ainda a incorporação à vida política da maioria ou de grande parte da população do Nordeste. Os senhores compreenderão o que estou dizendo à medida em que eu entre em mais detalhes sôbre a realidade nordestina.

Vamos dar um pequeno passeio por êste Nordeste; vamos progressivamente penetrando nas distintas mansardas desta casa grande que é o Nordeste. O Nordeste começa logo aqui, depois do Recife, com uma velha economia de plantações de cana-de-açúcar, que aí está hoje em dia como já estava há três séculos. Uma economia montada para produzir açúcar naquele tipo de organização de grande plantação que prevaleceu já no século XVI e que perdura pràticamente até hoje.

O que vem a ser a grande plantação de cana-de-açúcar no Nordeste? Tomemos uma plantação média. Uma usina média formada hoje por 4 ou 5 engenhos, uma usina que tenha dentro de seus limites cêrca de 10 mil pessoas. Trata-se inicialmente de uma unidade de produção; uma indústria, portanto, onde trabalha uma pequena quantidade de homens, digamos, 5 a 8% das pessoas que estão na plantação, uma quantidade muito maior de homens que trabalham no campo como agricultores, mas que são na verdade trabalhadores de cana. Essa é a atividade fundamental; êsses homens ou essa comunidade, formando cêrca de 10 mil pessoas, dizia eu, entre trabalhadores e agregados é a unidade básica da vida agrícola na principal zona econômica do Nordeste que é a zona úmida Ora meus senhores, êsses homens que vivem dentro desta grande plantação como trabalhadores

agrícolas, pròpriamente não têm relações de trabalho definidas de forma contratual que pudessem ser reguladas por lei; êles apenas ali trabalham como antigos agregados ou como pessoas que continuaram a viver dentro da velha linha da antiga economia escravista.

É necessário ter em conta que até há duas gerações passadas, ou pouco mais, os seus antepassados, ou aquêles que os antecederam, eram nada mais do que escravos. Ora, dizia eu, esta grande plantação com homens que não têm pròpriamente relações de trabalho definidas em contrato, está na verdade constituída por homens que não formam nenhuma comunidade política. Isto é, homens que não existem dentro de um município como tal, ou dentro de um distrito com uma definição necessária de comunidade política; podem viver em espécie de aldeias, dentro da propriedade, mas não têm vinculação direta impessoal com uma autoridade política. Em outras palavras, o homem, por exemplo, que trabalha numa fábrica, dentro da sua casa passa a ser um cidadão, e naquele momento o dono da fábrica ou aquêle que era seu patrão no trabalho, não tem mais nada que ver com a sua vida. Na grande plantação o homem sai do seu trabalho para ir para sua casa, mas a sua casa não é a sua casa, é simplesmente uma parte da propriedade onde êle pode morar. E a sua definição na propriedade é a de um morador. Êsse homem não tem nenhuma parte da sua vida que seja independente da unidade de trabalho em que êle está inserido. Êle não amadurece, não se desenvolve, não chega a ter vida de homem político, de cidadão; todos os atos de sua vida são atos de um agregado, de uma unidade econômico-social como é a velha e grande plantação.

Vamos observar agora, mais de perto, o que é o trabalho dêste homem. Històricamente a grande plantação de cana-de-açúcar, no passado, era uma unidade econômica até certo ponto independente. Ela dependia do exterior para apenas certos produtos como o sal ou ainda para aquilo que deveria ser consumido pelo seu grupo mais alto; mas a propriedade como tal, isto é, a massa humana ali vivendo era mais ou menos independente no sentido de que produzia aquilo de que necessitava para sobreviver, para comer; ao mesmo tempo que ela mes-

ma fazia suas casas, e portanto vivia fechada. Por isto se tem dito que era uma propriedade do tipo feudal. Dentro dessa propriedade tipo feudal, o morador, a quem me referi antes, que é o plantador de cana, ou o cortador de cana, ou o que tange o carro de boi, ou o homem que trabalha na propriedade, também produzia os alimentos que consumia.

Nas propriedades, as terras de inferior qualidade eram sempre reservadas para a produção de alimentos. São as terras mais altas dentro de qualquer grande propriedade de cana, pois as terras mais altas são também as mais sêcas (a água cai e desce para os vales). As terras mais altas, portanto, são de inferior qualidade para a cana, ou assim se pensava no passado E o cortador de cana tinha portanto a sua parcela de terra para si mesmo nas terras altas da grande plantação. Daí decorre o fato de que êle não forme pròpriamente uma comunidade, porque, em cada parcela de terra onde vive o homem produzindo para si mesmo, tem êle a sua casa para defender a sua plantação; esta pequena parcela é isolada uma das outras. Em cima de cada colina, os senhores verão uma residência, uma casinha, um casebre de morador, e assim estão todos isolados, e foi isto provàvelmente o que dificultou a formação de um sentido de comunidade e agregação entre êsses homens. Por isto é que continuaram isolados e as relações dêles com os donos da terra, com a usina, persistiram até hoje como vínculos individuais e não com um sentido de comunidade, como houve em outras partes do mundo onde os homens desde cedo habitavam em vilas.

Ora, esta parcela de terra onde o homem produz seus próprios alimentos, embora sendo de qualidade inferior, entretanto, deveria ser suficiente para que êle pudesse produzir o necessário à sua alimentação. Ocorreu, que com o tempo a terra foi se tornando mais escassa. Queiramos ou não, foi necessário dedicar terras em quantidades crescentes à produção da cana-de-açúcar. A cana-de-açúcar foi subindo as ladeiras, chegou-se depois a se descobrir que as terras altas também servem para o seu cultivo, particularmente se são adubadas, e se forem irrigadas também são muito boas; desta forma, a cana foi se expandindo e aquilo que se afirmou no passado ser uma cultura comedora de terra, na realidade ficou comprovado. No período

mais recente, quando as populações começaram a crescer mais intensamente, também essas terras dedicadas à produção de alimentos foram se limitando cada vez mais. Já hoje é comum dentro de uma grande produção de cana não haver mais pràticamente produção de alimentos. O cortador de cana, o trabalhador do campo, passou a depender para subsistir, estritamente do próprio salário que recebe cortando cana e trabalhando dentro da grande plantação.

Antigamente, os senhores vêem, êles tinham dois tipos de salários: Comiam por conta própria e recebiam um salário pequeno mas que lhes permitia se vestir, mandar por acaso uma criança à escola, comprar outras tantas coisas de que necessitavam, e finalmente completar a sua vida, o seu orçamento.

Ora, na situação presente, êsse trabalhador já não tem mais pràticamente terras para produzir para êle mesmo, portanto, depende totalmente do dinheiro que recebe cortando cana, para comprar também os seus alimentos. A conseqüência prática de tudo isto é que êste homem que antes apenas comprava complementos da sua dieta e se vestia, teve que comer totalmente do seu salário. Seria necessário que êste salário crescesse intensamente para que êle conseguisse alguma compensação, porque aos níveis mais baixos de vida, a alimentação representa pelo menos a metade do gasto total de uma família, e, portanto, seria necessário um grande aumento de salário para que êste homem apenas se mantivesse ao nível anterior. E êsse aumento tão grande de salário real não podia ocorrer e não ocorreu, porque implicaria numa transformação total da economia canavieira, num substancial aumento na produtividade, num desejo muito grande de modificar sua estrutura.

Na prática, foi se vendo a mão-de-obra sendo paga de forma cada vez mais deficiente, e o trabalhador do canavial, o homem típico, foi dependendo cada vez mais de comprar a sua subsistência e, portanto, dependendo muito de uma oferta de alimentos externa, oferta esta que flutua bruscamente, e que pode, sujeitá-lo a situações extremamente difíceis.

Mas, não é êste sòmente o aspecto grave da situação. Na medida em que êste homem deixou de produzir alimentos, foi também se transformando num concorrente da oferta de alimen-

tos fora da propriedade, isto é, nas feiras das pequenas cidades. A demanda de alimentos foi então crescendo muito mais fora da zona agrícola; por outro lado, à medida que esta demanda crescia mais nas zonas agrícolas, é evidente que, aquêles que se abasteciam de alimentos nas pequenas comunidades, foram também tendo que concorrer, ou atender a preços cada vez mais altos. E a conseqüência, portanto, dêste fato, é que também aquela população que não é plantadora de cana, mas que vive dentro da propriedade, que já antes comprava alimentos na feira e aquela pequena comunidade que vive fora da propriedade açucareira comprando alimentos também na feira, foram afetadas pela nova situação criada.

Mas deixemos agora a zona açucareira e avancemos um pouco para a zona intermediária.

Os senhores sabem que o nordeste tem primeiramente uma faixa úmida litorânea que é na verdade a faixa açucareira bàsicamente. Há em seguida uma faixa de terra intermediária que é a chamada «Zona do Agreste» aqui em Pernambuco (em outros Estados tem nome diferente), e que é uma zona intermediária entre a zona úmida e a zona semi-árida (aí, a precipitação pluviométrica é muito menor) e finalmente a vasta zona semi-árida que é aquilo que nós chamamos geralmente «O Sertão».

Nesta zona intermediária, o homem que para aí se deslocou, desde cedo se especializou mais ou menos na produção de alimentos. Os senhores sabem que a zona intermediária foi criada no passado por aquêle excedente de população que não encontrando mais ocupação nas zonas do açúcar, se deslocava para o interior. Hoje em dia, o homem que não encontra trabalho na zona açucareira se desloca para a cidade, para o litoral, mas no passado, isto não era possível porque não se podia viver nas cidades, na maneira que se vive hoje em dia, pois não haviam tôdas as formas de emprêgo urbano que temos hoje, e assim a população se deslocava para o interior e não para o litoral. Esta população que se foi deslocando para o interior foi povoando o chamado «Agreste»: Como êles ocupavam terras principalmente para produção, era uma economia de subsistência. Aí começaram então as primeiras zonas produtoras de alimentos. Mas êstes pequenos produtores que iam se deslocando para o

«Agreste», já encontravam as terras mais ou menos apropriadas, controladas por alguém como sempre ocorreu. Assim, no sul do Brasil, por exemplo, quando os mineiros chegaram em São Paulo para plantar café, alguém já era dono da terra; e sempre chegou alguém na frente para ocupar a terra (ou chegou depois e conseguiu provar que havia chegado antes, como sempre ocorre). Assim foi também no «Agreste». Quando esta gente começou a plantar já encontrou as terras mais ou menos tomadas. Estas terras não tinham valor nenhum porque não produziam cana, e cana era a única fonte de riqueza, portanto esta gente vivia, mas vivia sem títulos, sem ser dono, porém sem pagar coisa alguma por estas terras.

Isto foi num passado já longínquo. Mais adiante, estas terras começaram a ser usadas para a criação de gado e a partir dêsse momento começaram então a ter dono registrado e a ter um valor comercial. E o que se observou então foi o seguinte: aquêles donos que eram os cortadores, que eram os donos do Agreste, permitiram que a população ali trabalhasse durante algum tempo porque quem ia limpando a terra para sôbre ela plantar alguma coisa e comer, depois a entregava já limpa aos seus donos, constituindo excelente pasto para o gado. Observou-se no entanto, nos anos mais recentes, nos últimos 30 anos, quando estas terras foram tendo cada vez mais valor, o seguinte: tôda vez que o dono de terra cedia terras no Agreste, as entregava sob o pagamento de um fôro. No passado êsse fôro era realmente muito pequeno, mas hoje já não é assim, e o trabalhador que limpa o terreno e ali produz qualquer coisa, qualquer alimento, além de pagar o fôro, se obriga quase sempre a abandonar a terra no momento em que o dono considere conveniente do ponto de vista do crescimento do seu rebanho.

Nos anos recentes, com o crescimento do mercado de carne nas grandes cidades (como é o caso do Recife) e a conseqüente valorização da pecuária, a pressão foi cada vez maior no sentido de serem ocupadas estas terras agrestinas, ocupá-las para a criação; por outro lado, com o crescimento da população dentro do próprio Agreste, estas terras também tiveram de ser cada vez mais divididas, entre múltiplos produtores.

Muita gente nos diz que o Agreste é região de pequenas propriedades. É uma ilusão. O Agreste não é tìpicamente uma região de minifúndios. O agreste é uma região de pequenos foreiros. Há minifúndios, há pequenas propriedades no Agreste, mas a tônica, o que caracteriza realmente o Agreste, é o pequeno foreiro; é exatamente aí que está a raiz das grandes dificuldades que encontramos hoje em dia. O pequeno foreiro paga um fôro em dinheiro todos os anos. Com a valorização da terra através da necessidade cada vez maior de criar gado, com o crescimento da população, o que tem ocorrido é que há uma tendência natural para aumentar o fôro. Aumento êsse que representa, sem dúvida a absorção de uma parte maior da renda do foreiro, do homem que trabalha esta terra. Isto é ainda mais grave pelo fato de que êste homem tem cada vez menos terra. O que é curioso no Agreste, é que não é tão trágico o fato de que o homem seja foreiro, e sim, de que êle tem cada vez menos terra. O exemplo típico do foreiro agrestino é o de um pequeno trabalhador, plantando alimentos em terra de segunda ordem, com apenas dois hectares. Êste homem realmente tem uma renda extremamente baixa. Mas, diriam os senhores, êste homem poderia aumentar a sua renda aumentando a sua produtividade, absorvendo mais capital, absorvendo mais técnica através do crédito por exemplo. Ocorre que no Agreste, dois hectares é uma propriedade tão pequena que não se pode aplicar nenhum capital dentro dela.

Vejamos o caso de um foreiro do Agreste, que nós quiséssemos ajudar mediante um crédito. Para êle melhorar sua propriedade tem evidentemente que começar a adubá-la, e a melhor forma de adubá-la é também ter um animal de tração. Tem que ter uma cabeça de gado porque precisa sair da enxada para o cultivador. E também tem que ter, depois, um fomigador (estou pensando no agrestino que cultiva o algodão, que é o caso mais corrente). Para melhorar a sua propriedade, êle precisa ter um animal que lhe ajude na melhoria do cultivo, na adubação e na tração, aumentando e multiplicando as suas fôrças; êsse animal come o que representa um hectare inteiro, portanto, se êle não pode dar de comer a êste animal, não pode comprá-lo. Quem vai arrastar o arado? Se êle não tem animal nem arado, não tem produtividade suficiente para compensar a com-

pra de um fomigador que o defende contra as pragas, e por aí adiante. Em outras palavras, êsse homem não tem condições nem de absorver crédito nem técnica. Êle está na verdade encurralado. Está numa condição tal, que não pode melhorar por nenhum esfôrço pessoal.

Êste é o caso clássico, típico do homem do Agreste. Se fizermos um paralelo com o homem da cana-de-açúcar, veremos que a sua economia anteriormente semelhante à do Agrestino, na sua pequena parcela já foi eliminada. Êle não tem mais o tipo de problema que tem o agrestino, porque êle, na verdade, é quase só, um operário agrícola. No passado êle também tinha êsse problema e ainda hoje quando chegamos em alguma propriedade da zona da mata encontramos muitos moradores com uma pequena parcela de terra. Mas não se pode ajudar êste homem porque êle está em condições idênticas às do agrestino. Isto é, a sua parcela de terra é tão pequena que êle não poderia absorver nenhuma técnica e nenhum crédito.

Portanto, quando a nós nos vêm dizer «o problema é falta de crédito, temos que melhorar os bancos e fazer isto e aquilo», na verdade está se desenvolvendo um sofisma, porque quando uma estrutura econômica não permite ela mesma, crescimento, não adianta acrescentar-lhe crédito, técnica, etc..... é a mesma coisa que uma pessoa que não tem vocação, por exemplo, para ser pastor querer por tôda fôrça decorar a Bíblia.

Os sistemas econômicos, têm êles também a sua estrutura; e tendo estrutura existem relações internas entre as suas partes, e dessa forma têm também suas aptidões. Quando se pensa em têrmos de estrutura não se pensa em têrmos de coisas mortas, porque um sistema econômico no fundo é um conjunto de fôrças lideradas por homens. Portanto, êste conjunto tem aptidões, e se a gente não compreende as inibições, ou não compreende as aptidões verdadeiras, não pode sequer ajudar. Qualquer plano de desenvolvimento que não passe de uma adequada análise, isto é, de um diagnóstico preciso da verdadeira aptidão do sistema econômico é um plano completamente condenado à frustração, é um plano inútil. Eu sempre digo que uma economia no fundo é como uma pessoa, tem muito de psicológico; se nós

não compreendemos de verdade uma pessoa, seus problemas íntimos, como ajudá-la? Na verdade, a gente pensa que está ajudando, e muitas vêzes está levando essa pessoa ao desespêro. Ocorre em economia a mesma coisa. Política de desenvolvimento sem compreender os problemas estruturais, o que está por detrás de uma economia, significa na verdade pressioná-la para o desespêro, ou levá-la realmente à explosão. É por isto que muitas vêzes ajudando nós estamos apenas precipitando as coisas, porque nós não compreendemos o que está por detrás. Quando formulamos política de desenvolvimento nestes têrmos: «porque precisamos construir mais estradas, porque precisamos de mais crédito, etc.»..... estamos na verdade completamente fora do assunto porque não compreendemos realmente aquilo de que necessita o sistema para que se resolvam os seus problemas, porque se o homem não se interessar, não se decidir a ajudar a si mesmo, não se pode fazer nada com êle. Êste é o verdadeiro problema do economista e do técnico de desenvolvimento econômico. Elevar o coeficiente de capitalização, elevar a relação capital — produto e fazer todos êstes gráficos, e quadros que os economistas aprendem a fazer na escola, não solucionará nada.

Mas vamos deixar agora o Agreste e continuar na nossa peregrinação para o sertão. O sertão, a grande região semi-árida do Nordeste, é na verdade uma região de vocação tìpicamente pastoril. Em qualquer parte do mundo onde exista uma região parecida com o nosso sertão ela é tìpicamente pastoril. Os senhores sabem que o sertão é uma enorme formação cristalina. E para compreender o seu problema é necessário partir do seu aspecto geológico.

O sertão é todo um grande chapadão cristalino, uma única pedra. Esta pedra tem em cima dela uma quantidade mínima de terra com uma vegetação raquítica correspondente a esta quantidade de terra e à quantidade supostamente escassa de água que cai sôbre ela. A precipitação pluviométrica no sertão é de 800 a 1.000 milímetros por ano (e isto em qualquer parte do mundo é muita água). Quando se fala em uma região semi-árida, na África, ou em Israel, por exemplo, está se pensando em 25 milímetros de precipitação, muitas vêzes, ou em 250

milímetros como um limite máximo. Mas se o nosso índice é de 800 milímetros não estamos numa região semi-árida, ou numa região árida pròpriamente; portanto o problema não é clima. Ocorre, entretanto, que em Israel os 25 milímetros que caem, ou 50 milímetros, ou ainda 200 milímetros de acôrdo com a região, caem numa esponja, e se acumulam aí através de milênios. Aqui êles caem numa pedra e correm imediatamente para o mar.

Estêve há pouco em visita ao Brasil um ministro de Israel que, olhando para o Nordeste, disse: «Aqui vocês podem fazer coisas extraordinárias»; êle era um homem de grande boa vontade, de grande entusiasmo, saído da luta de formar um país, e disse mais: «Eu vou lhe mandar um grande técnico», e mandaram o geólogo número um de Israel, o professor Leo Pickar. O professor Leo chegou na SUDENE e foi para o departamento de Águas Subterrâneas. Abrimos tôdas as fotografias aéreas e todos os mapas da região. Êle olhou, olhou, e disse: «Não, isto aqui é diferente de Israel, é muito mais difícil».

E esta é a realidade. Nós geralmente não conhecemos o Nordeste, ou o que é específico dêle. Julgamos então por analogia que podíamos fazer aqui o que se faz em Israel, por exemplo — é que em Israel há pouca água, mas ela está debaixo do chão guardadinha, e aqui não, ela correu para o mar e se acabou.

Furar granito para tirar água, só Moisés conseguiu. Contudo, a geologia moderna já descobriu que até no granito há água. Moisés teria sido o primeiro a descobrir isto, mas a geologia hoje nos prova essa verdade. Para isto temos tôdas as técnicas modernas de fotografia aérea que nos permitem observar as possíveis fendas existentes nesta imensa pedra que é o Nordeste, e pelas fendas mostradas nas fotografias se pode dizer mais ou menos onde deve ter entrado alguma água. São na verdade as fissuras do cristalino que nós temos que identificar, e sôbre aquilo exatamente colocar a sonda e ali perfurar. E para dar um exemplo aos senhores, (estou apenas apreciando os problemas gerais), a SUDENE vem perfurando na região mais árida do Nordeste, que é a região de Petrolina no Estado de Pernambuco. Petrolina-Uricuri é na verdade a região mais árida do Nordeste, tão árida que nunca ninguém sequer se preocupou em

tomar conta das suas terras. Ninguém é dono de nada; Petrolina é talvez uma das pouquíssimas regiões do Brasil onde a terra é um bem livre, todo mundo pode usá-la à sua maneira, basta ter o gado, e o gado de todo o mundo circula à vontade, pois, o que interessa não é a terra mas sim o pouquinho de água que existe em algumas partes. Pois aí, nesta terra, com fotografias aéreas e técnicas modernas nós conseguimos um coeficiente de aproveitamento de 80%, isto é, de cada 10 poços perfurados, em 8 conseguimos água de boa qualidade. Porque a água que fica dentro da pedra por milhões de ano, na maioria das vêzes é salobre. Mas algumas vêzes serve e os 80% de que falo são 80% de água que se aproveita. Hoje mesmo recebi um telegrama de Petrolina, comunicando que se havia conseguido perfurar um poço com vazão de 14 mil litros por hora, o que realmente é extraordinário para uma região de granito.

Mas, dizia eu, o grande sertão é uma região de vocação pecuária, tôda a região com pouca água, por definição, não serve para agricultura, e o sertão particularmente, porque a água pouca que cai, corre. Pouca gente percebe que o problema do Nordeste não é muito diferente do de outras regiões. No Nordeste, se a água não cai dentro de um calendário correspondente às necessidades da agricultura, ela vai embora, e a agricultura não pode subsistir. Em outras regiões do mundo a água também cai irregular, mas fica debaixo do chão e a planta vai buscá-la, lá onde ela está, mesmo que depois haja um processo de evaporação maior do que o de penetração, fica o grau de umidade necessário para que a planta atravesse a dificuldade do período de baixa precipitação pluviométrica. No sertão nosso, não; se a água cai regularmente, é preciso que o faça de tal maneira que a planta tenha água suficiente quase recebida diretamente. A planta não pode usar quase reservas, e foi exatamente por isto que se criou na natureza nordestina o extraordinário fenômeno de xerofilismo. A planta aprendeu a guardar, ela mesma, a água em sua raiz. Os senhores aqui presentes que desconhecem o sertão não viram também o espetáculo maravilhoso que constituem as primeiras chuvas no sertão. A planta sente que vai chover pelo grau de umidade que há na atmosfera, e quando

começa a chover, em 24 horas, do sêco total, a caatinga aparentemente morta fica completamente verde. Isto é porque a planta tem ela mesma a sua pequena reserva d'água para viver; como ela não depende desta água que vai cair para ficar verde, usa a sua reserva sabendo que já vai receber mais água e formar, portanto, nova reserva.

Mas se a planta xerófila pode fazer isto e viver no sertão, os gêneros alimentícios que não são produzidos por plantas xerófilas e não subsistem. Assim, o feijão, o arroz, não medram porque não têm a propriedade do xerofilismo, e não podem existir onde não há água em quantidade suficiente. Portanto, o fenômeno a que nós chamamos a sêca não é pròpriamente um fenômeno de sêca, ou de falta de água, como todo o mundo pensa, mas simplesmente irregularidade na precipitação, impedindo que certo tipo de agricultura subsista. A maior sêca no Nordeste não representou mais do que uma quebra de 30% nas médias de decênios que nós temos. Portanto, nunca existe uma sêca pròpriamente como se diz: «não houve água». Na pior das hipóteses, ainda caiu 70% da água que normalmente deveria cair. O que há é que uma redução na quantidade de água significa também uma maior irregularidade na precipitação. Desta forma, quando a água é menor, ela também chega mais concentrada. Aquêles que são sertanejos sabem que nos anos de sêca há poucos dias de chuva, e essa chuva vem tôda concentrada em certos dias.

Neste ano, por exemplo, em novembro passado, nós tivemos um caso típico de sêca sem haver pròpriamente sêca. Na região de Irecê, na Bahia, região produtora de feijão, com um importante excedente para alimentar inclusive a cidade do Recife, as chuvas estavam normais. Todo o dia chovia um pouquinho. E todo o mundo plantou o seu feijão, e houve grande produção de feijão, e grande entusiasmo. Mas passaram-se 25 dias sem chover, e nestes 25 dias morreu tôda a plantação de feijão de Irecê, e se perderam 2 milhões de sacas de feijão. Depois voltou a chuva regular e quando os técnicos chegaram lá para ver a sêca, não havia sêca nenhuma, estava tudo verde, uma beleza, mas estava tudo perdido, porque a chuva que chega depois já chega tarde, e o período de chuva é aquêle período exato — o que se perdeu

no meio do caminho se concentra antes ou depois — e desta forma êste hiato na precipitação foi suficiente para que se perdesse tôda a safra de feijão de Irecê, o que provocou a grande alta de preços de feijão que nós tivemos.

O fenômeno da sêca é um fenômeno complexo. Seria uma ilusão imaginar que se resolveria o problema da sêca fazendo açudes, por exemplo, como se fêz no passado. A raiz de tudo isto, na verdade, está em que o sertão não tem a aptidão verdadeira para a produção de alimentos fora da zona de irrigação. Em outras palavras, continuar produzindo alimentos no sertão, na escala em que produzimos hoje em dia é um perigo tremendo; é criar um enorme fator de desequilíbrio potencial para tôda a economia do Nordeste e é o que está ocorrendo hoje em dia, exatamente porque na medida em que se produziu menos alimentos na zona da mata, e que se produzirá menos também na zona do Agreste, dependemos mais e mais do sertão, isto é, da zona mais instável, para abastecer as próprias cidades.

Vejamos agora o ponto de vista humano; porque aos senhores, eu sei, interessa muito mais o homem, que está em tudo isto, do que o mecanismo econômico. No passado, êste homem era um vaqueiro; o sertão até metade do século XIX era pecuária, bàsicamente, e o homem do sertão era o vaqueiro clássico da literatura, vestido de couro. Entretanto, a partir do fim do século passado — a data na verdade quase podemos precisar, pois foi a partir da grande queda no mercado mundial do algodão, causada pela Guerra Civil nos Estados Unidos, quando os preços de algodão subiram às nuvens — é que se iniciou então a grande expansão algodoeira no Nordeste brasileiro. Conheceu-se nesta época a enorme possibilidade de se produzir algodão xerófilo na região sertaneja.

O algodão mocó, aquêle algodão do sertão, é xerófilo, resiste à sêca. Vem a sêca, êle continua; reduz um pouco a sua produtividade, mas permanece perfeitamente porque êle também guarda água nas suas raízes, é o algodão perene-xerófilo. Descobrindo isto, ou reconhecendo a importância disto, então se iniciou a grande plantação de algodão no sertão, que passou a ser cada vez menos pecuário, e mais agrícola, e a sua grande cultura

passou a ser o algodão. E hoje em dia, quem anda pelo interior sabe que o importante realmente para o sertão é o algodão. Êste ano por exemplo é um grande ano para o sertão porque êste ano teremos uma grande safra de algodão em todo o Nordeste.

Mas, algodão o que significa? Significa mão-de-obra, gente para trabalhar, plantar, capinar, para colhêr, etc....., e esta gente tôda, vai comer algodão? O que vai comer? Seria preciso que o algodão possibilitasse uma renda bastante alta para que o homem do campo com seu dinheiro pudesse comprar alimentos que viessem de grandes distâncias. Mas assim não ocorreu, porque como tôda a agricultura nordestina, ela se baseou no baixo preço da mão-de-obra, e o homem que ia colhêr algodão era o homem mesmo do Agreste, que vivia no mais baixo nível de subsistência. E a agricultura algodoeira foi crescendo e se formando à base desta mão-de-obra barata. E por que podia esta mão-de-obra existir no sertão? É que nos anos de precipitação pluviométrica mais ou menos boa, ou normal, se pode colhêr também alimentos, particularmente nas zonas mais baixas. (No sertão geralmente a caatinga é mais alta, e tem suas quebras onde passam os pequenos rios. Nestes pequenos rios, digo, aluviões, ou regiões mais baixas onde há uma massa sedimentar maior, aí se plantam os alimentos).

A grande plantação sertaneja é diferente da do açúcar, mas no fundo tem muito de parecido; lá, o que é o morador? O morador é o meieiro do algodão (aqui o morador é na verdade o que corta cana e recebe em dinheiro pròpriamente). Mora na fazenda, portanto tem direito a plantar algodão na caatinga dividindo meio a meio a sua produção com o dono das terras. A sua pequena quantidade de algodão é a sua renda; mas não dá para viver, como aqui não dá para o morador da cana-de-açúcar. Que faz êle? Tem de plantar para comer, aproveitando um pedaço de terreno que lhe é oferecido para a produção dos seus alimentos. E êste homem que trabalha no algodão o ano todo, cuida também da sua horta. Se a chuva se atrasa, se não vem ou se a precipitação é irregular, êle não colhe nada de alimentos. O algodão se salva, mas os alimentos se perdem, e êle fica sem poder subsistir, sem ter para quem apelar. E é êste homem, o

homem que vai para as estradas para não morrer de fome — é o caso clássico do flagelado das sêcas.

Portanto o flagelado das sêcas é o homem que, produzindo para comer, na verdade leva sôbre os ombros a maior carga, isto é, repercute sôbre êle o aspecto mais negativo da economia da zona semi-árida. Aquêles que levaram adiante as plantações de algodão, que são donos do algodão, não sofrem tanto, mas os que foram atraídos para lá para produzirem como meieiros de algodão, êstes não ganham para viver.

Os senhores vêem portanto o drama humano que há em tudo isto. Os homens foram sendo atraídos para o interior e as populações foram crescendo, e enquanto os donos de terras atravessam as sêcas os que verdadeiramente produzem o algodão, tornam-se nos flagelados e vão para as estradas. E é por isto que o problema das sêcas é mais um problema do homem do que pròpriamente econômico; é portanto, muito mais um problema **social**.

O que ocorre na verdade com a sêca é que, se temos em conta, por exemplo, que a renda global está formada pela pecuária, pelo algodão, e pelos gêneros alimentícios, observa-se que a redução na renda global se concentra nos gêneros alimentícios; êsse colapso de renda recai totalmente sôbre a parte mais pobre da população, que é o pequeno produtor. A economia está organizada de tal forma que o mais fraco tem de levar o golpe maior; numa economia capitalista mais avançada quando vem a crise, e se fecha a fábrica, perdem todos. O dono da fábrica vai para a falência, e o operário fica na rua gritando. Mas aqui não. Aqui é muito mais inumano, porque quando vem a sêca o que fazem geralmente os donos do algodão é o seguinte (eu sei porque meu avô era dono de plantações e eu vivi tudo isto): chamam o morador e dizem: «fulano, você está ruim, não choveu até agora, você precisa dar um jeito na sua vida; está aqui a sua fôlha, você tem tanto de algodão, eu vou lhe pagar êste algodão, deixa o algodão por minha conta e trate de se arranjar. O govêrno vai abrir frente de trabalho em tal lugar e você vai se arranjando». Aí o morador vende o algodão dêle na fôlha, pega aquela quantia, põe no bôlso e é o dinheirinho que êle tem para deslocar-se, para não morrer de fome no dia

seguinte; êle sai então para encher a sua mochila e vai embora, porque quando chega nesse ponto êle já plantou duas vêzes ou três e já perdeu as sementes. A situação torna-se então muito difícil.

O dono da terra diz isto porque está interessado no algodão para o gado, pois após a colheita o algodoal é também um bom pasto; então manda colhêr ràpidamente o algodão e deixa o gado comer. O algodão depois se restabelece quando passar a sêca; sofre um pouco o algodoal, mas o gado ganha, e o que fundamentalmente interessa ao dono da terra neste momento é conservar o gado, mantê-lo mais ou menos com algum pêso.

Por outro lado, o govêrno quando iniciou o seu grande programa no sertão, fêz na verdade um programa de açudagem, e permitiu assim que o gado pudesse salvar-se melhor também porque havendo mais água acumulada o gado não precisa se deslocar à grande distância. Quando eu era menino, recordo, o gado nas sêcas tinha que ser transladado na sua totalidade para o Agreste ou para o litoral. Hoje em dia já se faz isto muito menos por causa das grandes açudagens que fêz o govêrno.

Mas o govêrno, na medida em que fêz os grandes açudes e reteve mais gado, deu maior consistência à economia, e nada fêz para ajudar aquêle homem que está lá embaixo e que sofre tudo. Portanto os açudes permitiram que a pecuária se desenvolvesse e se consolidasse; as estradas também facilitaram isto. O algodão continuou crescendo e a economia de gêneros alimentícios continuou lá embaixo sofrendo as conseqüências totais da sêca, e como a população foi crescendo, com o próprio desenvolvimento da pecuária e tudo o mais, a sêca passou a ser um problema cada vez mais grave. E se a sêca era grave em 1915 e 1919, ela é hoje muito mais grave, pois a população é bem mais numerosa no sertão.

O senhores se recordam de 1958, quando o govêrno teve de movimentar-se ràpidamente para dar de comer a cêrca de 3 milhões de pessoas (foi o que se calculou morreriam de fome não fôsse uma atuação rápida); teve de criar 520 mil empregos para distribuir rendas, e desta forma permitir que esta gente sobrevivesse. Vêem portanto que a magnitude do problema social que

temos hoje em dia em grande parte é conseqüência da própria política que vimos desenvolvendo, de fazer mais açudes, e dar mais crédito para o algodão e tudo o mais, sem perceber o mecanismo que está por detrás de tudo isto.

Bem, meus senhores, dei o meu passeio pelas três grandes zonas do Nordeste, e tratei de chamar a atenção dos senhores para o fato simples de que estas economias tôdas, foram se tornando mais e mais vulneráveis e mais e mais injustas do ponto de vista social, na medida em que foram se desenvolvendo, em que a população foi aumentando e em que a própria produção de alguns setores foi aumentando. Portanto nós estamos no Nordeste, em face de um caso típico de uma economia que, crescendo, ou se desenvolvendo, vai agravando os seus problemas ou vai criando problemas novos, aumentando as suas tensões internas.

Quando temos um fenômeno desta ordem, podemos dizer com certeza que estamos diante de uma sociedade que caminha necessàriamente para a explosão. Teóricos das revoluções chegaram a esta conclusão: a nossa sociedade cresce em dois sentidos, da ruptura, da explosão, ou da auto-solução dos seus próprios problemas.

Há duas formas de crescer. Quando a economia francesa, por exemplo, se rompeu e explodiu na grande revolução em 1789, ela não estava estagnada; estava crescendo, e a única forma em sociedade de não se ter problemas é estagnar. Por exemplo: os índios no Amazonas, que são de uma economia milenarmente estacionária, não têm problemas sociais. São tranqüilos, ou pelo menos estão vivendo, dentro da sua maneira de conceber a vida, sem problemas, senão problemas individuais. Entretanto, as sociedades em determinadas condições históricas, tendem a se transformar e a crescer; isto não é uma linha universal nem uma necessidade; pode uma sociedade ficar milênios estacionária, mas a verdade é que a sociedade em que nós vivemos é uma sociedade dinâmica, onde êste tipo de vida penetrou, onde foi possível assimilar a herança da Revolução liberal, da Revolução industrial, que é a herança básica do Ocidente, aí se criaram sociedades de um tipo dinâmico, e o nosso pobre

Nordeste é uma sociedade dinâmica. Tôda sociedade de forma simples tende a crescer dando saltos e se rompendo (e êsse tipo de crescimento revolucionário é o que tem evidentemente um custo humano mais elevado) ou então resolvendo seus problemas internamente.

Quando nós observamos o Brasil no seu conjunto, vemos que de alguma maneira as condições são até certo ponto favoráveis às soluções dos problemas. Sabemos por exemplo que no sul do Brasil, se houvesse uma verdadeira política que compreendesse e previsse (política é também previsão), todos os problemas do sul do país poderiam ir se resolvendo mediante reformas progressivas. Tanto isto é verdade, que não obstante a infernal inflação que há neste país, as tremendas tensões criadas por nós mesmos através do processo inflacionário (porque êste processo é simplesmente o reverso da incapacidade de solucionar problemas), não obstante tudo isto, no sul do Brasil há condições básicas para que a economia ou a sociedade vá se transformando através de aproximações sucessivas.

Lá não há nenhum problema insolúvel, porque o próprio problema da estrutura agrária se poderia resolver (no sul do Brasil) mediante um conjunto de reformas, e já existem condições no Brasil para introduzir estas reformas sem maiores tensões.

Entretanto, aqui no Nordeste (e aí é que está o grave do problema) se observamos a dinâmica de tôdas as sociedades, vemos que as próprias fôrças do desenvolvimento tendem a aumentar a tensão: o aumento da produção de algodão estica a corda, cria o problema social mais grave, o da sêca. O aumento da pecuária no Agreste também estica a corda, reduz o pedacinho de terra em que o homem come. O aumento da produção de açúcar aqui no litoral, na região úmida, também estica mais a corda, reduzindo a parcela onde o homem planta para comer, portanto reduzindo as possibilidades de sobrevivência dêste homem.

Nós estamos no Nordeste tìpicamente diante de um sistema econômico-social que tende, na sua própria dinâmica de crescimento, a criar problemas crescentes para êle mesmo, e a isto é que nós chamamos uma sociedade que tende, ela mesmo, a uma

Revolução. E é por isto que eu tenho dito muitas vêzes que nós **vivemos** o período Pré-revolucionário. Muita gente pensa que é uma frase, que queremos apenas dizer que a situação é grave. Afirmo-lhes que não. Se nós continuarmos, mesmo atuando muito bem, com a maior boa vontade do mundo, eu, como Superintendente da SUDENE, com as centenas de técnicos que temos hoje, rapazes idealistas que se matam no trabalho e que estão aí por tudo, levando tudo isto para diante, nós não evitamos o pior. Isto é o que temos consciência claramente hoje em dia, e vou dar aos senhores um simples exemplo.

Nós conseguimos já no Nordeste disciplinar o investimento público, que foi a primeira grande batalha do govêrno da SUDENE. Os senhores sabem que o govêrno gastava muito dinheiro do Nordeste, mas êste dinheiro era como a chuva do sertão, caía e corria, ficava pouco; e então foi necessário sistematizar tudo isto, submeter tudo isto à programação.

Foram feitos os programas sérios, e hoje em dia os investimentos estruturais estão sendo, em grande parte, controlados pela SUDENE, e nós estamos com planos de grande investidura, construindo estradas para criar o mercado nordestino, e não construindo estradas em qualquer lugar do Nordeste, como se fazia antes. No Nordeste há mais estradas que no sul do Brasil por quilômetros quadrados, mas ninguém pode ir daqui para uma outra cidade; digamos, a Salvador, por uma estrada litorânea, porque não existe, não existe estrada para «amarrar» o mercado nordestino; existem estradas por todos os lugares, mas não estradas com sentido econômico autêntico.

Temos um grande plano de eletrificação, que a SUDENE está executando êste ano intensamente; vamos gastar êste ano mais de seis milhões de cruzeiros, só nesse plano de eletrificação. Temo já também um importante plano no Setor Agropecuário, um projeto grande de irrigação no São Francisco, temos projeto de Colonização no Maranhão e por aí adiante.

Estamos fazendo muita coisa; mas o mais importante é que na medida em que o dinheiro é gasto de verdade no Nordeste, se está criando muito mais emprêgo, e assim se cria muito mais renda na mão da população, e isto é o que explica por exemplo

por que uma cidade como Recife tenha tido um surto industrial, um surto econômico tão grande nos últimos três anos.

Tomemos o problema de outro lado. Antes, os industriais nordestinos viviam por aí como almas penadas, atrás da SUMOC, CACEX, do Banco de Desenvolvimento Econômico, como criaturas frágeis. Não tinham vez. Veio a SUDENE e criou uma série de favores, de incentivos novos ao setor industrial. E se há um caso no Brasil de política de incentivos que teve êxito completo foi êste.

No caso, por exemplo, dos investimentos públicos, nós estamos começando, porque o primeiro plano da SUDENE foi êste ano e é por isto que eu fico «frio» quando me lembro o que vai correr daqui há dois anos; o primeiro grande plano da SUDENE de obras públicas é para 1962, já que o Congresso tomou dois anos para votar êste primeiro plano. Mas no setor dos favores da indústria não, porque a própria lei que criou a SUDENE estabeleceu os favores que nós começamos a aplicar no dia seguinte. O industrial leva o seu projeto, ou se não sabe fazer nós ajudamos, e temos já aprovados cêrca de 100 projetos de indústrias novas ou de ampliações de fábricas no Nordeste. E a coisa vai num ritmo tal que só na próxima reunião, no dia 1º do próximo mês, nós vamos aprovar num dia 17 projetos. Assim também todo o grande plano de reconstrução e reequipamento da indústria têxtil, que são 60 fábricas, deve sair êste ano. Na próxima reunião vão sair as primeiras 8 fábricas e até o fim do ano nós vamos aprovar tôdas.

Vamos portanto num crescendo, e é muito provável que o rumo industrial do Nordeste vá continuar com todo o impulso. Nesses dois primeiros anos da SUDENE, o resultado já pode ser medido, porque os dados nós temos pelas estatísticas. Os dados por exemplo de emissões de capital das emprêsas privadas no Nordeste, são computados para todos os Estados do Brasil, e por aí se pode ver perfeitamente o que se passa com os investimentos privados, nas indústrias e em outros setores. O que se observou foi o seguinte: em 58/59, os dois anos anteriores à SUDENE, a média de investimentos privados no Nordeste sôbre o total do Brasil, era de 1,2% (tenham os senhores em conta que a popu-

lação do Nordeste é 30% a população do Brasil). Nos dois anos, os primeiros dois anos da SUDENE, 60/61, subiu de 1,2 para 5,4%. Estou falando de um número relativo; a porcentagem sôbre o total subiu, mas como o total está crescendo, significa que os investimentos privados no Nordeste do setor industrial cresceram com velocidade três vêzes maior do que no sul do Brasil. Ora, no sul do Brasil está em disparada; portanto houve um autêntico «boom» industrial do Nordeste. Outro dado: os investimentos em novas emprêsas (é muito interessante isto, porque os investimentos tanto podem ser para ampliar antigas emprêsas, como para criar novas emprêsas). Os investimentos no Nordeste em novas emprêsas em 1960, que foi o primeiro ano de aplicação dos favores da lei, chegaram a representar 40% do total do Brasil. Portanto não temos mais nenhuma dúvida que a lei da SUDENE alcançou de verdade os seus objetivos no que diz respeito ao incentivo à iniciativa privada. Na forma como ela foi aplicada, os resultados estão sendo obtidos. Conseqüência de resolver êste grande problema, que é criar emprêgo para esta massa imensa de gente subocupada, neste Estado de subexistência que vive a população urbana do Nordeste, onde nós calculamos que exista pelo menos meio milhão de pessoas em estado de absoluta carência, quase passando fome, ou digamos melhor, passando fome, foi que os investimentos cresceram tremendamente, e quem está no Recife sabe disto, quantidades de edifícios novos, pavimentação de estradas, etc. Os investimentos na indústria se multiplicam fora da indústria, e a conseqüência é que tudo isto significa uma demanda muito maior de alimentos. Esta demanda vai se encontrar com esta oferta de alimentos que está sendo contraída pelo próprio desenvolvimento lá no sertão e em outras regiões do Nordeste.

Como vêem, estamos exatamente em face de uma situação em que na medida em que vamos resolvendo os problemas vamos agravando outros, e se nós não conseguimos de verdade alcançar êstes outros problemas, isto é, se nós não conseguimos em tempo útil atacar pela raiz êstes outros problemas que estão ligados fundamentalmente à insuficiência da oferta de alimentos dentro desta região como um todo, nós, muito embora estejamos

desenvolvendo o Nordeste, também estamos precipitando a crise; ou melhor, estamos fazendo com que esta crise venha porque se o problema não se resolve agora, esta crise terá que vir antes e seguramente pelo método que nenhum de nós desejaria, que é pelo método de maior custo social.

E é a isto que eu me refiro quando digo que existe uma situação pré-revolucionária. E é como técnico do govêrno, como estudioso, como homem da região profundamente interesado não só pelo problema humano do Nordeste, que me empenho nesta luta e falo com esta sinceridade. Ninguém afirmaria o que afirmo, levianamente, sem ter em conta a gravidade do que está dizendo: ou nós fazemos as mudanças em tempo útil, ou elas virão por cima de nossas cabeças.

# MUDANÇAS SOCIAIS DA HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA

Prof. **PAULO SINGER**

O tema desta palestra se refere às mudanças sociais na história contemporânea e eu pretendo tomar o conceito de social na forma mais ampla possível. Isto é, social no sentido do que abrange a sociedade como tal. Consideraremos mudanças econômicas, políticas e, digamos, pròpriamente sociais. Essas mudanças que estão, na verdade, à vista de todos, são decorrentes, quase tôdas, de um único processo de transformação — o processo da industrialização.

As mudanças sociais que se verificam pràticamente em todo o mundo, tanto nos países que já têm um alto grau de industrialização, como naqueles que têm uma indústria ainda incipiente, são na verdade fruto de transformação da vida produtiva dêsses países no sentido de passar de uma economia predominantemente agrária e artesanal para uma economia industrial moderna. Portanto, para podermos apreender o sentido dessas mudanças sociais é preciso começar a examinar o que é êsse processo de industrialização.

Poderíamos dizer que o processo de industrialização é uma forma específica de tornar maior a fôrça produtiva do trabalho humano. O homem trabalha no sentido de submeter a natureza às suas próprias necessidades. O trabalho humano é sobretudo a operação que transforma os elementos da natureza para adequá-los a satisfazer as necessidades do homem. A produtividade, a fôrça produtiva do trabalho humano é a relação entre o esfôrço gasto nesse trabalho e os resultados dêsse esfôrço. A fôrça produtiva aumenta quando é possível com o mesmo gasto de esfôrço, obter resultados maiores. A indústria permite exatamente com um gasto bastante pequeno de trabalho humano

obter resultados extremamente elevados. A industrialização é portanto uma forma de potenciação do trabalho humano, que se torna muito mais eficaz, exatamente porque na sua forma industrial é auxiliado por instrumentos, isto é, máquinas, que o tornam muito mais rendoso.

Essa potenciação se dá, no entanto, graças ao investimento de recursos no processo produtivo. As máquinas, os instrumentos de produção, as instalações são frutos de trabalho que não foram utilizados para o consumo imediato, porém para permitir no período seguinte resultados maiores com menos esfôrço. O processo de industrialização, portanto, é um processo que exige sacrifício, isto é, a abstenção do consumo por algum tempo, para depois se poder obter mais resultados, mais meios de consumo com menos trabalho. Êle exige ainda uma concentração dos instrumentos de trabalho para o seu melhor rendimento. Tomemos como exemplo, a atividade da fiação e tecelagem. Era possível que em sua forma pré-industrial esta atividade fôsse exercida em uma porção de lares. Cada lar tinha a sua roca e o seu tear manual, e cada dona de casa ou suas filhas podiam dedicar uma parte do seu tempo à fiação e à tecelagem, como hoje ainda se tricota manualmente nas casas particulares. Para se obter uma indústria de fiação e tecelagem é necessário concentrar as máquinas de fiar, e os teares mecânicos ou automáticos, em fábricas sob contrôle único, o que permite uma produção evidentemente muito mais elevada com esfôrço muito menor.

A forma histórica em que se deu êsse processo de industrialização não é pròpriamente um acontecimento da história contemporânea, e estaria fora do nosso assunto se não permitisse fundamentar e entender melhor as mudanças sociais em nosso tempo.

A sociedade industrial moderna não é a antiga sociedade pré-industrial modificada em um ou dois ou muitos aspectos, mas é tôda uma outra sociedade, um outro sistema sócio-econômico. E êste sistema, històricamente, foi o sistema capitalista industrial moderno. Êste sistema se constitui através de um duplo processo de expropriação. Para tal era preciso obter os meios de desviar o trabalho das suas finalidades de consumo imediato, e encaminhá-lo a um investimento nos próprios instru-

mentos de trabalho. E era preciso obter que êsses instrumentos de trabalho estivessem concentrados nas mãos de uma pequena parcela da sociedade. Històricamente isto se deu através da transformação da riqueza em capital (capital êsse que procura sua própria valorização); tirou-se então os instrumentos de trabalho de milhares de lares camponeses ou artesanais para concentrá-los nas mãos de capitalistas que então tiveram os meios de dirigir as fábricas, e constituir os fundamentos da sociedade industrial. Foi um processo duplo de expropriação. Expropriaram-se os pequenos produtores independentes: os camponeses (independentes ou servos) e os pequenos artesãos, e se expropriaram também as riquezas acumuladas dos países que não estavam sofrendo o processo de industrialização.

O processo de industrialização capitalista, a acumulação de capital, se deu inicialmente em pouquíssimos países. Na Inglaterra, para começar, depois na França, posteriormente na Alemanha, nos Estados Unidos, e poucos países mais na Europa Ocidental. Êsses países conseguiram dar um gigantesco salto para a frente, que foi o processo da revolução industrial expropriando os seus próprios concidadãos e expropriando as riquezas acumulados de civilizações outras, que não estavam em condições de ingressar no mundo industrial moderno.

A colonização da Índia, que se deu concomitantemente com o processo da revolução industrial foi uma enorme drenagem de riquezas, acumuladas por gerações e gerações, para a Inglaterra e outros países da Europa Ocidental que com essas riquezas constituiram os fundamentos da sociedade industrial moderna. Nesta época se descobriram as minas de ouro no Brasil e o ouro brasileiro também constituiu uma parcela nada desprezível neste fundo necessário para a industrialização da Europa Ocidental. Não sòmente no início da industrialização as riquezas acumuladas dos países que não participavam do processo serviram de fundamento a êle, mas durante todo o período seguinte o sistema industrial moderno se projetou para o resto do mundo.

Os poucos países que se industrializavam, entraram em relações comerciais, políticas e econômicas, com os demais países. Os submeteram ao seu domínio como colônias, ou, se não che-

garam diretamente a lhes retirar a independência política, os submeteram ao seu domínio econômico. De modo que o sistema capitalista acabou, num período extremamente curto, se estendendo ao resto do mundo.

Tôdas as relações comerciais que se estabeleceram a partir daí tendiam a continuar o processo inicial, isto é, a drenar o resultado do trabalho de todos os povos do mundo aos poucos países que estavam no processo de industrialização, acelerando-o extraordinàriamente e ocasionando uma enorme acumulação de capitais. Em contrapartida, ocasionavam uma acumulação enorme de miséria nos países que não estavam participando do processo e estavam sendo reduzidos a condição de colônias, quer explícitas quer implícitas. Êste processo de espoliação internacional, que se conhece na literatura econômica com o nome de imperialismo, não foi um processo consciente em que os cidadãos dos poucos países privilegiados resolvessem reduzir o resto do mundo à miséria. A própria lógica do sistema econômico capitalista, que tende a transformar todo e qualquer valor, em têrmos econômicos, em capital, é que leva a esta enorme concentração de riqueza. Em qualquer país de regime capitalista, aquêle ponto do país que tende a se desenvolver, acaba sugando do resto do país as riquezas porque é neste ponto que a riqueza tornada capital torna-se mais rendosa para o seu possuidor. A característica do capital é exatamente ser uma riqueza que se movimenta, e que procura quase instintivamente aquela área, aquêle ponto em que êle mais se valoriza. Isso, no plano internacional, chegou a constituir o mundo como êle em grande parte ainda é hoje, isto é, um número muito restrito de países industrializados de alto nível de vida conseguindo satisfazer quase plenamente as necessidades materiais, vitais, de suas populações, e o resto do mundo numa espantosa acumulação de miséria, da miséria tradicional dos sistemas pré-capitalistas em que a produtividade do trabalho é muito baixa, agravada ainda pela exploração que o próprio funcionamento do sistema acarreta para êsses países.

Êsse processo da industrialização acarretou, como dissemos no início, a formação de um nôvo sistema social. Êste sistema se caracteriza pela criação de novas classes sociais, das quais

as fundamentais são de um lado a burguesia — aquêles que se tornaram capitalistas, se tornaram os donos dos meios de produção concentrados — e de outro aquêles que foram despojados dêsses meios de produção, aos quais nada mais resta a não ser a sua fôrça de trabalho, que êles têm que vender para poder sobreviver, isto é, a classe operária. Essas duas classes constituem uma sociedade nova, a qual tem uma certa dificuldade em reconstituir um arcabouço social estável. As duas classes em si são, não só extremamente mutáveis e instáveis, porque o processo capitalista de produção é um processo que se revoluciona tècnicamente de uma forma completa e incessante, mas também duas clàsses que não encontram na sociedade um lugar bem definido por normas explícitas.

Ao contrário das sociedades anteriores em que a posição social do indivíduo era explìcitamente definida a partir do bêrço (nascia-se senhor, ou súdito, servo ou camponês independente, nobre ou plebeu e assim por diante) para o indivíduo que nasce numa sociedade capitalista ela não é definida. E ela pode mudar o tempo todo de acôrdo com acontecimentos que não estão sujeitos às intenções e à vontade do indivíduo mesmo. As relações de homem para homem não estão definidas por um código de valores universalmente aceitos. Os valores pré-capitalistas decaem, são corroídos, se dissolvem e nada toma o seu lugar. As relações de família, as relações de amizade, e as relações políticas, passam a ter um substrato econômico dos mais mutáveis, dependente como êle é dos caprichos do mercado.

Gostaria de exemplificar para não deixar o assunto em têrmos abstratos. A relação entre senhor e servo numa sociedade pré-capitalista é tradicionalmente definida. Senhor e servo são educados para assumir o seu papel e desempenhá-lo de acôrdo com as normas que tôda a sociedade dêles espera. A relação entre empregado e empregador na sociedade capitalista moderna não está definida a não ser de acôrdo com uma legislação que tende meramente a evitar excessos. É uma relação puramente econômica. A relação de senhor e servo é uma relação para a vida inteira. A relação de empregado e empregador é casual, é um encontro fortuito de interêsse entre o que oferece

sua fôrça de trabalho e o que procura fôrça de trabalho. No momento em que essa coincidência de interêsses se desfaz, a relação social também se desfaz. Da mesma forma como a relação entre empregado e empregador na sociedade capitalista moderna é fortuita, a relação de pais e filhos, a relação de espôso e espôsa, embora não fortuita, perdeu a estabilidade que tinha antes quando a família era uma unidade produtora e consumidora ao mesmo tempo. A família no regime capitalista não é mais uma unidade produtora. O marido trabalha num emprêgo, a mulher vai trabalhar em outro, o filho pode ou não trabalhar, mas êles constituem meramente uma unidade consumidora, quando chegam a tanto. O fundamento econômico social da família pré-capitalista, em que o chefe da família, digamos, o pai, era o dono dos meios de produção que a família em conjunto utilizava, desapareceu. Cada membro da família possui sua própria fôrça de trabalho que vende; então a relação entre os membros da família é uma relação vacilante, é uma relação que está em processo de transformação. Por herança, por educação, a autoridade do pai, em parte se conserva, mas é desafiada permanentemente pelo fato de que ela não se apóia muito mais do que numa tradição de realidade já desaparecida.

Portanto o processo de industrialização, ao acarretar uma série de mudanças sociais, cria dois tipos de problemas dos mais graves. De um lado não conseguiu definir com clareza o lugar do homem na sociedade. Das relações de homem para homem deixou subsistir apenas a relação econômica, que se delineia em têrmos de um mercado dos mais instáveis por definição, o que torna instáveis e inseguras as próprias relações entre os homens, dando lugar à ansiedade neurótica que caracteriza o homem hoje em dia. E de outro, o próprio processo de industrialização, que com todos os problemas que cria, é afinal de contas, um processo que permite potenciar de modo magnífico o trabalho humano. Êsse processo, no entanto, é concentrado num número extremamente pequeno de países. E não consegue se estender ao resto do mundo, o qual só entra em contacto com o sistema, para ser por êle explorado e para fazer nascer o desejo de chegar a êsse mesmo ponto sem encontrar os meios para isto. Portanto o sis-

tema cria problemas para os quais, pelo menos no momento, não parece encontrar solução dentro dêle; ao mesmo tempo cria aspirações em todos os demais povos que não consegue tão pouco satisfazer.

O fato mais significativo nessa situação e que é realmente não apenas parte de nossa história contemporânea, mas que a meu ver, abre a história contemporânea, separa a história contemporânea da história anterior, é a Revolução Russa, a revolução que ocorreu em outubro de 1917. Sem ser a favor ou contra, é preciso reconhecer que ela desempenha nesse quadro o papel de divisor de águas. Ela, pela primeira vez, instituiu um outro sistema, o qual acabou se estendendo a uma parte considerável dos países a que faz concorrência e se mostra como alternativa à primeira forma histórica de realizar o processo de industrialização. Objetivamente parece-me, portanto, que é o estudo da Revolução Russa, nos seus aspectos mais gerais, que poderá nos mostrar de que maneira é possível, talvez corrigindo erros ou excessos, dando voltas ou não, superar alguns dos problemas que foram causados pela forma como se deu a industrialização através do sistema capitalista.

A Revolução Russa se deu num país subdesenvolvido. A Rússia era um país que estava na periferia do mundo industrial, era o grande celeiro de trigo e de petróleo que abastecia (como o Brasil, ou como a China, ou como a Índia) os países em pleno e franco progresso industrial. Estava dentro do círculo vicioso do imperialismo. Tinha um começo de industrialização que não passava dos limites de algumas poucas cidades, enquanto a grande maioria do povo russo, como os dos demais países que citei, estava ainda plenamente em regime pré-capitalista, oferecendo os frutos do seu trabalho para acelerar o processo de industrialização em alguns poucos países da Europa Ocidental.

O que a Revolução Russa fêz, em primeiro lugar, foi expropriar os meios de produção industrial e torná-los propriedade estatal. Portanto, retirou a Rússia do sistema econômico internacional em que estivera inserida e impediu que ela continuasse fornecendo o excedente de trabalho aos outros países. Isso era em si um passo importante. Adquiriu a Rússia, através disso, real independência econômica, embora causasse uma série de

crises de reajustamento para sua economia. Em seguida tornara-se necessário encaminhar um excedente de trabalho, do consumo para o investimento, de modo a poder constituir o parque de máquinas e instalações, que levassem realmente à industrialização. Êsse era um problema dos mais graves, porque no próprio processo revolucionário os camponeses russos, que constituiam a grande maioria da população, tinham-se apropriado das terras. E resolveram não ceder êste excedente para um processo que evidentemente estava se dando além de sua própria atividade, fora dela.

O processo de industrialização é um processo que se dá na cidade, e que se dá à custa do camponês, sem beneficiá-lo imediatamente. Eram os 80% da população que estavam trabalhando na agricultura que tinham de fornecer o excedente de trabalho para ser investido na indústria, que só muito depois iria beneficiar o camponês. Os camponeses se recusaram a fazer isto e resolveram só abastecer as cidades na medida em que estas pudessem retribuir com produtos que interessassem a êles, camponeses, adquirir. Como a indústria russa era extremamente incipiente, isto levou a um processo completo de estagnação. Os governos que se seguiram à revolução russa debateram durante anos e anos o problema sem saber o que fazer até que se chegou a uma situação de crise completa, de fome e penúria, e então se tomou uma resolução que já devia ter sido tomada muito antes e de forma muito menos drástica, o govêrno se apossou das terras coletivizando o solo. Neste processo encontrou a resistência ativa dos próprios camponeses que se recusaram a entregar as terras e destruíram as colheitas, mataram o gado, sòmente guardando para si próprios as reservas indispensáveis para alimentar suas próprias famílias. O govêrno russo, face a isto, expropriou essas reservas condenando à morte pela fome, sem dúvida, milhões de pessoas.

A verdadeira revolução russa talvez se tenha dado nesta época, de 1929 a 1932, em que de fato se criaram as condições trágicas, na verdade, em que o govêrno pôde se apossar do excedente de trabalho da grande massa camponesa russa e encaminhá-la para a industrialização. Apesar das circunstâncias trágicas em que isto aconteceu, o fato concreto é que a Rússia, não

obstante a Primeira Guerra Mundial, a longa Guerra Civil, a desorganização completa da economia neste período da coletivização das terras e a grande destruição que houve durante a Segunda Guerra Mundial (entre 40-45), passou do estágio de um país subdesenvolvido à situação da segunda potência industrial do mundo moderno. A revolução russa mostrou como é possível a um país que não estava participando do centro do processo de industrialização, num prazo relativamente curto e em circunstâncias bastante adversas, vencer os obstáculos e se industrializar, e poder potencialmente, pelo menos, prover a sua população dum nível material de vida bastante elevado.

Sem dúvida, o processo foi acompanhado de aspectos dos mais condenáveis. Durante êste período tôda a Rússia passou por um regime político que se pode, por vêzes, denominar de ditadura terrorista. As liberdades individuais foram restritas ao mais alto grau. Não sòmente a liberdade de pensamento, a liberdade de reunião, a liberdade política, mas a própria liberdade de pesquisa científica foi estrangulada. A liberdade de criação artística foi extremamente cerceada. E esta contradição em si, entre um país que consegue superar os piores obstáculos para o seu desenvolvimento econômico e ao mesmo tempo aniquila muitos dos mais importantes valores e conquistas da civilização moderna, é que me parece ser o problema mais importante das mudanças sociais do mundo contemporâneo. Porque o que nós assistimos atualmente é, na verdade, a aplicação das lições da Revolução Russa, inclusive dos seus graves erros, pelos povos coloniais ou que eram econômicamente coloniais.

O grande processo de transformação social de hoje é a chamada revolução colonial; e a revolução colonial tem que haurir, quer queira quer não, dos ensinamentos desta grande e trágica experiência pela qual passou a atual União Soviética.

Os países que eram colônias passaram a reivindicar a independência política, condição sem dúvida nenhuma necessária a poder dispor do seu próprio destino. Mas perceberam que a independência política em si não era suficientemente, era preciso também a independência econômica, isto é, era preciso poder retirar o país do círculo vicioso do imperialismo-colonialismo e na verdade fazer com que ficassem dentro do país os excedentes

de sua produção, do seu trabalho, para poder encaminhá-los à industrialização, ao aperfeiçoamento do processo produtivo, à potenciação do trabalho. Mas mesmo a independência política e econômica em si não são suficientes, porque se a grande massa da população que está no campo não consegue produzir um excedente apreciável, ou se êste excedente apreciável se encontra nas mãos de grupos sociais que não têm ensejo, não têm vontade, ou não têm oportunidade de encaminhar êstes recursos à industrialização, o desenvolvimento torna-se impossível, pois faltarão os fundos necessários ao investimento. De modo que ao lado da independência política e da independência econômica, é indispensável a reorganização interna da economia, e a fórmula aplicada é geralmente a Reforma Agrária.

Nem todos os países que passam por êste processo têm necessàriamente que repetir os graves erros da Revolução Russa. A Reforma Agrária tem por finalidade primária o de permitir aumentar o excedente de produção proporcionado pelo camponês, tirá-lo das mãos dêle e encaminhá-lo para aplicação no processo de melhoria geral do trabalho. No entanto, não é preciso criar uma estrutura que dê a terra nominalmente ao camponês para depois ter de arrancá-la dêle, usando processos de enorme violência.

Em Cuba, por exemplo, a expropriação das terras dos latifundiários se deu diretamente, já de forma a permitir integrar a agricultura no próprio processo de planejamento da industrialização.

De modo qué os países que não tiveram a ventura ou desventura de passar pela processo histórico, isto é, capitalista, de acumulação de capital, estão procurando soluções outras, que são soluções não capitalistas, para realizar seu processo de industrialização. E com diferenças de país para país, estão procurando, com erros e acertos, aplicar soluções adequadas às suas necessidades. E vão chegando à sociedade industrial moderna. Mas é uma sociedade industrial moderna que não é igual à sociedade capitalista. O que nós estamos assistindo no momento é o surgimento de várias sociedades, algumas que se denominam socialistas, outras que se denominam de nomes diferentes — e não importa o nome que tenham — mas que

claramente não são mais capitalistas. E o mais importante nos últimos dez anos provàvelmente é que estas sociedades não são mais iguais entre si, conseguindo sair da situação de ter de imitar o modêlo russo, com todos os seus defeitos e suas vantagens.

Estamos hoje vendo nascer uma sociedade na Iugoslávia, outra em Cuba, outras na China, no Egito, na Índia, e em diversos países que tentam resolver os problemas da industrialização criando novos sistemas sociais, que possìvelmente ofereçam soluções para aquêles problemas que as primeiras sociedades industriais não conseguiram resolver, e que foram os problemas que mencionei mais ou menos no início desta palestra através da idéia de que é necessário redefinir o lugar do homem na sociedade.

Essas novas sociedades começaram colocando, de maneira diferente, o problema da liberdade. A Revolução Russa, em certo período crucial, reduziu a liberdade humana à sua expressão mínima, e só agora está reconsiderando o problema. Estas outras sociedades estão procurando achar soluções diferentes, embora nenhuma delas tenha aplicado o sistema clássico, isto é, a democracia representativa parlamentar. E o que significa a democracia representativa parlamentar, que é o sistema político e social do regime capitalista avançado? O seu conceito de liberdade é um conceito relativamente negativo, isto é, liberdade é a ausência de peias institucionais à liberdade do homem. Se nós conceituamos liberdade assim, ela é pràticamente uma derivação do conceito de liberdade econômica que está realmente por baixo dela, isto é, o direito de o indivíduo dispor dos meios de produção que êle possua, da forma que lhe parecer a melhor, de acôrdo com seus interêsses individuais. Esta liberdade econômica, que é base do regime capitalista, se estende depois ao direito do indivíduo falar o que quiser, pensar o que quiser, escrever o que quiser, ler o que quiser, assistir aos filmes que quiser, e assim por diante. É um conceito negativo, isto é, êle meramente exprime a ausência de peias, ausência de restrições. Na prática esta liberdade só tem significação para aquela minoria da população, que tem meios econômicos para realmente usufruí-la. Para a grande massa, para os homens por exemplo que trabalham no canaviais de Pernambuco, que

ganham Cr$ 90,00 por dia, a liberdade de pensar, de escrever, de falar, de reunir, é inexistente por mais que ela seja garantida pela Constituição e pelas leis, e ainda que seja praticada no sentido de não haver restrições.

O fato concreto é que esta liberdade formal é aproveitada, e mal aproveitada, por uma minoria da população, e leva os países que não se industrializaram àquela situação de ter governos que jamais conseguem satisfazer aos anseios da sua própria população. A população em si tem uma liberdade que não consegue utilizar para nada, fundamentalmente porque não tem consciência dos meios que tem de usar para atingir os objetivos que quer atingir.

O problema que se coloca, a meu ver, da liberdade como potência, como possibilidade de se utilizar a consciência que o indivíduo tem, do que quer e de como chegar até lá. Enquanto não existe esta consciência coletiva, enquanto os camponeses não sabem que aquilo que não estão consumindo do seu trabalho serve para tornar mais fácil o seu próprio trabalho num futuro imediato; enquanto o trabalhador não sabe que eventualmente o sacrifício que tem de fazer hoje leva à melhoria das condições suas e de seus filhos amanhã; enquanto êle não sabe que tipo de govêrno, que tipo de regime, que tipo de estrutura êle quer, a liberdade em si é antes um obstáculo do que realmente um impulso para a frente. E é por isto que a maior parte destas sociedades novas, que na verdade só indicam o caminho que tem de se seguir para sair do marasmo e da miséria, têm que restringir em maior grau a liberdade da minoria que tem condições de utilizá-las, porque para a maioria esta liberdade está fora do alcance do grau da consciência de suas necessidades.

Isto não significa uma solução do problema; significa, no entanto, uma desmistificação do problema, na sua colocação formal.

O que gostaria de poder demonstrar é que não existe a alternativa — ou rápida industrialização com perda da liberdade, ou manutenção da liberdade com industrialização lenta ou quase inexistente. Esta alternativa é falsa, não é histórica. O que existe na verdade é um processo de exploração, de estagnação, que consegue manter uma liberdade formal que para nada serve

à esmagadora maioria da população. E esta maioria, no fundo, deseja mesmo que em lugar desta liberdade formal haja maior possibilidade de **conscientizar** os meios que ela pode utilizar para chegar a sair da situação de miséria em que se encontra, podendo recuperar, depois, realmente, uma liberdade com conteúdo positivo, isto é, a capacidade de agir tendo com que agir. Portanto, não existe esta alternativa — ou desenvolvimento sem liberdade, ou liberdade sem desenvolvimento. O que existe na verdade é um anseio de industrialização, de chegar ao alto nível de cultura material dos países desenvolvidos, usando os meios que forem possíveis e que não são muitos; e êstes meios em si comportarão um grau de liberdade que é proporcional à consciência coletiva que existe no seio da população. Esta consciência coletiva pode ser elevada; o próprio processo de luta revolucionária pode elevar a um alto grau a unidade e a vontade de fazer sacrifícios para atingir êste desiderato. Países como a Argélia, por exemplo, que passou 8 anos em guerra para alcançar simultâneamente a independência política e econômica, talvez possam atravessar o período crucial da industrialização não em regime capitalista, mas conservando um elevado grau de liberdade, porque suas populações pagaram, pela consciência que atingiram, um alto preço em sangue.

Estas novas sociedades se chamam socialistas, mas algumas vêzes não o são. Mas elas tendem empìricamente, muitas vêzes, a criar instituições que são sem dúvida arremedos de solução, começos de solução para os problemas que num regime capitalista moderno são problemas insolúveis. Isto é, são instituições que criam novos laços de homem para homem, que conseguem redefinir o lugar do homem na sociedade. Gostaria de me referir apenas a duas destas novas instituições: uma é o partido revolucionário, o partido que organiza a revolução e que depois que toma o poder se transforma num instrumento político que continua o processo revolucionário. Êste partido não é como os partidos que disputam eleições numa democracia parlamentar. Não há uma crosta política de profissionais, um substrato de cabos-eleitorais e a massa de eleitores que, na véspera das eleições, deve tomar uma decisão sôbre o seu próprio destino no pior momento possível, isto é, quando ela está sendo atordoada

por todo tipo de propaganda. Os partidos de massas, que estão surgindo nestes países, os grandes partidos, como o Partido do Congresso na Índia ou o Partido do Povo da Guiné, são partidos que conseguem integrar dentro dêles parcelas consideráveis da própria população do país, que conseguem achar nestes partidos uma participação positiva, na vida política. Êles são os indivíduos que querem decidir o destino político de seu país como militantes de um partido e não só como eleitores.

Não quero dizer com isto que eleições não sejam importantes, que a liberdade de se eleger quem se quer não seja importante. Mas, mais importante ainda é criar movimentos políticos que façam com que a massa da população, os operários, os camponeses, os estudantes, os intelectuais, participem ativa e responsàvelmente na vida e nas decisões políticas que afetam a nação.

O partido revolucionário é, como estrutura, provàvelmente transitório, mas exatamente na sua transitoriedade êle mostra, a meu ver, pequeno indício do que será, no futuro, a participação do homem na vida política do seu país. Não uma participação passiva, de eleitor coagido quase a votar, obrigado, multado se não vota, mas um indivíduo que conscientemente decide tomar posição face aos problemas políticos e deseja participar de sua decisão a partir do início da sua discussão.

Uma outra instituição que eu gostaria de mencionar é o Conselho de Fábrica. O Conselho de Fábrica, como surgiu em vários países, principalmente na Iugoslávia e na Polônia, é a comunidade de trabalhadores que auto-administra, que dirige a fábrica, ou a emprêsa, ou a usina e assim por diante. Isto redefine o lugar do trabalhador na sociedade. Êle não é meramente um indivíduo que vende alguma coisa a um outro, êle faz parte de uma comunidade. No sistema capitalista êle é um instrumento de seu próprio instrumento. Êle é um instrumento da máquina. Êle tem que se adaptar à máquina; é o dono da máquina que o emprega para ajudar a máquina a produzir. Numa emprêsa em que êle faz parte de um Conselho de Fábrica, êle é o dono do instrumento de produção; êle decide em função dos interêsses dos homens que instrumento de produção adaptar ou empregar. Se vai se colocar em funcionamento certa máquina que torna inúteis dez, vinte ou trinta trabalhadores, é a comuni-

dade tôda (inclusive êles) que decide se se vai precisar desta máquina ou não, e se os custos de reprofissionalização dêstes dez, vinte ou trinta serão carregados por êles apenas (dez, vinte), ou os serão pelo conjunto da comunidade..

Em essência, instituição como os Conselhos de Fábrica, certamente transitórias, cheias de defeitos, indicam caminhos que desalienam em boa parte o processo de produção e o homem que o aciona. São instituições que nascem nessa nova forma de industrialização e que tendem, provàvelmente, no futuro, a proporcionar soluções para os problemas específicos da sociedade industrial moderna.

Gostaria de terminar esta palestra chamando a atenção para o fato de que o problema das transformações sociais no mundo contemporâneo é um problema de solução difícil e geralmente de solução revolucionária. Isto significa que, com todos os defeitos que tem, é um processo desejado pela esmagadora maioria da população de todos os países e que tem que se dar na luta contra os interêsses criados e contra muitas vêzes, a falta de consciência dos que querem chegar até lá mas não sabem como. É um processo portanto de luta política. O que é preciso é entender que êste processo de luta política em si, tem hoje perspectivas não sòmente de criar indústrias, de criar condições de satisfazer as necessidades materiais da grande maioria da população, mas que dentro do processo está se criando uma nova sociedade, e ela em si poderá, conforme fôr constituída, levar à solução de muitos problemas ou à criação de novos, talvez mais graves do que os da sociedade pré-capitalista. Seja como fôr, hoje há a possibilidade de começar a se solucionar o problema fundamental, que é o problema do homem se relacionar com a natureza através do processo de produção, de forma a se encontrar a si próprio no processo dominando-o conscientemente e não como objeto de um mercado que lhe é impessoal e estranho, ou como objeto de máquina que o emprega como seu apêndice. E é diante dêste problema que o mundo contemporâneo se acha hoje. Não é um problema de saber se se vai industrializar com ou sem liberdade (êste é um problema que para quase todo o mundo já está resolvido: todos os países querem se industrializar) — está em saber como podemos constituir a sociedade industrial

e como é possível apreender da sociedade já constituída, quer do mundo capitalista, quer das primeiras tentativas não capitalistas, para constituir uma sociedade que permita a satisfação das necessidades materiais com o menor sacrifício humano possível e que não apresente problemas que além de profundos, dolorosos, serão, dentro do sistema, insolúveis.

# RESISTÊNCIAS
# À MUDANÇA SOCIAL NO BRASIL

Prof. Juarez Rubem Brandão Lopes

## INTRODUÇÃO

O nosso tema — «Resistência à Mudança Social no Brasil» — está colocado de maneira que me parece demasiado neutra. Pressupõe o modêlo de uma situação estática que resiste a se pôr em movimento. Êste modêlo não me parece exato. A sociedade brasileira está claramente em mudança. A expressão «Resistência à Mudança» só ganhará sentido se postularmos uma certa direção de mudança considerada desejável. A sociedade já está em mudança, algumas das mudanças entretanto podem ser vistas como regressão, outras como progresso. É necessário portanto postular uma certa direção de transformação considerada desejável. A direção que a mim parece desejável é o desenvolvimento econômico e social num sentido amplo. E não só o desenvolvimento econômico. Um desenvolvimento que signifique uma desigualdade crescente não é, a meu ver, desejável.

Tôda a palestra seguirá esta orientação: vamos analisar as resistências a mudanças sociais no sentido do desenvolvimento social e econômico A análise será necessàriamente fragmentária. Para não sê-lo, teríamos de ter uma concepção do desenvolvimento social e econômico do Brasil que deveria ser um esquema explicativo, tanto econômico como sociológico, e que não fôsse uma simples justaposição de um ponto de vista ao outro. Deveria ser um modêlo sintético sócio-econômico. Êste modêlo, esta forma de compreensão do processo de desenvolvimento, não existe. Os estudiosos ainda não a alcançaram. Ainda não há uma compreensão sócio-econômica do desenvol-

vimento, satisfatória sob o meu ponto de vista. Daí as minhas palavras terem necessàriamente o caráter de sugestões, de idéias que não estão completamente integradas numa concepção unificada.

Outra limitação da exposição é não tratar dos obstáculos ao desenvolvimento social e econômico, que resultam das relações entre as sociedades desenvolvidas e as sociedades subdesenvolvidas. Não vou tratar dêsses obstáculos, pelo fato de os senhores já terem ouvido outra palestra que tocou especialmente neste problema. Concordemos ou não com a posição tomada pelo expositor, o problema foi colocado muito claramente. Há certos obstáculos que resultam das relações do Brasil com países capitalistas desenvolvidos do mundo de hoje.

## DUALIDADE DA ESTRUTURA POLÍTICO-SOCIAL BRASILEIRA

O ponto básico que precisa ser analisado é a dualidade da estrutura social brasileira. Esta dualidade já foi tratada por vários autores. No artigo de Celso Furtado, distribuído neste Congresso, sôbre «Reflexões sôbre a Pré-Revolução Brasileira» [1], êle mencionou a dualidade político-social do Brasil. Jacques Lambert, sociólogo e demógrafo francês, que estêve muitos anos aqui no Brasil, escreveu vários artigos e livros em que acentua essa dualidade. [2]

Tomemos, como primeira aproximação, a formulação feita por Jacques Lambert nos seus trabalhos. Lambert refere-se ao Brasil como constituído de duas sociedades: uma sociedade arcaica, tradicional, e uma sociedade nova, um Brasil nôvo evoluído. Afirma que o problema brasileiro é menos um problema de subdesenvolvimento que um problema de desenvolvimento parcial. Esta dualidade da estrutura social brasileira salta aos olhos. Lambert aponta os fatôres por ela responsáveis. Por exemplo: a rapidez do progresso técnico. Nas sociedades que se

---

1 in **A Pré-Revolução Brasileira**, Rio de Janeiro, Editôra Fundo de Cultura, 1962, págs. 13-32.

2 Ver principalmente, **Os dois Brasis**, Rio de Janeiro, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1958.

industrializaram primeiro o desenvolvimento foi muito mais lento e foi um desenvolvimento endógeno que resultava de características da própria sociedade. Era êste progresso técnico mais adequado às características sociais daquelas sociedades. No caso do Brasil, como de outras sociedades subdesenvolvidas, êsse é muito mais rápido. Êle é importado e não endógeno. E é importado na sua mais adiantada forma; não recapitula os passos que foram dados no desenvolvimento dos países que se industrializaram primeiro. No caso brasileiro especìficamente, atua ainda para formação desta dualidade de estrutura, tão evidente, a forma do seu povoamento, o isolamento das várias populações brasileiras. Um quarto fator apontado por Lambert, é a rigidez da estrutura social tradicional. Lambert, no entanto, não analisa mais profundamente porque esta estrutura é rígida.

De qualquer forma, ficamos inicialmente com êste quadro pintado por Lambert: um Brasil nôvo — constituído principalmente de grandes capitais, portanto, descontínuo, formado de «ilhas» no território brasileiro, incluindo, além dessas grandes cidades, zonas rurais modernizadas, principalmente, no Sul do país — Brasil nôvo êste, incrustrado numa estrutura social arcaica, constituído primàriamente pela área restante, incluindo entretanto, também, as pequenas cidades tradicionais do país.

Estas duas estruturas, a do Brasil nôvo e a do Brasil arcaico, distinguem-se nìtidamente em quase todos os seus aspectos, sejam demográficos, econômicos, sociais ou políticos. Estatísticas de população, quando apresentadas lado a lado para o Brasil nôvo e para o Brasil arcaico, apresentam desnível extremamente pronunciado em tôdas as suas características: natalidade, mortalidade, composição etária, etc. Os fatos apresentados num livro recente, lido largamente, o de Franklin de Oliveira [3], são em grande parte reflexo dêsse tremendo e brutal desnível entre os dois brasis. A estrutura social relativamente simples do Brasil tradicional, onde dois grupos se opõem, de um lado uma pequena aristrocracia, de outro, na base da pirâmide, uma grande massa, contrasta, claramente, com a estratificação social muito mais

3 Revolução e Contra-Revolução...

completa do Brasil nôvo. As instituições políticas, as bases do poder, também variam entre os dois brasis.

A êste quadro da dualidade na estrutura político-social brasileira, acrescentemos a análise feita pelo economista e sociólogo sueco, Gunnar Myrdal, num livro recentemente traduzido para o português: **Teorias Econômicas e Regiões Subdesenvolvidas.** [4] Êle analisa nesta obra o mecanismo pelo qual se estabelecem e se perpetuam desigualdades econômicas e sociais, tanto entre nações como, no âmbito nacional, entre regiões de um mesmo país. A sua análise, na parte referente às diferenças regionais de um país, revela um processo de desequilíbrio crescente. Myrdal coloca-se aqui contra a concepção predominante na economia da tendência para um equilíbrio estável. Para êle o que existe é um equilíbrio instável, uma situação que se afasta cada vez mais do ponto de partida. Iniciado o processo de desenvolvimento, o jôgo das fôrças de mercado é tal, as economias externas e internas, no vocabulário dos economistas, atuam de tal maneira, que o desenvolvimento da área que iniciou o processo se faz às custas do subdesenvolvimento do resto do país, havendo mesmo uma regressão relativa das outras regiões. Para Myrdal o desenvolvimento de um ponto ou de alguns pontos de um país resulta sempre em efeitos regressivos nas outras regiões. Não se trata, portanto, de uma situação estática, em que uma parte do país começa a se desenvolver enquanto as demais resistem ao desenvolvimento. Êste modêlo, por mim mencionado no início da palestra, é falho. Na realidade, nós temos uma dinâmica de todo o sistema, uma dinâmica em que uma parte se desenvolve, enquanto a outra é empurrada para trás, em que, portanto, as desigualdades que se estabelecem no país são crescentes.

Mencionemos alguns dêsses efeitos regressivos. Sob o ponto de vista demográfico, há uma migração seletiva, um movimento de mão-de-obra do Brasil arcaico, das regiões que não começaram o processo de desenvolvimento, para as regiões novas, em desenvolvimento. É seletiva: é a melhor parte da fôrça de trabalho que emigra. A taxa de crescimento natural do Brasil arcaico

---

4 Rio de Janeiro, Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1950.

comparada com a do Brasil nôvo é mais alta. Na parte que se desenvolve, as taxas de natalidade começam a cair, (embora depois das taxas de mortalidade terem começado a sua queda devido ao progresso da medicina, etc.) No Brasil arcaico, porém, há um atraso muito maior das taxas de natalidade, pois a estrutura tradicional resiste à difusão do contrôle de natalidade. Essas taxas se atrasam em relação às de mortalidade, pois não há resistências estruturais ao abaixamento dessas últimas; as medidas sanitárias, medidas elementares de medicina, tais como vacinação, etc., se difundem fàcilmente, fazendo sentir o seu efeito em todo o Brasil arcaico, que, ainda não está mergulhado no processo de desenvolvimento. Qual é o resultado disso? De uma taxa de mortalidade em decréscimo e uma taxa de natalidade que se mantém alta? O resultado é uma explosão demográfica que deprime ainda mais a situação econômica e social destas regiões que ficaram à margem do processo de desenvolvimento. Há, por outro, uma emigração de capitais das regiões subdesenvolvidas para as zonas desenvolvidas, atraídas pela possibilidade de lucros mais altos nessas últimas zonas, ocorrendo êsse paradoxo do financiamento, em parte, do desenvolvimento do Brasil nôvo, pelas partes subdesenvolvidas. Por outro lado, os recursos das regiões subdesenvolvidas não são suficientes para estabelecer um bom sistema de estradas, um sistema educacional adequado, serviços públicos suficientes; e assistimos então ao que Myrdal denomina de causalidade circular e acumulativa. O subdesenvolvimento leva a não ter meios para estabelecer aquelas condições que atrairiam o desenvolvimento: o subdesenvolvimento como causa do próprio subdesenvolvimento. A parte que se desenvolveu se desenvolve cada vez mais; a parte que não se desenvolveu é empurrada para trás ou estaciona. As seqüências causais são circulares e acumulativas: os ricos ficam mais ricos, os pobres ficam mais pobres. Não há dúvida, como aponta Myrdal, que decorrem do foco de desenvolvimento alguns efeitos propulsores, efeitos que se propagam a partir do centro de expansão. O desenvolvimento duma certa área do país, cria mercados para matérias-primas e para produtos agrícolas de outras áreas. Isto representa efeito propulsor das zonas menos desenvolvidas ao redor do centro de desenvolvimento. Entre-

tanto, como analisa muito bem Myrdal — e não posso repetir aqui completamente a análise por êle feita — encontramos de nôvo uma situação paradoxal, quanto aos efeitos que levam a uma regressão das zonas subdesenvolvidas do país e os propulsores que tenderiam a contrabalançar essa regressão. Nos países que estão num desenvolvimento mais lento, os efeitos regressivos são muito mais fortes do que os propulsores; e nos países com uma taxa de crescimento mais forte, aí então é que os propulsores contrabalançam em alguma medida os efeitos regressivos. Quanto mais lento o desenvolvimento, portanto, maior é o desequilíbrio entre êsses dois tipos de efeitos. Constitui isso um fator a mais para continuação do subdesenvolvimento, pois essas desigualdades são claramente obstáculos ao desenvolvimento. A análise de Myrdal mostra ainda como nos países subdesenvolvidos ou naqueles em que o desenvolvimento é lento, a atividade estatal, que deveria ser o principal fator tendente a igualar as diferentes regiões, através de políticas igualitárias, é muito mais fraca. Embora nos países desenvolvidos o jôgo de fôrças do mercado leve também a uma certa desigualdade entre as suas regiões — nos Estados Unidos, por exemplo, o leste, o meio-oeste e o oeste são as zonas relativamente mais avançadas do país, sofrendo o sul os efeitos regressivos dêsse desenvolvimento — existem nesses países políticas igualitárias estatais que amenizam em certa medida essa desigualdade. Nos países subdesenvolvidos, pelo contrário, essas políticas igualitárias são muito mais fracas. E são mais fracas porque a base de poder para tais políticas não existe. Exemplificando, apenas no campo da educação, no Brasil existem enormes desigualdades educacionais. Não só são escassas as oportunidades educacionais para o Brasil como um todo, como são muito pronunciadas as desigualdades. Uma educação como a primária, que deveria ser para todos, não encontra a base de poder que a torne realmente universal, entre outras razões, porque justamente nesses países, as desigualdades quanto ao poder também são tremendas. Simplificando a situação, podemos dizer que ocorre aqui também uma causalidade circular entre a ausência de voto do analfabeto e a ausência de oportunidade educacional primária para a grande massa da população.

Esta análise de Myrdal nos parece essencialmente correta. Ela se superpõe perfeitamente à descrição feita por autores tais como Lambert, da dualidade da estrutura social brasileira. O raciocínio de Myrdal parece-me que peca pela falta de ênfase sôbre os efeitos regressivos causados nas demais regiões do país, pelo desenvolvimento de uma de suas partes, do Sul no caso do Brasil, efeitos que se vão fazer sentir de maneira muito mais forte devido à dualidade estrutural da sociedade brasileira. A argumentação de Myrdal pressupõe uma continuidade, não um desnível entre as diferentes regiões do país, regiões que estariam em níveis diversos de desenvolvimento, mas entre as quais não há diferença de tipo de organização social. A situação brasileira não é de continuidade entre a parte desenvolvida e a subdesenvolvida; é de um degrau, um desnível enorme entre as duas partes do país. E êsse desnível tem de ser caracterizado de uma forma sociológica. A análise de Myrdal, embora trate num esquema único fatôres puramente econômicos e fatores extra-econômicos, tais como educação, saúde, políticas estatais, etc., é entretanto uma análise essencialmente econômica. A natureza tradicional da estrutura das regiões brasileiras que sofrem o impacto do desenvolvimento de outras partes do país, é a meu ver essencial para compreender o problema brasileiro. Essa estrutura social, do ponto de vista sociológico, deve ser caracterizada como uma estrutura patrimonialista. Que é essa estrutura patrimonialista? Essencialmente é uma estrutura de poder, uma estrutura de autoridade, de autoridade não racional, tradicional. A autoridade dos senhores de terra, dos membros da classe alta agrária, é uma autoridade pessoal, tradicional; o povo se relaciona de maneira extremamente pessoal com essa classe alta. Num caso como no outro, na estrutura patrimonialista como na capitalista, nós temos o poder sendo exercido através de um quadro administrativo, de máquinas burocráticas, no caso do capitalismo. No patrimonialismo nós também temos um quadro administrativo: são pessoas que vão fazer cumprir as ordens, os desejos dos membros da classe alta. Entretanto, essas pessoas se relacionam ao patrão de forma característica:

são seguidores, são homens do senhor, a êle ligados de maneira pessoal e por padrões sancionados pela tradição. É uma sociedade, em última análise, organizada segundo uma ordem tradicional. Realmente, ao analisarmos a relação entre o morador, o colono e o proprietário da terra percebemos que ela não pode ser compreendida como puramente econômica; é uma relação em que o econômico está fundido com o social, em que a autoridade do senhor é uma autoridade pessoal e total. Distingue-se completamente da relação de emprêgo, nìtidamente delimitada e impessoal, onde o comprimento ocorre dentro dos limites claramente definidos pelo contrato.

Qual é o quadro geral que podemos traçar do Brasil, hoje que o desenvolvimento já se iniciou e a estrutura patrimonialista está claramente abalada? Temos zonas no Brasil, talvez poucas, em que a estrutura patrimonialista está quase intacta. Simplesmente para o quadro geral que eu me proponho pintar, esta zona de estrutura patrimonialista quase intacta consistiria principalmente de boa parte da zona rural, onde predomina a agricultura de autoconsumo, e das pequenas e isoladas cidades do interior. Há no entanto uma área crescente do Brasil em que já penetrou o capitalismo, mas na qual as relações, as atitudes, as motivações dos indivíduos, são ainda relações e atitudes patrimonialistas. Embora como estrutura o patrimonialismo já se tenha desintegrado, as suas heranças persistem. Há uma terceira área do Brasil onde os patrões patrimonialistas pràticamente desapareceram. Estão neste caso as grandes cidades e as áreas rurais novas de população desarraigada, população que não está mais interligada por meio de relações tradicionais, cujos indivíduos não são mais motivados por situações tradicionais. Populismo, no campo político, seitas religiosas, espiritismo, umbanda, são nestas últimas áreas, muitas vêzes, substitutos das relações tradicionais.

A importância, de apontar-se a natureza patrimonialista do Brasil arcaico, parece-me ser, que assim compreendemos as resistências tão fortes que essa estrutura social opõe aos efeitos propulsores dos focos de desenvolvimento — ao entrosamento de sua economia agrícola no mercado, à sua modernização, à modificação de sua estrutura agrária, etc. — e a sua extrema vul-

nerabilidade aos efeitos regressivos, daqueles focos. A perda de mão-de-obra e de capitais, a explosão demográfica, etc., atingem em estrutura social com facilidade e diretamente. Acentua-se assim a dinâmica dos mecanismos causais e acumulativos, tratados por Gunnar Myrdal, no sentido de uma desigualdade crescente que se transforma em obstáculo dos mais graves à continuação mesma do processo de desenvolvimento social e econômico.

Como aquêle quadro fluido, dinâmico da sociedade brasileira se relaciona com a organização política nacional? Partimos de um estágio, estágio êste que se identificaria, **grosso modo**, com a Primeira República, em que a nação não existe, a não ser como um equilíbrio de grupos locais de poder, grupos locais que aos poucos se organizam em oligarquias estaduais. Assistimos então aos Estados empreendendo livremente empréstimos no estrangeiro, cobrando impostos de exportação, com barreiras fiscais e interestaduais e mantendo suas próprias fôrças armadas. É a época dos PR estaduais, organizações políticas mais definidas, de maior amplitude territorial, mas de caráter nitidamente oligárquico. Essas oligarquias estaduais eram no fundo entendimentos de chefes políticos locais. Os chefes políticos tinham na sua base estruturas patrimonialistas locais e agora, nesta altura, comêço do século XX, contam com a fôrça policial do Govêrno, e com a magistratura para exercer o seu poder, de uma forma patrimonialista tradicional.[5] Não me proponho aqui a traçar a desintegração dessa estrutura política que corresponde à situação em que todo o país, num modêlo ideal, estaria representando por uma estrutura patrimonialista única, todo êle ainda não tocado, pelo desenvolvimento sócio-econômico. A situação atual é claramente muito mais complicada do que isto. Nós assistimos durante duas a três décadas o fortalecimento do Govêrno Federal, provocado pelo desenvolvimento de certas regiões do país. O Estado Brasileiro atual, caracterizado por Celso Furtado como um Estado compósito,[6] reflete interêsses das estruturas oligárquicas que ainda subsistem, daquelas partes do país, com uma es-

5. Mário Wagner Vieira da Cunha, **Estudos sôbre a administração pública brasileira**, (1930 - 1950), manuscrito.
6. Obra citada.

trutura patrimonialista quase intacta, mas reflete também êsse Estado, interêsses novos, interêsses da burguesia industrial com ou sem vinculações estrangeiras, interêsses de uma classe média urbana, interêsses do operariado que se faz sentir com mais ou menos fôrça nas diferentes regiões do país. A análise da dinâmica da organização política nacional não foi ainda feita e por isso precisamos nos lançar a fazer sugestões extremamente precárias, de como poderíamos vencer as resistências às mudanças no sentido do desenvolvimento social e econômico do país.

## PONTOS ESTRATÉGICOS DE MUDANÇA

Quando nos propomos a indagar que aspectos da sociedade brasileira são mais suscetíveis de serem alterados nas direções consideradas desejáveis, estamos perguntando ao mesmo tempo, para sermos realistas, quais são as fôrças sociais que sustentam êsses diferentes pontos da estrutura, e quais os grupos que a ela já se opõem interessados em transformá-la, num ponto ou noutro. Não adianta programarmos uma mudança considerada desejável se não há condições para efetuá-la. Devemos analisar a situação tendo em vista identificar os pontos suscetíveis de mudança, as áreas estratégicas da situação que sofrendo a atuação de certas medidas levem-nos na direção desejada. Òbviamente, tendo em vista a análise feita atrás, a identificação dessas áreas, tem caráter claramente provisório e esquemático, pois a ausência de estudos nos leva a avaliar muito grosseiramente a situação. Considerando a análise anterior, temos de olhar para as diferentes zonas do país, tendo em vista quão forte é ainda a estrutura tradicional, qual é o sentido da mudança que já se efetuou, para podermos então fazer sugestões sôbre as possibilidades de mudanças.

Vejamos primeiro as zonas rurais. Temos no Brasil zonas rurais claramente tradicionais, zonas rurais que imersas inteira ou quase inteiramente na sociedade arcaica, devido ao mecanismo analisado por Myrdal, estão em regressão econômica. Nestas zonas, e afirmo isto da maneira menos dogmática possível, parece-me que as possibilidades são de mudança muito mais radical do que nas zonas rurais já penetradas pelo capitalismo.

Não todo o Nordeste, mas partes consideráveis do Nordeste e de outras regiões rurais do Brasil, têm uma estrutura tradicional ainda tão forte que a possibilidade de mudança é para uma mutação súbita, é para uma reforma agrária mais radical do que em qualquer outra parte do país. A base de solidariedade entre os trabalhadores rurais neste caso, é uma solidariedade ainda comunal. Quando essa gente vê romperem-se ou enfraquecerem-se os laços tradicionais que a ligam aos senhores de terra, a sua solidariedade comunal pode servir para transformações radicais. Por outro lado, essas áreas do Brasil rural arcaico apresentam resistências muito menores a tal mutação. Os interêsses do capitalismo, que são os principais a se oporem à mudança, são muito mais fracos porque tratam-se de áreas em que o capitalismo não penetrou completamente, ou penetrou muito pouco. Nessas áreas são mais prováveis transformações relativamente violentas e radicais. Nas zonas rurais já penetradas pelo capitalismo falar-se da desapropriação da terra e do mesmo tipo de reforma agrária, de que se pode cogitar nas zonas arcaicas, é bem mais utópico. As possibilidades de mudança no sentido de desenvolvimento social e econômico nessas últimas zonas caem mais no tipo de sindicalismo do tipo urbano. Sindicalização dos trabalhadores rurais dentro do sistema capitalista agrícola é a abertura que aí, a meu ver, existe. Pensar neste caso em divisão da terra ou em propriedade coletiva da terra é, salvo revolução violenta, utópico; pensar em luta sindical pela melhoria das condições de trabalho, pensar na aplicação da legislação do trabalho nestas áreas rurais penetradas pelo capitalismo é muito mais realista.

As zonas urbano-industriais do Brasil devem, de nôvo, ser divididas em dois grupos. Há áreas, que embora já tenham um certo grau de industrialização ainda se acham fortemente impregnadas pelo patrimonialismo — pelas relações tradicionais de trabalho. Certas cidades do interior do Brasil têm indústrias que funcionam não na base do capitalismo racional, mas em base extremamente tradicional. Nestas cidades industriais do interior encontramos as relações entre industriais e seus trabalhadores como relações quase totais, em que a lealdade tradicional do trabalhador para com o industrial ainda subsiste, em que a

atitude do industrial em relação ao trabalhador é paternalista. Nessas áreas a possibilidade de desenvolvimento sindical parece-me muito grande, pelo mesmo tipo de raciocínio que fizemos ao nos referirmos às zonas rurais do Brasil arcaico. E é interessante notar que a causalidade circular neste caso atua na transformação das relações de trabalho, com o afastamento cada vez maior da situação de equilíbrio. Partimos de uma situação em que o industrial toma conta de seus empregados, pois são homens dos patrões, pessoas com a quais êle podem contar. Ao se verem essas indústrias de pequenas cidades, envolvidas no mercado nacional, ao começarem a sofrer o impacto da concorrência das indústrias das zonas mais impregnadas pelo capitalismo racional, a dinâmica é tal, que a relação paternalista não pode se manter. Os industriais precisam aumentar a produtividade dessa fôrça de trabalho, que necessàriamente é pouco produtiva por ser tradicional, e nesse esfôrço são vistos pelos trabalhadores como quebrando as obrigações tradicionais de cuidar de seus homens. Organizam-se sindicatos. Recorrer ao sindicato nesta estrutura social significa quebrar ainda mais a relação tradicional, significa ser desleal, e temos uma situação que se afasta cada vez mais da organização patrimonialista. Os empregados recorrem ao sindicato porque acham que as obrigações tradicionais não foram obedecidas. Por sua vez o fato de recorrerem ao sindicato significa quebrar a relação tradicional e, portanto, leva o patrão a desconhecer ainda mais as suas obrigações tradicionais. Temos então o paradoxo de, nestas pequenas cidades do interior, impregnadas de tradicionalismo, ser, muitas vêzes, a solidariedade sindical muito mais forte do que a solidariedade dos sindicatos de São Paulo. Por que isto? Porque a solidariedade dêsses trabalhadores é em grande parte uma solidariedade tradicional, comunal. Aproveitam-se, por assim dizer, a solidariedade que existe na sociedade arcaica, para fins novos, para lutas e reivindicações sindicais.

No Brasil nôvo temos também a mesma possibilidade de desenvolvimento sindical. Assistimos no Brasil ao desenvolvimento de uma legislação trabalhista e de uma estrutura sindical, em boa parte, sob o contrôle do Govêrno e mais recentemente, nos últimos dez anos, estamos vendo o início da desintegração do con-

trôle governamental sôbre essa estrutura sindical. Entretanto, o emprêgo de líderes sindicais em companhias do Govêrno e em sociedades de economia mista, a manipulação do impôsto sindical para contrôle do sindicato, etc., não são hoje tão eficientes como há dez anos atrás. Há greves em São Paulo que são incontroláveis, embora outras permaneçam sob contrôle do Govêrno. Por que algumas delas são incontroláveis? Fundamentalmente parece-me que há dois tipos de fatôres que levam a uma perda de contrôle do Govêrno sôbre os sindicatos. Primeiro, o desenvolvimento da solidariedade entre os trabalhadores. Nas grandes cidades do Brasil nôvo salta à vista a fraqueza da solidariedade operária. Vindos em grande número do Brasil arcaico, não se identificam com as condições de operário, e orientam-se, psicològicamente, para fora da estrutura industrial. [7] Em algumas situações, porém, surge uma solidariedade que não é comunal ou tradicional, é de classe. Os operários que estão neste caso, são ainda em muito pequeno número, mesmo nas grandes capitais como São Paulo. Os ferroviários já fazem greves que escapam ao contrôle da máquina estatal. Os gráficos as fazem. Os portuários também. O principal fator aqui é o nível de solidariedade entre êsses trabalhadores. Noutros casos, tratam-se de pequenos sindicatos ao redor das grandes cidades, reunindo pessoas de uma única fábrica. São exemplos, Perus e Cajamar, nos arredores de São Paulo. A solidariedade que aí se desenvolveu parece-me de base comunal. Outro fator responsável pelo enfraquecimento do contrôle do Govêrno sôbre os sindicatos é o fato de muitos grupos reorganizados estarem procurando manipular os sindicatos. Enquanto o Govêrno Federal sòzinho manipulava a situação, era possível manter as rédeas do contrôle. Em São Paulo, vimos uma tentativa do Govêrno Estadual, nos últimos anos, de estabelecer contrôle sôbre os sindicatos, usando os mesmos elementos manipuladores utilizados pelo Govêrno Federal. Partidos políticos, os industriais, etc., têm igualmente procurado estabelecer contatos com elementos

---

7. Ver J.R.B. Lopes, **O ajustamento do trabalhador é indústria**, in B. Hutchinson e outros, "Mobilidade e Trabalho", Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1960, págs. 360 - 440.

sindicais. Ora, na medida em que se multiplicam os grupos que competem pelo contrôle sindical, surgem condições para liberdade de ação do sindicato. Nesse sentido me parece que uma das principais possibilidades para vencer as resistências à mudança social e econômica é o desenvolvimento extremamente rápido que pode ocorrer daqui por diante no sindicalismo brasileiro. Friso novamente que essas idéias têm apenas o caráter de sugestões. Não me parece possível fazer-se ainda uma análise completa. O que parece fundamental é o ponto de vista de analisar as mudanças estruturais, tendo-se em vista localizar os pontos de atuação estratégica e as brechas que existem na estrutura arcaica e que são susceptíveis de sofrerem uma ação que provoque a aceleração das transformações no sentido considerado desejável. E êsse tipo de análise ainda é raramente feito no Brasil. Precisamos analisar a situação brasileira pensando menos em estabelecer grandes planos, válidos para todo o Brasil, e nos preocupando mais em aproveitar tôdas as possibilidades de mudança.

# A MISSÃO TOTAL DA IGREJA NUMA SOCIEDADE EM CRISE

**Bispo EDMUND KNOX SHERRILL**

É nosso privilégio, nesta Conferência, examinar certas coordenadas fundamentais da nossa fé e, também, os aspectos mais evidentes da realidade social brasileira.

Consideramos, agora, o tema «A Missão Total da Igreja numa Sociedade em Crise».

A crise social brasileira, prezados ouvintes, resulta da situação revolucionária que atualmente atinge a humanidade tôda. As transformações em marcha, bem como os imperativos morais e religiosos que as acompanham são decorrentes da aplicação da ciência moderna aos meios de produção. A técnica de produção, adequadamente aplicada aos recursos naturais existentes, possui o poder de modificar radicalmente as condições básicas de vida das massas em todos os continentes. A maior parte do homens ainda não foi atingida por esta revolução. Vive sob condições injustas precisamente porque conservamos em nossas mãos os meios para aboli-la. Especialmente no Brasil, país grandemente abençoado pelo Criador, não é mais possível tolerar a pobreza, a doença, o analfabetismo, enfim todos os males que em outros tempos se pensou serem condições permanentes da existência humana. Nada disto se justifica, razão por que nada disto pode permanecer. Torna-se um imperativo religioso e moral o associarmo-nos de maneira positiva ao processo histórico e revolucionário da nossa época. Como cristãos podemos divergir sôbre as medidas a serem tomadas, pois a situação é de fato extremamente complexa. Mas não podemos, a nosso ver, nem mesmo pensar em divorciar-nos da luta pela justiça e bem-estar sociais. Pela providência de Deus temos chegado a êste momento histórico, e, se pretendemos obedecer-lhe, precisa-

mos usar a capacidade que êle nos proporcionou a fim de que os bens que presentemente mui poucos desfrutam passem à disposição de todos os nossos irmãos. O testemunho do profeta é que Deus não ouve os irresponsáveis — as suas orações são palavras vãs, o seu culto uma ofensa, as suas assembléias inaceitáveis. A nossa doutrina nos alerta que o mundo material e a sua organização são da nossa inegável responsabilidade. Ai daqueles que pretendem ocultar-se à responsabilidade da justiça no mundo. Enfrentarão o Deus vivo da justiça suprema. Serão, no dizer de Amós, como o homem que foge da presença do leão, e se encontra com o urso. E aqui gostaríamos de dizer uma palavra acêrca das palavras que já ouvimos nesta Conferência, proferidas por técnicos. Achamos que especialmente na palavra do prof. Celso Furtado, ficou bastante clara a responsabilidade de que êstes técnicos sentem o imperativo de aplicar os seus conhecimentos para melhorar a vida social. Detentores dos conhecimentos necessários para realmente estender a muito mais pessoas os benefícios de uma vida melhor, sentem essa necessidade moral de utilizar plenamente êstes seus conhecimentos. Para nós a doutrina cristã nos dá base adequada para nossa aceitação, como membros do corpo de Cristo, neste processo todo.

## DEUS É O CRIADOR

«Ao Senhor pertence a terra, e tudo o que nela se contém, o mundo e os que nêle habitam» (Salmo 24). Cremos que Deus criou os céus e a terra, são êles obra das suas mãos. Não foram criados sem propósito, mas para que servissem ao Seu Criador Portanto, os homens responderão perante Deus pelo uso que fizeram da criação material. Não é suficiente assistir os pobres ou dar o dízimo à Igreja, como se a obediência ao Criador se resumisse apenas em estas coisas. Somos os mordomos e não os donos do mundo. Tudo quanto existe nêle, inclusive o próprio processo econômico de produção e de consumo, quer se refira ao indivíduo ou à sociedade, está dentro da periferia religiosa.

## DEUS É O REDENTOR

«O verbo se fêz carne e habitou entre nós». Cremos em Jesus Cristo, que, por nós homens e pela nossa salvação, desceu do céu e encarnou, por obra do Espírito Santo, da Virgem Maria. Veio Deus ao mundo na pessoa do seu Filho Unigênito para nascer como nós nascemos, comer e beber como nós comemos e bebemos, morrer como nós morremos. Estas coisas, que são as condições básicas materiais da vida humana, foram assuntos do interêsse de Deus e o campo da sua atuação em Cristo. É impossível que os que adoram aquêle que nasceu em Belém deixem de se interessar pela mortalidade das crianças nascidas na sua pátria; que os que comem e bebem o corpo e o sangue de Cristo não se preocupem com a fome dos seus irmãos, que os que se congregam em redor da cruz, se esqueçam daqueles que morrem todos os dias injustamente e abandonados, é impossível que nós, os cristãos, considerados merecedores da vida eterna, na misericórdia de Deus, embora indignos e pecadores, nos conformemos com a exploração de qualquer homem. Todos foram aceitos na misericórdia de Deus. Todos são filhos do mesmo Pai. Todos são perdoados mediante a ação redentora de Jesus Cristo. Precisamos de uma ordem social coerente com êste alcance total do Evangelho.

## DEUS, O SANTIFICADOR

«Não sabeis que sois santuário de Deus, e que o Espírito de Deus habita em vós?» (1 Coríntios 3.10).

Cremos no Espírito Santo, que falou pelos profetas e que inspira a Igreja una, santa, católica e apostólica. Quando Cristo subiu aos céus, e sentou-se à destra de Deus, o mundo não foi abandonado. Veio o confortador para fazer de um simples pescador um grande líder entre os apóstolos, para fazer de um perseguidor cruel uma grande testemunha, para fazer dos escravos e ignorantes, bem como dos reis e sábios — vasos de barro todos — os receptáculos de um tesouro eterno, os mensageiros da misericórdia de Deus. Os que são batizados não deixem de ser homens nem deixem de ser carpinteiros, capitalistas, lavradores ou

políticos. Mas continuem a nova raça, a nação santa, o povo de Deus, um sacerdócio real vivendo em tôdas as nações e presentes em tôdas as atividades humanas, como o fermento na massa. Cai a tôrre de Babel mas se ergue o templo do Espírito Santo. Portanto, a nossa causa é a da fraternidade de todos os homens; a nossa mensagem, a da dignidade de tôdas as classes e condições humanas; a nossa obra a do fortalecimento da cidade de Deus.

## UM SÓ DEUS

Cremos em um só Deus, Pai, Filho e Espírito Santo, que cria, redime e santifica o mundo. A missão de Deus e a missão da Igreja de Deus são uma só e a mesma, a saber: conduzir todos os homens e tôdas as coisas até o seu destino final e glorioso, preparado no plano eterno do Altíssimo, antes de o tempo e o espaço existirem, pelo poder que opera em nós, para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, à Sua Glória, e para a nossa verdadeira felicidade. Deus é um só, soberano e livre, infinito no Seu poder. Afirma o Seu Reino contra todos os deuses frágeis e criados pelos homens, artefatos de pedra, e madeira ou de bronze, processos da história, ideologias que são os conceitos das nossas próprias mentes. A luta contra a idolatria tornou-se incessante. Precisamos combater em primeiro lugar o deus que nós mesmos fabricamos com material encontrado na própria tradição cristã, que colocamos depois num santuário decorado com a cruz e aos quais oferecemos dez por cento do que é nosso sabendo que êste deus não nos molestará acêrca dos demais noventa por cento; que não se mete na política, nos negócios ou em qualquer outro aspecto da vida onde queremos afirmar os nossos interêsses egoístas, na presença dos quais ainda lemos certos trechos da Bíblia que nos agradam, pondo de lado o significado da Bíblia como um todo. Combatemos êste tipo de Deus como que prisioneiro da religiosidade humana, porque êste deus não existe. Somos ateus, somos contra os deuses, somos contra as religiões, em nome do Todo-Poderoso que se revela em Jesus Cristo, o Senhor.

Esta doutrina cristã quer dizer, prezados ouvintes, que vivemos num universo sacramental, em que coisas materiais são portadoras do soberano Espírito. O homem que Deus fêz do pó da terra é imagem e semelhança do Seu Criador, pois é uma união do espírito e da carne, criado para ter consciência de sua origem divina, para ouvir, compreender e obedecer a Palavra de Deus, e para participar de um destino eterno. Esta mesma humanidade se tornou protetora do divino Espírito de outro modo, ainda mais maravilhoso, pela Encarnação, mediante a qual Deus tomou sôbre si a nossa natureza em Jesus Cristo, seu Filho Unigênito. A Igreja, também, como dissemos acima, como o povo de Deus, o corpo de Cristo, o templo do Espírito Santo, é em si mesma um sacramento, uma comunidade que participa plenamente da vida material, secular, mas cujo propósito é obedecer às diretrizes do Espírito. Por esta razão, Deus, através de sua Igreja, usa a água, o pão e o vinho, as mãos e as mentes, as palavras, as pregações, as ações dos seus servos escolhidos, para estender no mundo o Seu Reino e para sujeitar a Cristo tôdas as coisas. Desde o início existe êste processo, o da atuação de Deus dentro da Sua Criação para atingir os Seus propósitos eternos. Todo o significado da vida humana se relaciona com esta obra divina, universal no seu alcance e sacramental na sua forma.

Concluímos, pois, que o dever imprescindível da Igreja é a adoração sacramental. É mediante esta adoração que os que crêem se apresentam, corpo e alma, perante Deus, que o mundo e as coisas mais comuns da vida lhe são oferecidas; que os atos poderosos de Deus na história são começados e os seus benefícios alcançados no presente; que se processa a invasão do mundo pelo Espírito Divino. A função principal da Igreja é sacerdotal, é ser o elo, a ponte entre o mundo e Deus, o lugar de encontro onde os homens procuram o Criador, e onde o Espírito Santo atinge os homens. Quando o homem é assim alcançado, a sua vida tôda é dignificada, transformada. O homem se torna capaz de uma vida verdadeiramente livre e verdadeiramente responsável. Não é apenas quando passa a compre-

ender certas verdades, como se a pregação do Evangelho ou a aceitação intelectual do Salvador bastassem. Precisamos crescer em devoção, adorar ao Criador, Redentor e Santificador do nosso mundo. Pela adoração sacramental, Deus se serve da água comum para nos tornar livres e limpos espiritualmente; serve-se do pão comum para que sejamos fortalecidos no Espírito; usa coisas comuns para salvar os corpos e as almas dos Seus filhos. Não desprezamos a pregação, a palavra divina. A adoração que descrevemos inclui necessàriamente a palavra, a leitura das Escrituras e a pregação que torna os homens conscientes do que estão fazendo no culto. Não há no pensamento teológico cristão lugar para divisão entre o espiritual e o material. Na criação, Deus fêz tudo e viu que tudo era bom. Na encarnação, Deus dignifica a carne unindo-a à Sua própria pessoa. Pela vinda do Espírito Santo, Deus destacou a Sua Presença no mundo até a consumação dos séculos. Pregamos a ressurreição do corpo, conforme a evidência da ressurreição de Jesus, porque para nós o homem é união inseparável do espírito e da matéria, cuja salvação é integral; do seu corpo e alma; de sua vida social; da sua história; de todo o seu ser. À luz desta convicção, da integridade da nossa fé, o nosso culto, também, precisa ser ato integral, se pela sua forma sacramental, e pela consciência que nós temos do seu significado, une de fato o universo em tôrno do ato de Deus em Cristo.

Deve ser evidente, então, que as divisões no Cristianismo militam contra a Igreja na sua liturgia, na sua obra de constante adoração. O motivo principal do Ecumenismo não é o de ter uma organização mais eficiente para controlar o mundo — como veremos mais tarde esta é uma idéia errônea sôbre a missão da Igreja. O motivo principal do Ecumenismo diz respeito à natureza da Igreja como o corpo místico de Cristo. O ministério que nos foi entregue é o ministério da reconciliação, dos homens uns com os outros, e todos com Deus. Portanto, as divisões no corpo de Cristo ferem a natureza da Igreja e destroem o seu propósito. Deus é um só, Cristo é um só, e o Espírito é um só, como bem nos lembra o apóstolo. A oração do próprio Cristo é que a Sua Igreja seja uma só, como Êle e o Pai são um. Se compreendemos bem o sentido mais profundo da

Encarnação, não podemos satisfazer-nos com a mera união teórica, mas necessitamos de uma união visível, concreta, sacramental. Embora sejamos dispersos no mundo, e entregues a uma variedade infinita de atividades, e membros de grupos e culturas bastante diferentes, estamos unidos em Deus. Quando nos voltamos para Deus, conscientes da Sua natureza singular em redor do altar onde comemoramos o sacrifício de Cristo, damos expressão a uma unidade visível e tangível. Neste sentido, as Igrejas de tradição latina têm muito que aprender com as Igrejas Ortodoxas, as quais preservam o senso vivo da unidade permanente e concreta da Igreja através do ato litúrgico, em lugar de fazê-lo por meio de uma organização eclesiástica, como tem sido a tendência de católicos-romanos e protestantes no Ocidente.

## LIBERDADE E RESPONSABILIDADE

Como uma organização, uma estrutura do mundo, a Igreja precisa ser humilde e reconhecida diante do seu verdadeiro papel. O próprio Deus, detentor do poder mais absoluto, confere a liberdade ao menor dos homens. Cristo Jesus está entre nós como um pobre. É um êrro supor que os discípulos, individual ou coletivamente, possam obter podêres e funções que não são os do Mestre nem do Divino Pai. A ação do Espírito Santo no mundo visa a libertar o homem da escravidão do pecado e da morte. Visa ao seu crescimento em responsabilidade livremente assumida e à sua atuação como um cooperador de Deus no plano universal. Quando pensamos na responsabilidade social da Igreja, há certa tendência em considerar, em primeiro lugar, o que devem fazer os representantes oficiais da Igreja, o clero, as assembléias eclesiásticas. Mas na palavra do líder ecumênico J. H. Oldham: «Não há nada mais claro do que isto, que se a Fé Cristã vai efetuar mudanças no modo de pensar, viver e agir da sociedade atual e futura, como tem feito no passado, sòmente o poderá fazer mediante a fé viva, praticada, de multidões de leigos imersos nas condições ordinárias da vida. O único meio pelo qual a Fé Cristã pode modificar o mundo dos negócios e da política é criando convicções que determinam a atua-

ção daqueles que já são envolvidos nos negócios e na política.» No ano passado, ouvi brilhante discurso pronunciado por um leigo da Igreja Ortodoxa, advertindo determinada assembléia eclesiástica sôbre os perigos de uma intervenção direta ou oficial em assuntos relacionados com a política internacional. Concordamos. Não é função de nenhuma instituição eclesiástica ou dos seus representantes oficiais combater ou auxiliar o comunismo, o capitalismo ou qualquer outro movimento de caráter social, econômico ou político. Não cabe à Igreja apossar-se do processo social e oferecer soluções técnicas para os problemas angustiantes da vida coletiva. Não existem atalhos por onde possamos palmilhar para estabelecermos o Reino de Deus sôbre a face da Terra. Ao mesmo tempo que acentuarmos a enorme responsabilidade de todos de darmos testemunho vivo e prático da justiça e da misericórdia de Deus perante a vida humana, precisamos advertir os bispos, os pastôres e os representantes oficiais do rebanho de Cristo que o papel de todos êles é diferente e, como diz Karl Barth, mais humilde. A Igreja não deve ser um partido, entre outros partidos, procurando lançar mão do poder.

## A MISSÃO DA IGREJA

Estamos, agora, prezados ouvintes, em condições de enfrentar, mais uma vez, de modo direto, o tema «A missão da Igreja numa Sociedade em Crise». Em 1º lugar, a missão da Igreja é trazer os homens de tôdas as classes e condições ao reconhecimento da soberania de Deus e torná-los conscientes da Sua presença na história e nos eventos da época atual. Isto significa a sua incorporação integral na comunidade do rebanho de Cristo e na sua constante adoração. Repetimos que essa adoração é sacramental porque esta palavra nos serve como chave para compreendermos o que é a adoração integral. Colocamos no altar de Deus os nossos corpos e almas; pão que comemos; a sociedade da qual participamos; tôda a criação material da qual não podemos nos separar. Nas palavras do belíssimo hino de Otoniel Mota,

«Nosso corpo, nossa mente,
Nossos bens, humildemente
Pomos tudo em teu altar,
Deus de amor, bem que imperfeita,
A oblação sincera aceita
E dispõe-nos a te amar!»

Um ato de adoração desta natureza ganha novas dimensões numa sociedade em crise. Como diz o teólogo Paul Tillich, quando as fundações habituais da vida são sacudidas e começam a estremecer, Deus se revela em glória suprema aos Seus escolhidos. A crise de nossa sociedade nos divide, suscita opiniões diversas e fortes paixões, coloca muitos sob ameaça de perderem coisas muito preciosas e quase nos esmaga sob tremendas responsabilidades. É trágico verificarmos que as Igrejas se reúnem muitas vêzes sòmente para promover encontros superficiais, ou discutir assuntos de pouca profundidade, ou ouvir palestras, esquecendo-se de sua função precípua, a constante adoração, a intercessão contínua. Numa sociedade em crise, muitas vêzes nos faltam a sabedoria e a objetividade para solucionar imediatamente os nossos mais urgentes problemas e estabelecer uma mente comum que nos poderá fazer conhecer a grande necessidade que temos de Deus em todos os setores da vida. A união mística do corpo de Cristo é o dom de Deus, é a paz de Deus que excede a nossa compreensão para um mundo dividido, confuso e em conflito.

O cumprimento desta missão sem dúvida alguma implica na modificação radical de muitos dos nossos métodos de evangelização e de testemunho. As transformações sociais causam a emergência de novas estruturas da vida comunitária, alheias às formas tradicionais das Igrejas. A Igreja fica alienada dos setores mais decisivos da vida, como prisioneira de estruturas ultrapassadas e inúteis. A sua adoração, em lugar de ser a apresentação do mundo a Deus por aquêles que estão cooperando no Espírito pela redenção de tôda a criação, torna-se um ato praticado por uma pequena, esquisita, alienada e fútil minoria em prol de um presumido benefício próprio. Devemos começar por nós mesmos, e aprender de Deus como adorá-lo integral-

mente, a fim de que o mundo veja, sinta e creia na nossa mensagem. O costume de passarmos uma hora por semana num templo cristão, interessados em ouvir simplesmente um sermão, ou assistir a um rito que não compreendemos e do qual não participamos, não é bastante. Precisamos começar a oferecer o nosso mundo a Deus em oração onde dois ou três se congregam, nos lares, nos locais de trabalho, nos hospitais, onde se fazem relevantes as necessidades imperiosas dos homens.

Todavia os efeitos de uma adoração viva não poderão ser restringidos à representação de atos litúrgicos, mas se processarão mediante a presença dos adoradores em tôdas as estruturas sociais e em tôdas as atividades humanas. Servindo-nos de um têrmo muito atual, o processo pelo qual a influência do Espírito Santo se estende no mundo é a infiltração. Numa sociedade em transformação rápida o que importa é a presença dos que crêem, em tôdas as estruturas sociais, especialmente nas que são novas e decisivas, e o que não interessa é a manutenção de formas tradicionais da instituição eclesiástica. Também a formação de um partido político, representando o ponto de vista da Igreja, nos parece medida errada e perniciosa, bem como a fundação de escolas, universidades, hospitais e outras instituições sob o contrôle e govêrno direto das autoridades eclesiásticas. A missão da Igreja numa sociedade em crise é a penetração das novas instituições revolucionárias, de modo que em tôda parte haja elementos conscientizados da obra de Deus no mundo. Elementos que reconhecem o que significa a responsabilidade cristã, elementos que continuamente estão oferecendo a Deus tôda a vida do homem, e que são unidos em uma só comunhão e irmandade não tanto por meios administrativos quanto sacramentalmente pelo próprio Espírito Divino. O testemunho da Igreja no mundo assume esta forma e não outra qualquer.

O grande Rui Barbosa, certa vez, defendeu a causa de um revolucionário prêso, conseguindo a sua libertação. Quando o prisioneiro se despediu dos seus companheiros, que também se beneficiaram com o processo, disse-lhes: «Ide beijar as mãos do intimorato defensor dos oprimidos e suplicai a Deus nas vossas orações pela felicidade dêle, de sua carinhosa e virtuosa espôsa e de seus filhos. Se não sabeis onde mora, procurai-o

onde houver um infeliz a proteger e a defender.» — «Buscai ô Senhor onde êle se encontra», diz a Escritura.

Certamente, prezados ouvintes, o Senhor se encontra no Seu corpo místico, que é a Igreja na Sua Presença sacramental, centro da nossa adoração. Mas também se encontra «onde houver um infeliz a proteger e a defender». A crise da nossa sociedade é sem dúvida alguma perigosa, mas está cheia de promessas de uma vida melhor para milhões de sêres humanos ainda mergulhados no sofrimento. Acharemos o Cristo e o conheceremos verdadeiramente, servindo, junto com o Servo Sofredor, em favor da realização das legítimas aspirações de Seu povo, lutando pela justiça e pela dignidade de todos os que foram criados em infinito amor, redimidos pelo sangue do Filho Unigênito de Deus e chamados filhos do Divino Pai.

Esta tarefa total precisa ser feita pelo povo de Deus como um todo. A missão da Igreja não cabe apenas aos ministros ordenados, nem às assembléias eclesiásticas, nem aos setores de uma Confederação Evangélica do Brasil, nem a uma Conferência do Nordeste. É a responsabilidade de todos os que crêem. O reconhecimento de tal responsabilidade implica numa devoção mais fervoroso e mais completa. Precisamos ser um povo concretizado teològicamente, conhecedor das escrituras, e constantemente achado em oração, não apenas pela salvação das nossas almas, mas pela redenção do mundo. Precisamos ser um povo unido em tôrno do Cristo, única esperança da humanidade. Precisamos ser um povo que vive o evangelho, cada um de nós na sua própria vocação e ministério, em liberdade e em responsabilidade. Estamos convencidos de que o chamado de Deus à nossa geração é êste de acordarmos de longo sono para a verdadeira vocação do corpo de Cristo.

Em conclusão, achamos por bem apresentar o assunto que nos foi entregue e que é uma espécie de resumo desta palestra talvez meio longa e até um pouco confusa.

A nossa palestra abordou as seguintes teses:

1. O imperativo principal para os cristãos do século presente é se relacionarem de maneira positiva com os eventos revolucionários do nosso mundo.

2. Existem bases teológicas adequadas para esta atuação na doutrina de Deus, Criador, Redentor e Santificador no mundo.

3. A maneira de a Igreja agir no mundo tem dois aspectos, a adoração pela qual ela se mantém um corpo unido ao Cristo, e o testemunho constante de vidas transformadas no viver diário no mundo.

4. Os processos de vida do mundo são de fato livres do contrôle direto da Igreja, e assim devem ser, embora sejam responsáveis perante o Soberano Criador. A vocação da Igreja não é a de assumir o comando dêstes processos, mas de penetrá-los sacramentalmente, pela intercessão constante e por meio de vidas sacrificiais.

5. O magistério da Igreja é exercido no sentido de tornar os homens conscientes da obra divina para que sejam incorporados como membros vivos do povo de Deus, e também no sentido de tornar os homens conscientes do seu dever de viver livre e responsàvelmente na sociedade. O magistério da Igreja não domina o homem, nas decisões concretas de sua vida no mundo, porque isto seria roubá-lo da sua liberdade e da sua responsabilidade como Filho de Deus.

# CRISTO — A ÚNICA SOLUÇÃO PARA OS PROBLEMAS DO BRASIL

Rev. SEBASTIÃO GOMES MOREIRA

"Aquilo que vós quereis que os homens vos façam fazei-lhes vós a êles" — Mateus 7:12

Outro, que não eu, deveria ser o preletor neste momento. O nome por mim mesmo indicado à comissão organizadora dêste conclave foi o do Rev. José Borges dos Santos Jr. Informado mais tarde, na reunião de Santo Amaro, em São Paulo, de que aquêle ilustre ministro estaria no exterior, ao tempo da reunião, sugeri então a escolha de um outro nome igualmente ilustre e de igual projeção nos meios evangélicos do País.

Qual não foi pois a minha surprêsa e o meu quase desapontamento, ao receber, seis dias antes da abertura desta Conferência o convite da comissão para ser o preletor da matéria que o tema sugere? A minha primeira reação foi de não aceitá-lo, declinando embora da honra que êle me conferia. Primeiro, porque me faltavam as qualidades para um trabalho de tão grande responsabilidade, face às circunstâncias em que teria de ser apresentado; segundo, porque eu não dispunha mais de tempo suficiente para reunir elementos e estruturar convenientemente o trabalho, pois estava a seis dias apenas da reunião.

Como, porém, o tema fôra proposto por mim, senti-me no indeclinável dever de aceitar o honroso convite, mesmo assim, à última hora, com a convicção de que é melhor fazer alguma coisa, por mais humilde que seja, do que nada fazer, por vaidade.

É por isso que aqui me tendes, para a modesta preleção que ides ouvir.

A dor e o sofrimento, que afligem, confundem e, às vêzes, revoltam a raça humana nos dias atuais, tiveram a sua origem no próprio berço da humanidade. Resultam de um ato de desobediência à vontade soberana de Deus.

Provindo todo o gênero humano de um mesmo tronco genealógico, teria de participar da bênção ou da maldição decorrente de sua atitude para com o seu Criador, que fizera o homem para suprema felicidade.

No mundo em que Deus pôs o homem não havia canícula nem geleiras; não havia sêcas nem inundações; não havia terremotos nem furacões. Havia, sim, um clima ameno, uma natureza pródiga em todo o bem, uma condição de vida que era tôda uma garantia de paz e concórdia e constante bem-estar. Era o Paraíso — êsse lugar de remanso e doçura, arejado pelo zéfiro da bondade de Deus e entregue ao primeiro casal, para que nêle vivesse e gozasse de tôdas as suas delícias.

Era assim, infinitamente melhor do que tudo o que possamos imaginar de ventura, o mundo que Deus legou à humanidade. Fazia parte do conjunto de tôda a sua obra, a respeito da qual o grande legislador de Israel, numa síntese maravilhosa, assim se exprime: «E viu Deus tudo quanto tinha feito, e eis que era tudo muito bom.» (Gênesis 1:31).

A desobediência do homem para com Deus é que ocasionou todo o mal que hoje nos aflige, transformou o Jardim de Delícias que o Pai bondoso lhe dera, no vale de lágrimas em que vivemos.

Justamente indignado contra a atitude de desobediência do homem, Deus lhe declarou: «Maldita é a terra por causa de ti...; com dor comerás dela ... espinhos, e cardos também, te produzirá... No suor do teu rosto comerás o teu pão.» (Gênesis 3.17, 18, 19).

Depois disso mudou. O apóstolo dos gentios apresenta esta alarmante diagnose:..... «todos estão debaixo do pecado; como está escrito: Não há justo nem sequer um, não há quem entenda; não há quem busque a Deus; todos se extraviaram, à uma se fizeram inúteis; não há quem faça o bem, não há nem um sequer. A garganta dêles é sepulcro aberto? com língua urdem engano, veneno de érbora está nos seus lábios, a bôca êles a

têm cheia de maldição e de amargura; são os seus pés velozes para derramar sangue, nos seus caminhos há destruição e miséria; desconheceram o caminho da paz. Não há temor de Deus diante de seus olhos» (Romanos 3.9-18.)

Esta a realidade dolorosa que a humanidade está vivendo, agravada pelas conseqüências naturais da atitude que ela reflete para com Deus e para consigo mesma. Esta, a realidade que nós também estamos vivendo como parte que somos dêsse todo, pois integrando-o, a desgraça que o envolveu envolve-nos também a nós.

São tantos os males que nos atormentam, nos afligem e nos cobrem de opróbrio, que quase desesperamos. Não fôssem as reservas da paciência que Deus nos deu e a confiança que temos na sua fidelidade e na sua providência, nós mesmos, cristãos evangélicos, não poderíamos suportar, sucumbiríamos, sem dúvida, ante a terrível realidade que vivemos.

Pensar na desigualdade imensa, chocante, entre classes sociais; no luxo e no fausto em que vivem alguns e na miséria em que vive a grande maioria dos sêres humanos, a uns faz doer o coração, a outros suscita revolta. Sentir o desequilíbrio social em que se debate a humanidade; a exploração do homem pelo homem, em certos regimes, na exploração do homem pelo Estado, noutros, que é desgraça ainda maior; testemunhar a assombrosa mortalidade infantil, o analfabetismo que tanto envergonha, a subnutrição e a avitaminose fazendo multidões de candidatos aos sanatórios — tudo isso é doloroso e terrível. São vítimas caídas à margem do caminho. Nem é preciso lembrar a tragédia de uma Índia misteriosa a debater-se nas garras da fome dentro do seu mundo de párias, nem a África calcinada por um sol inclemente e explorada nos seus direitos e nas suas riquezas que já quase não dão conta de si mesmas. Aqui mesmo nós as temos, vítimas das longas estiagens, das inundações, das pestes na lavoura e nos rebanhos, da verminose e das endemias rurais, do empobrecimento da terra, por trabalho constante ou por erosão, por má distribuição das terras, por falta de justiça social, enfim. Aí estão deixadas meio mortas à margem da estrada da vida, à espera de um bom samaritano que delas se condoa e lhes estenda a mão amiga, num gesto de solidariedade recupera-

dora — um samaritano possuído do mesmo sentimento que caracterizou aquêle outro samaritano do Evangelho, que se condoeu da pobre vítima dos salteadores da beira do caminho, porém, para socorrê-la, fê-lo com o que era pròpriamente seu, sem intentar qualquer ação contra o sacerdote que passara de largo nem contra o levita que se mostrara indiferente. (Lucas 10.30-37).

Sôbre a injustiça, a Escritura a condena com severidade. Já o profeta Jeremias lamentava: «Ai daquele que edifica a sua casa com injustiça, e os seus aposentos sem direito» (Jeremias 22.13). E Tiago proclama: «Eis que o jornal dos trabalhadores que ceifaram as vossas terras, e que por vós foi diminuído, clama; e os clamores dos que ceifaram chegam aos ouvidos do Senhor dos Exércitos» (Tiago 5.4).

Por outro lado recomenda o próprio Deus: «Não oprimirás o profeta Jeremias lamentava: «Ai daquele que edifica a sua contigo até pela manhã. Não farás injustiça no juízo: nem favorecerás o pobre nem comprazerás o grande» (Levíticos 19.13-15).

Sôbre êste palpitante assunto, assim se pronunciou, faz bem pouco tempo, a Confederação Evangélica do Brasil, em proclamação lançada ao povo brasileiro:

«A injustiça social, seja sob que forma fôr, gera descontentamento e revolta. É o fruto amargo dos tempos de imediatismo e favoritismo. O egoísmo de indivíduos e classes; a prepotência dos mais fortes; a ganância de lucros fáceis e exorbitantes; a desavença entre capital e trabalho e entre empregador e assalariado — resultam da injustiça e produzem a desordem.

Êstes temas constituem a marca dos nossos dias; caem sôbre o homem da cidade e do intolerável. O problema do salário justo, o equilíbiro de direitos e deveres do empregador, a questão crucial do desemprêgo tudo isto nos atinge a todos, e nos leva a falar ao Govêrno e a cooperar com êle na busca de soluções concretas e urgentes dentro da ordem e da paz.

Aí está um dos problemas, grave, crucial. Como resolvê-lo? Mudando o regime de govêrno? Não; pois o melhor regime é o nosso — o democrático, onde é preservada a dignidade humana, onde não se anula a personalidade do cidadão, onde, quando nos falta o pão, fica-nos o direito de dizer que estamos com fome, onde não se pode condicionar o desenvolvimento e o

progresso à supressão da liberdade dos cidadãos — isto é, onde não se tem a liberdade como uma desgraça, mas como uma bênção para a qual não há preço, nem deve haver preço — como um fator de grandeza e progresso, pois não se pode conceber a idéia de progresso sem liberdade. Progresso sem liberdade seria progresso de bagaceira.

Como resolvê-lo, então? Pela fôrça? Não. A fôrça é violência, e a violência não resolve problema nenhum, não traz bem-estar a ninguém. A violência gera a violência. Por isso, o profeta de Deus adverte: «Não pela fôrça, nem pela violência, mas pelo meu Espírito, diz o Senhor dos Exércitos» (Zacarias 4.6).

Cristo repele igualmente a violência, fazendo severa advertência: «Embainha a tua espada; pois todos os que lançam mão da espada, à espada perecerão» (Mateus 26.52).

A solução está, pois, em Deus, em Jesus Cristo seu Filho, na observância de sua Palavra, na prática do seu ensino, na submissão à sua vontade. Êle é o Deus por quem vivemos, nos movemos e existimos. É o Deus de que falou o salmista, quando disse: «Bem-aventurada a nação cujo Deus é o Senhor» (Salmo 33.12). É o Deus que ouve o clamor dos que clamam por êle. Êle o Deus que deve estar presente em tôdas as nossas cogitações e na solução de todos os nossos problemas.

Não seja tão grande o nosso clamor, que venhamos a ofendê-lo. Não seja tão grande a nossa impaciência que venhamos a esquecê-lo.

O sofrimento muitas vêzes provoca no ser humano estranhas reações. É o caso de certo capelão militar que, após violenta batalha, na primeira Grande Guerra, foi prestar a sua assistência aos feridos. Andando sôbre uma terra empapada de sangue, e passando sôbre cadáveres, e ouvindo gemidos de dor e gritos de desespêro, sentiu-se abatido na sua fé e quase abjurou-a, chegando mesmo a murmurar censura contra Deus. Sentindo-se desfalecer na sua crença, abriu ao acaso o Nôvo Testamento que conduzia no bôlso da túnica. Por incrível que pareça, à luz da lua, os seus olhos caíram sôbre o texto do Evangelho: «Um inimigo é quem fêz isso» (Mateus 13.28). Então despertou, caindo em si, envergonhado daquele cochilo de sua fé ante uma realidade severa demais para o seu espírito.

Nos dias que correm, diante de tudo o que estamos sentindo na carne e no espírito, ante o sofrimento indizível das populações rurais, ante a pobreza e a miséria que as avassalam, ante o tremendo desequilíbrio social em que vivem, não faltará quem se revolte e mesmo pense em voltar as costas à Igreja e ao próprio Deus, tomando a deliberação de resolver sòzinho o problema. Esquece-se, entretanto, de que foi Deus quem lhe deu capacidade de solidarizar-se com o sofrimento do seu semelhante, essa nobreza de sentimento que só o ser humano possui. Um bruto não sofre por ver outro sofrer.

Seria um caso como o da carriça que, tendo galgado grande altura agarrada à asa de um condor, quando êste começou a descer, ela se soltou, ficando um pouco acima, para dizer-lhe que voara um pouco mais alto.

Como, pois, resolver o problema? É a pergunta insistente que ouvimos. Vivemos numa terra imensamente rica e somos imensamente pobres. Possuímos tudo e não temos quase nada. Não é, porém, para desesperar. Não podemos passar ao largo, indiferentes, alheios à realidade que estamos vivendo, como o sacerdote e o levita da parábola. Temos de nos penitenciar dos erros do passado e descer até onde está o nosso semelhante caído meio nu, sem pão, sem saúde, sem pousada, meio morto. Estendamos-lhe a mão amiga, limpemos-lhe o pó que se lhe apegou, pensemos-lhe os ferimentos, tomemo-lo sôbre a nossa cavalgadura e o coloquemos em circunstâncias de recuperação e integração na sociedade. Repartamos com êle um pouco do que temos. E êle sentirá que não está só no mundo, largado à sua própria sorte.

Isso é o Cristianismo. Aquêle mesmo Cristianismo dos dias primitivos, a respeito do qual Lucas informa que «não havia entre êles necessitado algum» (Atos 4.34).

Quando Cristo terminou a parábola do samaritano, perguntou ao doutor da lei quem lhe parecia ter sido o próximo daquele que caíra nas mãos dos salteadores. Ao ouvir de seus lábios que era «aquêle que usou de misericórdia para com êle», disse-lhe: «Vai, e procede de igual modo» (Lucas 10.37).

Aí está o caminho a percorrer, indicado, em letras luminosas — o dístico da solidariedade cristã: «Vai, e faze da mesma sorte.»

Para isso, não é preciso usar o processo da propaganda nazista de «desencadear paixões vulcânicas, despertar explosões de furor, pôr em marcha multidões de homens, e organizar, com frio cálculo, o ódio e a desconfiança». Também não é preciso fazer sentimentalismo da miséria alheia, com patetismo declamatório. É fazer cada um «da mesma sorte», como o samaritano.

Como norma de proceder para com os nossos semelhantes, Cristo estabeleceu: «Tudo aquilo que vós quereis que os homens vos façam fazei-lhes vós a êles.» Aí está o ensino de Jesus, uma filosofia que não falhará. Se todos os homens ou, pelo menos, todos os cristãos, resolverem fazer aos outros aquilo que querem que os outros lhe façam, estarão resolvidos todos os problemas da humanidade e, portanto, do Brasil.

Aí está o método do amor, que, como diz Stanley Jones, «não é sentimentalismo, mas a vida cujo motivo determinante é uma boa vontade verdadeira.» Aí está um princípio que nunca poderá falhar. Em uma sociedade orientada por êstes princípios, e constituída por indivíduos que vivem e pratiquem êstes princípios não haverá miséria, não haverá demasiadamente pobres, não haverá mais injustiça social, não haverá mais êsse tremendo desequilíbrio social que tanto nos inquieta e tanto nos faz sofrer.

O método de Cristo é o método do amor entre os homens. O amor promove a compreensão e o bom entendimento; o amor solidariza; o amor suprime o ódio, o egoísmo, o individualismo, o jôgo de interêsses, as guerras e as carnificinas coletivas. Servindo-nos de um pensamento do falecido Presidente Getúlio Vargas, o amor constrói para a própria eternidade.

Reconhecendo, embora, a nossa falta ou deficiência em uma atuação mais positiva no seio das populações sofredoras, é preciso não esquecer que a Igreja de Deus ainda é a mentora do mundo, ainda é o «sal da terra» e a «luz do mundo»; essa obra social que vai pelo mundo inteiro é a expressão do sentimento de Cristo; êsse despertar de uma consciência de solidariedade tem a sua origem no Cristianismo. Foi o Cristianismo que deu a mão à criança e reintegrou a mulher na sociedade; foi o Cris-

tianismo que deu nôvo sentido à vida e à pessoa humana. É ainda o espírito do Cristianismo que está procurando criar para o homem condições de vida digna de ser vivida.

Todo o esfôrço que se está conjugando para vir ao encontro do Nordeste, quer por parte dos evangélicos do nosso Govêrno, do Govêrno dos Estados Unidos e de qualquer outra parte, prova o que temos dito.

Mas não basta atacar o mal pela rama, pelos efeitos — é preciso ir à causa — atacá-lo na sua origem. É preciso reconhecer-se que há uma crise moral gerando tudo isso que aí está. Há um charco podre, impregnando o ambiente de miasmas de morte. E só a regeneração do caráter individual assegurará, em futuro mais remoto, a eliminação de tal foco, para completa profilaxia do mal que leva o homem a sonegar impostos, a passar contrabando, a dar desfalques e a cometer tantos outros atos indignos. Isso também será obra de Cristo, que, pelo seu poder, regenera o caráter e santifica a vida.

Assim como educação é o resultado da interferência do homem na formação do homem, assim cristianismo é o resultado da interferência de Cristo na formação do cristão.

Dêste modo, uma sociedade que é o resultado da interferência de Cristo na sua constituição pode enfrentar o futuro com inteira confiança, e a Pátria que ela integra pode estar segura do seu grande destino.

O testemunho do salmista a êste respeito não deixa dúvida: «Fui môço, e hoje sou velho: nunca vi um justo desamparado nem a sua semente a mendigar o pão.» (Salmo 37.25). E declara: «Bem-aventurada a nação cujo Deus é o Senhor.» (Salmo 33.12).

Nação bem-aventurada é a que vive em paz, na qual não se cultiva o ódio ao seu semelhante; onde não se pensa em violência, não se promove intriga, não se suprimem direitos — não se deixa Deus em segundo plano nas suas cogitações, não se esquece de que «os mansos é que possuirão a terra», segundo o ensino de Cristo, que, desgraçadamente, os próprios cristãos já estão rejeitando pela sua própria vaidade.

Finalmente, lembrando as suas próprias palavras «Buscai primeiro o reino de Deus, e a sua justiça, que as demais coisas vos serão acrescentadas», e fixando-nos em o pensamento do nosso tema — «Cristo — a solução para os problemas do Brasil» — podemos estar certos de que êle cumpre com tôda a fidelidade as suas promessas para conosco, quer para o tempo, quer para a eternidade.

# SESSÃO DE ENCERRAMENTO

Rev. CURT KLEEMANN

Esta tarde queremos entregar acima de tudo uma mensagem que em certo sentido parta de nosso coração para o coração de todos aquêles que aqui se encontram.

«Eu vim para que tenhais vida» — disse Jesus, e durante uma semana dezenas de leigos e ministros de todos os quadrantes do Brasil, estivemos reunidos nesta cidade hospitaleira fazendo um esfôrço honesto, e estudando o que é a realidade brasileira, as transformações que está experimentando o Brasil, de norte a sul, e que são mais evidentes nesta parte de nossa pátria, para estudarmos talvez novas orientações para o nosso trabalho evangélico no Brasil, e descobrirmos assim novas formas de ação de Igreja numa época de transição histórica.

A primeira coisa que queremos dizer, prezados irmãos, é que o que mais nos impressionou foi o fato de que todos foram muito sinceros, de que houve sinceridade, de que houve integridade intelectual em os estudos que foram realizados. Os lábios de todos se abriram para expressar com honestidade pontos de vista às vêzes bem opostos, ao grupo de estudos, ao conferencista do momento, ao seu interlocutor; estávamos todos reunidos em nome de Jesus. E por outro lado, os ouvidos de todos também estiveram atentos às mensagens apresentadas por ministros e leigos, técnicos ou não, todos ávidos por aprenderem novas lições, ansiosos por descobrirem novos caminhos através dos quais o Evangelho de Cristo pudesse penetrar no povo brasileiro com um poder de redenção mais intenso.

Embora diferentes uns dos outros, membros de diversas denominações que militam em nossa pátria, nós soubemos fazer duas coisas: soubemos falar e ouvir. E por que nós soubemos

fazer tudo isto? Porque nós éramos acima de tudo não um simples grupo de curiosos na investigação da realidade nacional. Éramos acima de tudo, parte da Igreja de Jesus Cristo, um Cristo que morreu e ressuscitou para nos dar, entre muitas outras coisas, a possibilidade de estarmos reunidos, embora diferentes, para discutirmos sob a orientação do seu Espírito Santo problemas tão graves, e estudarmos aspectos às vêzes tão controvertidos desta vida. — Aspectos aflitivos dos momentos históricos em que estamos vivendo. — Eu vim para que vós tenhais vida — disse Jesus, e nós em realidade experimentamos um pouco desta vida que Jesus nos comunicou, nesta Conferência.

Aprendemos muita coisa. Aprendemos, por exemplo, que o velho mundo, com tôdas as suas estruturas tradicionais, está passando e passando rápido diante de nossos olhos; aprendemos também que embora o mundo passe a Igreja permanece e tem permanecido porque as Portas do Inferno não prevaleceram nem prevalecerão contra ela. Aprendemos ainda, prezados irmãos, que embora a Igreja seja veículo de uma mesma verdade, e que esta verdade é eterna a Igreja é aquêle veículo, por assim dizer, transitório na história, e que deve reinterpretar o evangelho e a verdade que nos foi revelada em Jesus de acôrdo com a necessidade de cada época. E podemos dar um exemplo do que estamos dizendo. O amor que Deus nos revelou em Jesus foi sempre o mesmo amor, mas êste amor, prezados irmãos, se expressou de uma forma, por exemplo, no Colégio Apóstólico, quando os discípulos se reuniam e reuniam também todos os seus bens, vendiam tudo o que tinham e davam aos necessitados, era uma forma específica da expressão do amor de Deus para os apóstolos. E êste amor também, prezados irmãos, teve de ser reinterpretado. Há poucos anos, durante a escravatura, a Igreja que não reinterpretou o amor de Deus pela libertação dos escravos não reinterpretou o amor revelado por Jesus. E hoje êste mesmo amor talvez tenha uma outra dimensão; não temos mais escravatura, mas temos outra forma, outras possibilidades de expressá-lo, e a Igreja, que é êste elemento transitório na história, precisa reinterpretar esta verdade eterna, não de acôrdo com o século passado, mas com os dias de hoje.

— Eu vim para que tenhais vida — Ao lado desta verdade, prezados irmãos, nós aprendemos, como evangélicos brasileiros, que temos responsabilidade inescapável de participar com maior ênfase na redenção da sociedade brasileira. E mais ainda, nós que somos conhecidos às vêzes, jocosamente, como «Os Bíblias», precisamos deixar muitas vêzes de decorar longos textos escriturésticos para viver hoje de maneira encarnada e existencial a mensagem bíblica no meio do povo brasileiro, e especialmente em sua mensagem e dimensão social.

— Eu vim para que tenhais vida — e por isto então, meus irmãos, nós estivemos reunidos. Não estivemos preocupados com a sobrevivência da Igreja nem com o futuro de Deus no mundo materialista, isto não é nosso problema, é problema de Deus. Nós estivemos preocupados com o problema de descobrir quais os meios mais eficazes para que possamos seguir a Deus e servi-lo nestes dias de tantas transformações, numa situação específica e concreta que é a sociedade brasileira contemporânea onde Deus nos colocou. E nós estamos gratos a Deus hoje, e êste culto é uma expressão da nossa imensa gratidão.

Estamos gratos a Deus porque daqui por diante, prezados irmãos, nós temos que adotar novos caminhos, novas perspectivas, novas idéias para arrancadas missionárias de sentido mais profundo, talvez mais horizontal do que vertical, para que possamos assim nos identificar com os tremendos problemas de nossa terra. E embora — isto eu quero deixar bem claro — esta nossa orientação deva ser nova, a nossa inspiração é tão velha quanto a Bíblia, e é lá na Bíblia que nós encontramos as bases de nossa renovação espiritual.

Prezados irmãos, nestes dias nós aprendemos uma série de coisas e eu estou aqui justamente para interpretar talvez um tanto pessoalmente aquilo que eu aprendi nestes dias. Nós aprendemos, em primeiro lugar, que a história humana é chamada um período da paciência de Deus, segundo os nossos documentos, em que Deus dá aos homens a oportunidade de pregarem o Evangelho e de escutarem a proclamação, respondendo positiva ou negativamente, de acôrdo com a liberdade humana. E em segundo lugar, nós aprendemos que a ordem é uma garantia para a proclamação do Evangelho, através de estruturas

sociais e políticas, que permitem ao homem viver como ser humano responsável, e livremente, através de sua vida organizada, responder à proclamação do Evangelho. Em terceiro, nós aprendemos que êste conceito de liberdade, tem sentido muito mais amplo do que comumente nós emprestamos. Ter liberdade, no sentido cristão, ter liberdade de pregar e ouvir, não significa apenas ter condições mínimas, segurança pessoal e livre expressão de pensamento. Não nos esqueçamos irmãos de que a miséria, a injustiça, a anarquia, a fome, a opressão do mais fraco pelo mais forte, são barreiras tão reais à pregação do Evangelho quanto a supressão da liberdade de proclamação.

Gostaríamos de ver quem teria coragem de proclamar o amor de Deus, diante de uma pessoa que esteja miseràvelmente morrendo de fome, pois aí está uma barreira à proclamação do Evangelho. Citei a fome apenas como um exemplo. É um obstáculo à proclamação do Evangelho, que deve ser superado para que a Palavra de Deus seja mais que simples símbolo que redime. E em quarto lugar, prezados irmãos, nós aprendemos que a história, que é êste período da paciência tremenda de Deus para conosco, desde o advento de Jesus, é caracterizada como o período da Igreja de nosso Senhor Jesus Cristo, Igreja composta de homens, mulheres e crianças, que constituem um corpo místico de Cristo. E é por isto mesmo que todos os cristãos participam da ação redentora de Deus na história, compartilhando do amor de Cristo, que se sacrifica pelo mundo, como bem observa S. Paulo: «Eu me regozijo agora do que padeço por vós, e na minha carne eu cumpro o resto das aflições de Jesus pelo seu corpo, que é a Igreja». Portanto, prezados irmãos, a Igreja é o corpo místico de Jesus Cristo, e em certo sentido é na vida de Jesus que ela vai buscar inspiração para a sua própria vida na história; é na vida de Jesus, através de alguns dos seus eventos mais importantes, que nós podemos bucar sentido da nossa mensagem hoje em dia, e êstes eventos são, por exemplo, o nascimento de Jesus, a manifestação aos gentios pela visita dos Magos, a tentação no deserto, a paixão e morte, e a sua ressurreição.

Prezados irmãos, na vida de Jesus e no seu ministério nós teremos então inspiração para a vida de um ministério na Igreja

em nossos dias. Jesus nasceu num meio de pecadores, morreu no meio de dois ladrões, que simbolizavam a humanidade. Deus se fêz presente no mundo em Cristo, e encarnação quer dizer precisamente isto, **presença de Deus em nosso meio.** Deus não mandou apenas folhetos de evangelização falando coisas bonitas sôbre o céu; êle se tornou conhecido por sua presença junto a nós. E às vêzes, infelizmente, como cristãos, nós não compreendemos esta verdade. Nós achamos que o reino de Deus se implantará no mundo através de cultos ao ar livre, de programas radiofônicos, de pregações. Embora isto seja muito importante, não expressa necessàriamente a nossa presença nos acontecimentos no mundo. É que a Igreja, muitas vêzes, com mêdo de tornar-se mundana, isola-se do mundo, esquecendo-se de que Deus em Cristo viveu no mundo sem ser **mundano.**

O Filho de Deus se tornou filho dos homens para que nós, os filhos dos homens nos tornássemos Filhos de Deus. E isto foi possível, graças à sua aceitação dos homens tal como são; «Eu venho como sou». Fazendo-se carne como nós, Deus não violentou a mente e o coração humano. Deus, em Jesus, nos aceitou como nós somos, com os pecados de todos: Maria Madalena. Aceitou os fracos com suas fraquezas: Pedro. Os doentes com as suas enfermidades: os 10 leprosos. Os pobres com as suas pobrezas: os pastôres de Belém. Os sábios com as suas sabedorias: os reis Magos. E os ricos com suas riquezas: o môço rico. E é através, prezados irmãos, desta aceitação total do ser humano que nós podemos ser redimidos pelo sangue de Jesus, o Cordeiro de Deus que tira todos os pecados do mundo.

E uma das coisas que nós aprendemos, também, é que muitas vêzes, como Igreja do século XX, nós estamos nos esquecendo do princípio da encarnação. Queremos formar homens e mulheres à nossa imagem, violentá-los espiritualmente para depois amá-los. Muitas vêzes nós atingimos um simpatizante à Igreja dizendo, deixa isto de lado, faça aquilo, não faça isto, diga isto, repita esta coisa, deixa de repetir aquilo outro, vista-se assim, pense dêste modo, e então eu estou pronto para te aceitar e para te amar; mas isto não é amor, é violência.

A personalidade do homem criado à imagem e semelhança de Deus, porque Deus nos ama prezados irmãos como nós somos,

com todos os nossos defeitos e virtudes. — E aqui nós passamos à segunda mensagem da encarnação — E que Jesus foi tentado no deserto a aceitar certos padrões que não se conformavam com a vontade de Deus. Cristo correu o risco de se tornar talvez naquele momento da tentação um herói nacional, um revolucionário do seu tempo, o fundador de um reino de duração efêmera. Cristo tinha poder sôbre a massa. Cristo podia transformar as pedras duras que os israelitas estavam comendo, em pão. Para si e para os seus irmãos de sangue, podia enfim tornar-se um revolucionário para os seus dias. Mas não! A revolução que Jesus tinha em mente possuía um sentido muito mais amplo, era a revolução do reino de Deus.

Ao dizer isto nós gostaríamos de deixar bem claro que êste reino não fala apenas ao espírito do homem, nem ao seu coração. Nós queremos dizer que Jesus Cristo, que naquele momento venceu a tentação do Diabo, tornou aquela revolução que seria passageira numa revolução eterna, para todos os tempos, para ser vivida pela Igreja no 3º, 5º, 15º, no **nosso** século, hoje. O seu reino tinha procedência divina. Não era igual ao reino de César nem de Heródes, ambos encerrados num brevíssimo período histórico. E parece que a Igreja, que é o corpo de Cristo, corre o perigo de cair nas tentações a que Jesus estêve exposto. Corre o risco e está correndo, nós estudamos isto na Conferência, de medir sua obra em todo o Brasil, em padrões meramente humanos, do que a idéia de sucesso é uma dessas evidências.

Infelizmente irmãos, nós temos medido muito o sucesso da Igreja usando gabaritos estranhos ao Deus que se nos revelou na encarnação. Então, aqui vem outro aspecto de encarnação — a paixão e morte de Jesus. Encarnação, prezados irmãos, significa no dizer também de um de nossos documentos que Deus aceita viver, que coisa extraordinária, não como rei alheio a êste mundo, mas aceita viver e servir, e morrer, por uma ordem que não o aceita e nem o reconhece como Senhor. Êle é o Senhor da vinha que vê o seu filho assassinado. Êle é o servo sofredor de Isaías. — Não escondi — diz o profeta, o rosto dos que me afrontavam e cuspiam em mim. Êle é o Senhor do mundo, e de um mundo que não o reconhece e nem o recebe; e para Jesus, esta identificação com o sofrimento do homem, com a sua frustração,

com a sua miséria, e com as mazelas dêste mundo também, era tão íntima que êle chegou a dizer: «Porque eu tive fome (e não era êle que teve fome, mas **os seus**), porque eu tive fome e não me destes de comer, porque eu tive sêde e não me destes de beber». E então nós perguntaremos: Mas Senhor, quando é que tu tiveste fome, eu não sei, quando é que tu sentiste sêde? «Pois eu digo a vocês, que quando a um dêstes meus pequeninos não o fizestes, não o fizestes a mim». Cristo estava na dor, no sofrimento dos que sofrem.

Deus, prezados irmãos, na encarnação tomou que forma? A forma de um servo sofredor que se cinge de uma toalha para se ajoelhar na frente de um traidor que era Judas, e enxugar os seus pés sujos. E êle fêz isto prezados irmãos com a finalidade de, pela sua presença, reumanizar o homem e despertar na alma do homem o senso de sua dignidade não apenas perante Deus, mas perante os homens. Deus é o servo sofredor do Gêtsemani, Deus é o servo sofredor da Cruz e a Cruz é coisa feia, porque é morte, é traição, porque é ódio, é desprêzo de Deus pela parte do homem. E afinal, irmãos, o que é que isto significa hoje para a Igreja? História para ser contada? Significa que nós não podemos medir o sucesso da Igreja e da obra de Deus no mundo, nem no Brasil, em parte alguma, em têrmos do mundo por meio de atividades meramente humanas dentro das paredes de nossos templos. Deus será conhecido na sociedade em que vivemos através da nossa presença cristã? Crentes que vivem a realidade da encarnação estão presentes em tôdas as fronteiras do mundo, e expressam o seu cristianismo através de amor, através de compaixão, de serviço ao próximo, identificados com a dor e também com o sofrimento dêste mundo. Talvez, meus irmãos, eu já vou terminar isto, que é tão despretensioso mas tão sincero e honesto, talvez nós estejamos precisando da experiência gloriosa como o corpo místico de Cristo, da morte, e da ressurreição de Jesus. Talvez nós estejamos precisando morrer para nossa complacência de cristãos do século XX, para o nosso, meu, e o vosso, juntos, tradicionalismo anacrônico, para os nossos métodos inoperantes e inconseqüentes, e talvez nós precisemos ressurgir com Jesus Cristo em novas formas de vida, para podermos cumprir melhor a nossa obra, a missão que é de Deus, em Jesus

Cristo, através de nós. Sim, irmãos, e está aqui a minha última palavra. Quando Cristo morreu, é como se êle tivesse dito: «Eis aqui a minha vida, eu morro, esta vida não é mais minha, é vossa. É de vós todos que me crucificaram, vivei-na homens, mulheres e crianças, esta vida não é mais minha. Vivei-na homens e mulheres de todos os tempos, vivei esta vida com tudo o que ela significa, no lugar e no tempo em que Deus estiver colocando os homens e as mulheres dêste mundo por quem eu morri, e por quem eu dei minha vida para que vivam.

Porque disse Jesus, entre muitas outras coisas: «Eu não vim contar histórias, eu vim para que tenhais **vida**».

CONFERÊNCIA DO NORDESTE

Recomendações dos

# GRUPOS DE ESTUDO

Aprovadas pela

DIRETORIA DA CONFEDERAÇÃO EVANGÉLICA

DO BRASIL

e recomendadas para

estudo e meditação.

# FRONTEIRA ECONÔMICA

## Grupo Urbano

Será a presente estrutura da Igreja
adequada à sociedade urbana?

### INTRODUÇÃO

1. A vida urbana brasileira sujeita ao impacto de rápida transformação social, tem problemas que não se podem configurar com exatidão sem estudo sério da diferença Brasil-nôvo, Brasil-arcaico. Reconhecemos que a atual organização da vida urbana já não corresponde ao rápido crescimento e às necessidades humanas tìpicamente rurais entre a população marginal; e há, em zonas rurais, problemas tìpicamente urbanos.

2. Analisando a situação concreta da Igreja nos centros urbanos, reconhecemos:

a. A necessidade de reformas radicais em vista de uma problemática decorrente da estruturação atual;

b. A nossa obrigação, cristãos que somos, de agir utilizando qualquer recurso correto, ao nosso alcance, para minorar injustiças no meio urbano.

3. Como relacionar Igreja e sociedade em tal situação? Em muitos casos não se tem feito nenhum relacionamento. Faltaram meios adequados de comunicação. A dicotomia «mundo-igreja» tem mantido afastada a igreja local do seu meio social.

4. A Igreja sòmente poderá dar testemunho concreto e específico se conhecer devidamente a socidade em vive. — Dará então seu testemunho tanto por meio da ação corporativa, como pela ação individual de seus membros, infiltrados em cada setor da vida urbana.

## CARACTERÍSTICAS DA SOCIEDADE URBANO-INDUSTRIAL

5. Crescimento rápido e desordenado das cidades, com desenvolvimento econômico do nosso país.

6. Extrema impessoalização das relações humanas; fragmentação da vida individual pelas diversas atividades; quebra da relação paternalista; aparecimento de novas situações e problemas novos, a par do progresso concomitante.

7. Recrudescimento de problemas típicos das populações marginais, como deliqüência, mendicância, prostituição, abandono de menores, e outros.

8. A maioria da população vive em condições precárias, privada dos mais rudimentares serviços públicos.

9. Especulação imobiliária, inflação, processo capitalista de distribuição de gêneros alimentícios, agravando ainda mais o crescimento urbano.

10. Verifica-se que o «status quo» social, jurídico e administrativo está-se tornando cada vez mais inadequado.

## ESTRUTURA DA IGREJA NUMA SOCIEDADE URBANA

11. Nossa preocupação baseada no conteúdo teológico da nossa fé, visa ao bem-estar do homem como todo, sem dissociar sua vida material de sua vida espiritual. É necessário que se examine minuciosamente a forma da igreja numa sociedade urbana. O que segue constitui ponto de partida para estudo que deve ser feito com urgência.

12. Sente-se a necessidade de descobrir novas formas, aqui, de ação da igreja, que possibilitem atender à realidade em transformação.

13. Urge intensificar a tomada de consciência da realidade dinâmica do processo de transformação que estamos vivendo, principalmente no setor urbano. Tomada de consciência através do prisma teológico, sociológico, econômico, político, e psicológico, para concretização dos objetivos do nosso modo de agir cristãmente.

14. Diante do crescimento desordenado das cidades, que cada vez se agrava mais, reconhecemos a imperiosidade de reor-

ganização da vida urbana, no sentido da humanização. Tal objetivo só se atingirá planejando o crescimento das cidades, de modo a permitir melhor aproveitamento dos recursos sociais, públicos ou particulares, e a solucionar o problema da habitação urbana. Entendemos habitação no seu sentido mais amplo, isto é, moradia espaçosa, higiênica, confortável; fácil acesso aos locais de trabalho; luz, água, esgôto, telefone, escola, parque infantil, praça de esportes, mercado, ambulatório, hospital, biblioteca, etc.

15. A ação consciente das igrejas e de seus membros, devidamente esclarecidos, é imprescindível. Ação em todos os setores da vida urbana, paar que haja comunicação eficiente da mensagem do Reino de Deus, no seu sentido total.

## FORMAS DE AÇÃO DA IGREJA

16. Formação de grupos de estudo para intensificar a tomada de consciência da transformação social que estamos vivendo. Representantes de atividades urbanas nas congregações constituirão os tais grupos. O Setor de Responsabilidade Social da Igreja (Confederação Evangélica do Brasil) será a fonte de informação básica para êsses estudos em grupo, a par de outras fontes.

17. Estabelecimento de contatos «in loco» com os problemas atuais da realidade urbana, de modo a tornar objetivos os estudos.

20. Participação dos Seminários Teológicos no processo de consciecialização da realidade nacional em mudança, de modo a permitir a formação de líderes adequados às novas formas de trabalho, junto a operários, estudantes, comerciantes, industriais, etc.

21. Maior interêsse na formação sistemática de líderes leigos que possam fazer frente a novas necessidades através de formas renovadas da atuação na sociedade. Entendemos que todo membro da igreja é igualmente responsável por uma atuação eficiente na sociedade.

22. Reexaminar formas de trabalho, comunicação e culto, utilizadas pela igreja para melhor atendimento às necessidades

da realidade dinâmica das diversas categorias sociais presentes na congregação.

23. Às igrejas cumpre reinterpretar o conceito de ação social, modificando as formas assistenciais de caráter empírico, paliativas, comumente usadas; adaptar-se às novas técnicas e a métodos específicos às situações socicis; aproveitar tôda a orientação técnica de pessoal especializado em serviço social (assistentes sociais, técnicas, assessôres) de entidades governamentais, particulares e religiosas.

24. Participação das igrejas nas tentativas existentes de organização da vida urbana, principalmente através dos seus arrolados; tais como sociedade de amigos de bairros, associações de pais e mestres, etc.

25. Participação efetiva dos membros das igrejas em partidos políticos e associações de classe, como resposta objetiva ao senso de responsabilidade cristã para com a vida da comunidade.

26. Estudo de problemas específicos, relacionados com os três campos abaixo; como por exemplo:

**Âmbito local de comunidade**

condições de vida da população favelada
pavimentação de ruas
sistemas de comunicação e transporte
assistência escolar, hospitalar

**Âmbito nacional**

problema universitário
reforma agrária
posições ideológicas
analfabetismo
orientação eleitoral
orientação vocacional
partidos políticos e seus programas
sindicalização
Aliança para o Progresso

## Grupo Industrial

Cama se aplicariam, de forma concreta, as fundamentas bíblicos de trabolha, na situação industrial brosileira?

### INTRODUÇÃO

**Fundamentos Teológicos de «Trabalho» e «Atividade Industrial»**

1. A ética social cristã, ao fundamentar-se na revelação bíblica, nem sempre encontra ali regras específicas de proceder para tôdas as situações concretas. Pretender a imposição de regras específicas sôbre a conduta cristã, em cada contingência humana, implica atentado à liberdade do homem e à soberania de Cristo.

2. «Atividade Industrial» designa o ato de o homem transformar a Criação. Procuramos entender tal atividade à luz do Evangelho. Para tanto formulamos indicações bíblicas sôbre a natureza do trabalho humano e criação de Deus.

3. Ao contrário da tradição brasileira, que vê no trabalho uma necessidade penosa, para a Escritura Sagrada o trabalho é fundamentalmente mandato de Deus ao homem ao criá-lo.

4. E aqui é importante observar o paradoxo da condição do homem perante a Criação. Êle é parte dessa Criação, ao mesmo tempo que tem como tarefa dominá-la, exercer sôbre ela senhorio, na qualidade de filho de Deus. Tôda a Criação converge para o homem que é seu ápice, pois o cosmos de Deus tem o papel de permitir ao homem realizar a sua missão de servo.

5. Atualmente tôdas as estruturas do universo manifestam a economia do pecado e o conseqüente afastamento de Deus. Nesta perspectiva bíblica, a relação **trabalho-natureza** assume

nova ambigüidade. Trata-se de compreender que a natureza é ao mesmo tempo um «dado» a ser transformado pelo trabalho do homem; e certa ameaça para êle. A história da relação homem-natureza apresenta, de um lado, feitos de vitória do homem; do outro, a supremacia da natureza. É o que se observa no trabalho industrial operário, que tende para o automatismo e padronização. Não é dado ao trabalhador fazer obra completa que tenha sentido. A indústria em série reduz o trabalho a uma seqüência de gestos mecânicos; o operário aproxima-se do autômato.

6. Só há trabalho autêntico, no sentido bíblico, onde a obra de transformação da natureza se reveste das dimensões de responsabilidade e criatividade em obediência a Deus. «É trabalhando que o homem se envolve pràticamente a favor ou contra a intenção devida a seu respeito». (F. Leenhardt). O trabalho é a soma de atividades voluntárias nas quais o servo de Deus expressa sua vocação de imagem de Deus ao transformar criativamente a natureza. Estas condições de liberdade e criatividade devem ser procuradas e defendidas sem esmorecimento pela Igreja e pelo sistema social.

## A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL BRASILEIRA

7. Compreender o processo de industrialização no Brasil, faz parte da nossa responsabilidade para com os brasileiros. As suas condições de vida e trabalho dependerão cada vez mais dêsse processo. Êle é revolucionário; no seu bôjo está a mudança da estrutura econômica com repercussão social, cultural e política.

8. A industrialização brasileira tem-se concentrado no Centro-Sul, mormente em São Paulo. Isto por fôrça de condições econômicas e demográficas em detrimento de outras regiões que permaneceram industrialmente estagnadas.

9. Uma vez que a industrialização nacional está identificada com o sistema capitalista mundial, sua evolução sofre a influência do princípio de concentração de capitais. Redunda no enriquecimento de apenas certas regiões em detrimento de outras, provocando enorme disparidade quanto ao desenvolvimen-

to econômico, cultural e político, entre as diferentes regiões do país.

10. A última década, de difícil apreciação por estar ainda próxima, é a fase de maior expansão industrial do Brasil. Com tôda a isenção de ânimo, podem ser observados erros substanciais, resultantes da inexistência de planejamento efetivo nesse período. As metas industriais não se concatenavam entre si e nem atenderam a prementes necessidades da ralidade econômica brasileira. O setor agrário continuou esquecido, tornando mais aguda a tendência social, levada à culminância durante e após a fase «desenvolvimentista». Por outro lado, não obstante inegável expansão econômica, durante tal período, em contrapartida, o capital estrangeiro estêve pràticamente incontrolado.

11. É evidente e pacífico que a industrialização é fator preponderante no desenvolvimento econômico. Não menos evidente, contudo, é que, no caso da industrialização brasileira, faz-se mister desatrelar êsse setor dos interêsses de grupos internacionais, que atuam objetivando exclusivamente o lucro. Já se observam boas iniciativas na formação de técnicos e administradores brasileiros, presentes na realidade nacional — a exemplo do que se faz na SUDENE, na PETROBRÁS, ou na Companhia Siderúrgica Nacional. Por outro lado, verificam-se progressos na consciência operária, bem formada, mais bem politizada. Nossa revolução industrial tem caráter próprio, em suas aplicações geográficas e históricas; demanda soluções brasileiras — e não importadas.

12. A estatização de emprêsas, no Brasil, já apresenta aspectos positivos, expressos no patriotismo, no idealismo e capacidade administrativa dos que trabalham. Os organismos acima referidos são exemplos. É possível que outras tentativas de estatização dentro da prática política usual, não cheguem a têrmos positivos; valem, porém, exemplos concretos como viável possibilidade de solução.

13. Cumpre destacar-se, na presente realidade brasileira, que o problema agrário está ìntimamente ligado ao de qualquer passo para o progresso, inclusive no setor industrial. É urgente uma solução para o problema. Além de outras benéficas decor-

rências econômicas, a humanização das centenas de milhares de homens do campo interessaria para o progresso da industrialização brasileira, como mercado de consumo.

## BASES DE AÇÃO PARA OS CRISTÃOS

14. Deus é o centro da vida humana; tôda atividade industrial deve estar sujeita ao juízo dêle. O trabalho industrial pode desfigurar o homem quando o impede de exercer livremente a suo humanidade diante da criação de Deus.

15. Na atividade industrial, o cidadão deve ser preservado e garantido pelo Estado. Cabe a êste exercer tal função, em todo o seu conteúdo. À Igreja, pela sua presença, serviço, relação com Deus, e sensibilidade ao problema social, cabe mostrar ao Estado suas falhas, e condenar a desumanização do homem em qualquer setor da vida.

16. As estruturas da sociedade existem para preservação do homem; quando êste se torna escravo delas, ou quando elas passam a proteger o mais forte esmagando o mais fraco; aos cristãos cumpre condená-las.

17. A Igreja não se identifica com as estruturas da sociedade. Julga-as mediante a Palavra de Deus. Luta por estruturas mais humanas, reconhecendo que, no mundo ainda não totalmente redimido, elas são precárias; coloca-se do lado do fraco e oprimido; defende o privilégio que têm de reclamar os seus direitos.

18. A diversidade de dons naturais, segundo o ensino da Palavra de Deus, significa a oportunidade que todo cidadão tem de responder livremente a uma vocação de Deus, usada inclusive para o seu sustento. Numa estrutura social em que é impossível o exercício livre dessa vocação, é necessário que a Igreja lute pela criação de tal possibilidade; que reconheça a ação cristã dos que testemunham, numa época revolucionária, por princípios de não-violência e dos que influem nos acontecimentos com extraordinária confiança em Deus, indo às últimas conseqüências da fé.

19. Jesus Cristo é o Senhor da História; é, portanto, Senhor no processo revolucionário brasileiro. A Igreja de Cristo não

teme contingências políticas e econômicas. O Senhor da História saberá julgá-las e usá-las. A Igreja de Jesus Cristo no Brasil confia e luta, firmada na certeza de que grande combate está sendo travado, mas a vitória já foi decidida para honra e glória de Nosso Senhor Jesus Cristo.

## LINHAS DE AÇÃO PARA OS CRISTÃOS

### Participação nas Estruturas

20. Dar ênfase ao estudo dos problemas sociais, resultantes da industrialização, e à ação cristã em resposta a êles. A seu lado, considerar os sistemas político-sociais; legislação trabalhista e sua atualização; verdadeira previdência social a serviço da coletividade; abastecimento e cooperativismo; participação dos operários na administração das indústrias; formação de conselhos de fábrica, problemas de divisão da família, dinamização espiritual e estudo bíblico, etc.

21. Treinamento de liderança para os quadros exigidos pelas novas estruturas, resultantes da industrialização.

22. Estudar a forma e estrutura da vida da Igreja em face das situações locais em áreas industrializadas, e propor possíveis modificações, exigidas pelas novas circunstâncias. Incluam-se como temas de estudo: testemunho ecumênico nas fábricas, novas formas de culto, conceito de vocação ministerial e do leito, desafio do comunismo, etc.

23. Participar de todo o processo de reforma das estruturas do país em cada fase.

24. Recomendar aos cristãos a participação intensa e consciente em tôdas as campanhas eleitorais, visando a formar no Congresso, maioria parlamentar eminentemente patriótica. Parlamento sem compromisso com o latifúndio nacional ou com os grupos econômicos internacionais, porém, comprometido com a aprovação urgente de **reformas estruturais**, chamadas **reformas de base.**

## Reformas de base

25. **Agrária.** Benefício ao homem do campo; possibilidade de integração da população rural no mercado consumidor, necessário a uma industrialização planejada.

26. **Tributária.** Racionalização tributária, distribuição mais justa dos recursos da economia nacional; contrôle público das atuais concentrações de riqueza, improdutivas e ociosas; colocadas a serviço de uma economia coletiva, tais riquezas beneficiarão a totalidade da população brasileira.

27. **Bancária.** Crédito de interêsse social, estímulo ao desenvolvimento de indústria no interêsse da comunidade brasileira.

28. **Urbana.** Habitação para as massas trabalhadoras, coibida a especulação imobiliária.

29. **Eleitoral.** Impedimento do predomínio do poder econômico; garantia a todos os brasileiros de participação responsável na vida política nacional.

30. **Universitária** e do ensino profissional, indispensável ao desenvolvimento científico e à formação de técnicos para a indústria.

31. **Política externa do país.** Relações econômicas e políticas com todos os países; consolidação dos mercados tradicionais em busca de novos, para os produtos agrícolas e industriais; defesa de nossos interêsses junto ao Mercado Comum Europeu; rejeição de tôda ajuda estrangeira que implique prejuízo à soberania nacional.

32. **Estatutos dos capitais estrangeiros** a fim de disciplinar investimentos e reinvestimentos.

33. **Defesa e aproveitamento estatal das riquezas do subsolo brasileiro** tais como petróleo, minérios atômicos, manganês, e outros que sejam essenciais ao desenvolvimento econômico do país.

## Reivindicações operárias

34. Reivindicação, nas indústrias, da organização de cooperativas de consumo.

35. Sugestão às autoridades públicas de completa isenção de impostos sôbre gêneros de primeira necessidade.

36. Adoção do salário-família para os trabalhadores, com garantia de não discriminação dos operários com dependência familiar, na sua relação de emprêgo.

37. Sugestão ao Govêrno de criar institutos de seguro do desempregado no país.

38. Solicitação ao Congresso Nacional no sentido de regulamentar o direito de greve.

39. Consideração do sentido humano e justo do projeto de lei, em tramitação no Congresso, que recomenda a adoção da jornada de seis horas de trabalho para as mulheres.

40. Apêlo para o govêrno para o fiel cumprimento da lei que disciplina o impôsto sindical.

# FRONTEIRA ECONÔMICA

## Grupo Rural

*Em que bases se estabelecerão melhores condições de vida para a população rural brasileira?*

### INTRODUÇÃO

1. Jesus Cristo a si mesmo se humilhou e tomou sôbre si todos os sofrimentos humanos e a própria morte na cruz, para salvar os homens a fim de que amassem a Deus sôbre tôdas as coisas e ao próximo como a si mesmos e vivessem em amor e justiça.

2. Deus é o soberano e onipotente Senhor e Criador do mundo, da terra, dos homens e de tudo o que existe. Por isso todo homem sempre deve estar lembrado de que, juntamente com tudo que lhe foi dado, pertence a Deus.

3. Deus, em sua paternal bondade, ordenou ao homem sujeitar a terra. Como administrador dos bens da terra deve o homem, portanto, viver em responsabilidade perante Deus.

4. Estas afirmações de ordem bíblica, que revelam a nossa co-responsabilidade no estudo e solução dos problemas do homem rural brasileiro, não excluem considerações de natureza técnica e prática; pelo contrário, à luz do que constitui a base e a razão do nosso interêsse pela questão agrária, devemos analisar tão profundamente quanto possível os vários aspectos do problema. Faremos isto por meio de algumas afirmações e sugestões principalmente em tôrno de reforma agrária. Tais considerações devem constituir matéria de estudos mais constantes.

### REFORMA AGRÁRIA

5. A existência de latifúndios antieconômicos cria o fenômeno da distribuição desigual da terra; e caracteriza uma estru-

tura sócio-econômica, com desastrosas conseqüências para o homem do campo e para a economia nacional.

Sòmente uma reforma agrária em têrmos de justiça, poderá estabelecer situação nova e humana. Significa isto que devemos efetuar uma análise objetiva da estrutura atual e suas possibilidades. Fazendo uso do que está ao nosso alcance (técnica e leis) devemos promover as emendas constitucionais necessárias.

6. Em qualquer planejamento de reforma agrária é fundamental considerar a diversificação ecológica dos espaços territoriais e geo-econômicos. Estão a exigir soluções diversificadas e originais. É preciso considerar, no entanto, o fenômeno até certo ponto comum a essa realidade diversificada que é básica para um planejamento.

7. Considerando sob o aspecto humano a **produção**, a **terra** e o **trabalho** como elementos centrais de uma reforma agrária, devem ser lembrados para um planejamento adequado, os pontos que seguem.

### Relações de produção

8. A monocultura pode distorcer e impossibilitar o atendimento do consumo básico à subsistência do homem. Torna a economia e a sociedade dependentes. É poucas vêzes solução indicada. Impõem-se outras no sentido de uma não-monocultura, mas fatôres diversificados, dinâmicos, da produção. É isto a policultura fundamentada nas possibilidades ecológicas de cada região.

9. Há que intensificar a produção aos níveis do consumo real. Deve satisfazer aos grupos humanos regionais e nacionais. Necessita acompanhar o crescimento da população urbano-industrial. Observe-se neste particular que o crescimento urbano tanto aumenta o consumo como desloca mão-de-obra da zona rural. Deve-se prever isto no planejamento.

### Formas de uso da terra

10. Fomentar a justa e eqüitativa distribuição de terra a fim de evitar a concentração dela na mão de poucos, deixando

a grande maioria da população rural ou sem terra ou com exíguas faixas improdutivas.

11. Promover o estabelecimento de dimensões, formas e localização de terras; possibilidade de emprêgo de uma tecnologia atualizada; mecanização intensiva, açudagem e irrigação sem prejuízo do trabalho intensivo.

12. Promover a experimentação de formas que se caracterizam por sua autenticidade e funcionalidade, evitando partir sòmente de «modelos» habituais (do Brasil ou do exterior). Dêste modo as formas de uso da terra deveriam pelo menos:

a. ser estabelecidas, de acôrdo com a formação cultural do homem, criação e aperfeiçoamento da técnica de trabalho no seio do grupo humano;
b. ajustar-se às características ecológicas da área a que se pretendem aplicar, bem como estar em função das possibilidades econômicas da região;
c. levar em conta a disponibilidade de pessoal técnico e administrativo, com vistas à condução do sistema que se pretende pôr em funcionamento;
d. estar ìntimamente ligadas com um sistema de organização apropriado (por exemplo a forma cooperativa de organização, abaixo minudenciada).

**Relações de trabalho**

13. Estabelecer providências no sentido de que não seja permitido o aviltamento do trabalho rural.

14. Dignificar o trabalho em têrmos reais — sob a forma de habitação, alimentação, educação, saúde, tempo livre, etc.

15. Estabelecer condições que possibilitem efetiva integração dos trabalhadores rurais nos empreendimentos agrícolas através de constante treinamento técnico e educação de base.

16. Promover, como aspiração do evangelismo nacional, a extensão de benefícios de leis trabalhistas aos do campo. Êles precisam obter a garantia da previdência social, da estabilidade, assistência médica e outros benefícios sociais comuns aos trabalhadores urbanos.

17. Uma revisão da estrutura agrária dentro do que foi sugerido se baseará na reorganização das populações rurais. É necessário vitalizar essas populações com uniões agrícolas ou sindicatos e cooperativas, a fim de por meio delas o agricultor se fazer ouvir junto aos órgãos competentes e na defesa dos interêsses da classe e, conseqüentemente, dos próprios interêsses.

**Financiamento**

18. A efetivação de sistema real e concreto de financiamento a maior número da população rural assume particular relevância. Será feita na forma de crédito supervisionando (com assistência técnica), especialmente através de agências públicas, e em função de planejamentos alcançados e consentidos.

**Sindicalização**

19. A sindicalização rural deve ser incentivada, efetivando-se, inclusive, alguns preceitos constitucionais esquecidos ou relegados. Da mesma forma deve recomendar-se a constituição de federações e confederações de sindicatos, a fim de que melhor atuem nos planos regionais e nacional.

**Cooperativismo**

20. Reconhecemos no cooperativismo, na sua genuína acepção a forma adequada para enfrentar problemas sócio-econômicos que desafiam nossa consciência e ação. Em linhas gerais o cooperativismo é o que segue:

a. Fundamentado num corpo social de membros conscientes das necessidades que enfrentam.
b. Constituído de filiação livre, respeitando-se a legislação brasileira pertinente.
c. Associação de caráter eminentemente democrático; cada membro um voto, independente de sua quota parte subs-

crita. Embora a decisão final seja da assembléia de todos, cada um tem oportunidade, por delegação daquela de gerenciar a cooperativa.

d. A finalidade é **servir** a seus cooperados, evitando a formação de lucros ociosos; recompensando os associados na forma de retôrno das sobras de balanço; ou pelo reinvestimento delas em benefício comum.

e. Sendo um sistema sócio-econômico complexo, sua atividade não se limita apenas ao campo econômico-financeiro, mas inclui programação permanente de caráter educativo, recreacional, cultural, etc.

21. Reconhecemos, pois, a necessidade de organização de cooperativas (especialmente do tipo misto) dentro de um prazo tão curto quanto possível. A urgência de novas formas de organização social mais o exige.

## RECOMENDAÇÕES FINAIS

### Projetos-pilôto

22. As comunidades evangélicas deveriam examinar a conveniência e as possibilidades de promoção de projetos agrários. O Departamento de Imigração e Colonização (C.E.B.) é órgão competente para orientá-las. A sua experiência recomenda-o. É a necessidade de experimentar formas diversificadas do uso da terra.

### Importância da política na reforma agrária

23. Sugerimos às organizações evengélicas a necessidade de um despertamento da consciência para o significado das eleições a postos políticos. A composição das duas casas do Congresso é a chave para a efetivação de uma reforma agrária e em têrmos de justiça.

**Reestruturação das comunidades evangélicas em zona rural**

24. Às comunidades evangélicas localizadas no meio rural, sugerimos considerarem a possibilidade de reestruturação de suas atividades e formas. Reestruturação no que fôr oportuno, em função do processo de mudança e de reforma das estruturas agrárias.

**Conferência sôbre reforma agrária**

25. Sugerimos ao Setor de Responsabilidade Social da Igreja que promova estudos sôbre reforma agrária, incluindo aspectos teológicos e tecnológicos do problema.

# FRONTEIRA CULTURAL

## Grupo Educacional

*Como deve a educação participar do processo revolucionório brasileiro?*

### O SISTEMA EDUCACIONAL BRASILEIRO

1. Uma análise do sistema educacional brasileiro mostra que a nossa educação tem sido importada (França e Estados Unidos) e está, por isso mesmo, alheia à realidade brasileira. Esta conclusão encaminha nossas considerações para alguns campos da educação brasileira, principalmente a educação de base e a reforma universitária.

### EDUCAÇÃO DE BASE

2. Qualquer mudança radical do proceso da educação brasileira deve partir da compreensão dos problemas dos seus beneficiários e da sua participação nêle. Sem isto tais reformas não atingirão aquêles a quem deve servir. Sòmente compreendendo a realidade da situação da grande maioria do povo brasileiro — e dos seus 51 % de analfabetos — se poderá promover verdadeira educação de base. Todo plano de reformulação tem de incluir a educação. Assim, o problema do analfabetismo deverá ser solucionado à luz de uma sociedade renovada e precisará contar com a presença e participação da Igreja.

### REFORMA UNIVERSITARIA

3. Sòmente partindo da atual realidade do ensino universitário será possível estabelecer uma reforma realista e profunda neste campo da educação brasileira e dela participar. Que é que caracteriza a Universidade, no momento?

4. Em traços muito gerais pode dizer-se que a Universidade não se preocupa — e não tem mesmo condições para isto — em constituir novos quadros que atuem efetivamente na vida nacional. Isto decorre, sobretudo, do seu caráter fechado. A cátedra tem sido privilégio de um grupo de verdadeiros donos de cadeiras. Os estudantes, se por um lado encontram barreiras imensas que dificultam a sua entrada na Universidade, por outro lado, tantas vêzes, dão apenas sentido utilitarista à carreira que escolheram, pela qual obtêm um título que lhes garante melhores condições de vida. Apenas por esfôrço próprio o estudante consegue romper o que a situação que lhe é oferecida dentro da estrutura atual na Universidade. Êstes fatos acentuam a evidência de que não se pode solucionar o problema universitário sem que primeiro se resolvam os problemas da educação primária e do ensino médio.

5. A reforma que se reclama é, ainda acima de tudo, a da democratização da Universidade. Não a supressão de exames vestibulares ou facilidades outras mas a sua integração no processo de desenvolvimento que se opera no país.

6. Há no Brasil excesso de especializações, o que é bom até certo ponto, mas não adiante das condições econômicas atuais.

De modo geral, as despesas que o Govêrno assume com o estudante universitário que se especializa são enormes. O técnico custa alto preço ao Brasil e, na hora de servi-lo, ou se nega a fazê-lo ou não encontra condições para tal.

7. É importante e urgente o levantamento de dados para focalização precisa e verdadeira do problema. O fenômeno é de superestrutura e não se pode perder de vista que a reforma universitária sòmente será atendida satisfatòriamente quando os problemas de infra-estrutura forem atacados, levando-se em consideração os seguintes pontos:

a. Nossa Universidade é antidemocrática porque o critério de seleção é, via de regra, arbitrário.

b. Os currículos e programas universitários estão alheios à realidade brasileira.

c. A Universidade não está articulada com o ensino médio e o estudante perde um ano para enfrentar exames vestibulares.

d. Há poucas vagas nas Faculdades e o exame vestibular existe para reprovar. É uma seleção injusta, uma vez que não prova o conhecimento nem seleciona por aptidão ou maturidade, mas simplesmente tem como critério limitação do número de alunos.

e. A Universidade deve ser um instituto de pesquisas, o que não acontece no Brasil, onde o aluno apenas assiste às aulas. Não há suficientes cursos de extensão para atualizar e aperfeiçoar os formados.

8. A educação deve ser **brasileira** — o que significa tomar a sério os quadros regionais e municipais — e criar condições para que o ensino sirva ao país partindo de uma verdadeira integração. Neste sentido parece que o ensino público é o mais democrático e, portanto, precisa ser apoiado e defendido.

## EDUCAÇÃO CRISTÃ

9. Em que medida a educação pode ser cristã e que caracteriza a nossa resposta dentro do processo revolucionário brasileiro? Sem tentar pròpriamente estabelecer definições lembrou-se que educação difere de instrução (simples acúmulo de informações) pelo fato de ser a expressão e a auto-expressão da personalidade em todos os seus aspectos, inserida no processo social.

10. A partir dêste ponto de vista devemos considerar o atual sistema educacional brasileiro iníquo. A educação não é um objeto de produção. Não se pode negar o seu aspecto espiritual, que independe da confissão religiosa, muito menos descurar dêle. Por isto, é importante considerar o **conceito** e o **destino** do homem, assim como a missão e interpretação da história. Êstes pontos, no momento presente, são de suma importância, em face do choque entre o ponto de vista cristão e o marxista, uma vez que êste nega a transcendência do homem. Também é importante

considerar, mais a fundo, as bases teológicas do problema. Educação que não atinge a personalidade total não é educação cristã. A educação cristã tem sentido remidor.

11. Educação cristã é aquela que dá testemunho de Cristo. A educação é tanto mais cristã quanto melhor prepare o terreno para a atuação da Igreja. O problema do testemunho não é questão de comunicar uma experiência pessoal. A educação é cristã na medida em que ela é ato de amor e de justiça. A educação é cristã quando na relação professor-aluno Jesus Cristo está presente. A educação não se realiza apenas nas instituições, mas na vida. A educação é cristã na medida que leva o indivíduo a tomar consciência da sua dignidade.

## COLÉGIOS EVANGÉLICOS

12. No geral os colégios evangélicos tradicionais, pioneiros da educação no Brasil, já não parecem acompanhar o acelerado processo brasileiro de desenvolvimento. Em certo sentido esgotaram o seu conteúdo, não renovaram a sua mensagem, e nada nôvo têm oferecido à educação. É extremamente necessária uma revisão da obra educacional dos nossos colégios à luz da presente situação brasileira e de um estudo sôbre a sua natureza e tarefa.

## ESCOLA E FAMÍLIA

13. É importante que os pais participem, de algum modo, na elaboração dos currículos e dos programas educativos extracurriculares, visto que deve haver relação entre a família e a escola. Também os problemas existentes nessas duas agências, educativas, como resultado da vida moderna, devem ser considerados. Não só o lar, mas também a escola e a igreja têm sido atingidos pelos problemas de ordem econômica e social.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

Considerando em que medida a educação pode ser cristã e o que caracteriza a nossa resposta dentro do processo revolucio-

nário brasileiro, faremos as seguintes observações e recomendações:

1. O problema educacional é uma facêta particular do problema de reforma geral da sociedade brasileira; a reestruturação dessa sociedade tem de prever profundas mudanças em matéria de educação.

2. A escola deve ser fator de transformação progressista da sociedade brasileira, dando ao aluno consciência da realidade e das possibilidades de mudança das condições existentes.

3. Numa sociedade democrática, a educação não deve constituir privilégio econômico, racial, político ou religioso sectário, no qual grandes círculos da população são excluídos do acesso às oportunidades educacionais.

4. Deve o sistema de educação identificar-se com as condições sociais, culturais e econômicas da região a que serve.

5. É imperioso promover-se a educação ajustada ao processo de desenvolvimento, à vista da sociedade crescentemente tecnológica.

6. O sistema de educação deve prever a participação efetiva dos educandos nos órgãos de orientação.

7. Cabe à Universidade, democratizada e humanizada, exercer papel relevante, inclusive na preparação de novos quadros e na reformulação do processo histórico brasileiro.

8. Os recursos públicos devem ser aplicados às escolas públicas, assegurada a liberdade ao ensino privado mantido pelos que o preferem.

9. De modo geral, as instituições educacionais evangélicas, antes vanguardeiras na formação de consciências cristãs, hoje não mais expressa, em muitos casos, a realidade

do nosso vivo interêsse pelo próximo, pois não assumiram novas formas de serviço conforme a realidade brasileira, continuando, porém, a exigir grandes preocupações e imensos recursos. Por isto, o simples aumento do número de tais instituições nestas bases, não tem maior significado.

10. Seria da maior oportunidade que a Confederação Evangélica do Brasil promovesse uma conferência de educadores e técnicos de educação, de âmbito nacional, com a finalidade de estudar mais amplamente os pontos acima, e outros, levando em conta a importância da presença de estudantes evangélicos que fazem parte de Conselhos de Educação.

# FRONTEIRA CULTURAL

## Grupo Estudantil

Qual o sentido e os meios de testemunho cristão na sociedade brasileira em transformação?

### INTRODUÇÃO

1. Tendo surgido em 1937, completa 25 anos em 1962, o movimento estudantil organizado. Inicialmente destinava-se a dar cobertura estudantil ao próprio Ministro da Educação e não tinha autenticidade. Com o decorrer dos anos, começou a tomar corpo, chegando inclusive a se constituir em forte núcleo de oposição à ditadura. Atravessou várias fases antes de atingir a atual, de tendência esquerdista.

2. A partir de 1957, as eleições têm sido disputadas num clima essencialmente ideológico, em que as esquerdas pouco a pouco têm dominado. Êste ano (1962), a oposição não conseguiu lançar candidato; de 550 faculdades existentes, compareceram 450 ao congresso, não obstante haver passagens à disposição de tôdas; pouco mais de 700 delegados votaram, sendo mais de 600 votos para o candidato único.

3. É também marcante a diferença dos componentes das direções dos movimentos estudantis nacional e estaduais hoje em dia. A média de idade dos dirigentes oscila entre 23 a 25 anos, e, com raríssimas excessões (o que antes era regra), trata-se mesmo de alunos e não de profissionais.

4. Cumpre detacar aqui a União Cristã de Estudantes do Brasil (UCEB) ligada à Federação Mundial Cristã de estudantes com sede em Genebra. Na UCEB estão as ACAs (Associações Cristã de Acadêmicos) difundidas pelo Brasil. Tem sido movimento destinado a evangelizar os estudantes e determinado a realizar o ecumenismo nas escolas. Estuda-se, atualmente, a

possibilidade de a UCEB vir a integrar o nôvo Departamento da Juventude da Confederação Evangélica do Brasil. O Departamento está em reestruturação.

## O SENTIDO DO TESTEMUNHO CRISTÃO DO ESTUDANTE

5. O estudante cristão, vivendo os acontecimentos da vida nacional, sente, de modo especialmente agudo, urgência na atualização das formas do testemunho da Igreja na Universidade. As condições atuais de vida, a desintegração da sociedade moderna, a crise do conceito de autoridade, a hostilidade da cultura secular universitária à fé cristã — tudo isto tem contribuído para a fuga dos moços da igreja. A nova realidade do mundo moderno exige especial consideração a fim de que o testemunho cristão seja atualizado e aproveitado.

6. Tem dominado entre nós o conceito de que estudo é meio de progredir e «subir na vida». Neste contexto, testemunho cristão do estudante tem significado para muitos, quase que exclusivamente, a atitude de ser o melhor, o que não «cola», que não pratica excessos, que é exemplo moral de regeneração dos costumes. E, depois de obtido o diploma, vai o estudante, o cristão também, fazer parte de uma elite moral e cultural, ou contribuir para a comunidade social e eclesiástica a que pertence.

7. Temos hoje de dizer claramente que essa imagem de «testemunho» cristão na Escola é deficiente e deixa de lado as conseqüências mais importantes do verdadeiro testemunho. Consciente ou inconscientemente essa imagem tradicional é utilitarista, individualista e acomodada.

8. É **utilitarista** porque faz do estudo um meio de «subir na vida», de ter uma carreira e futuro garantido. Mas a concepção cristã do homem nos lembra que êle é libertado por Cristo e, portanto, se torna seu servo e, conseqüentemente, servo do próximo.

9. É **individualista.** Podemos chegar e temos chegado a esquecer os demais irmãos brasileiros, em nossa ânsia de obter o melhor lugar, de ultrapassar os demais. Temos de admitir que a imensa maioria do povo brasileiro, cujo trabalho sustenta

as Escolas e, portanto, nos sustenta nelas, está impedida de poder cursá-las.

10. Além de tudo é imagem **acomodada.** Tomamos o estado atual de coisas, da sociedade e da Escola, como bom, pois nossa visão individualista não nos permite ver além de pecados individuais e interêsses pessoais. Simplesmente aceitamos o que acontece à nossa volta. Não queremos misturar-nos «no mundo».

11. O que mais nos impressiona, como estudantes cristãos, hoje, é verificar que aquela concepção tradicional de testemunho, por sua omissão, se tem prestado por vêzes a ser instrumento de preservação do **status** social, o que vale dizer, à manutenção da Escola como privilégio de poucos e instrumento de dominação social. Que fazer? Nossa tarefa mais urgente é reformar a mentalidade. Devemos deixar de lado a imagem utilitarista, individualista acomodada, e colocar em seu lugar uma imagem revolucionária, comunitária e de serviço.

12. Ser cristão na Escola significa servir. Significa preocupar-se pelos colegas e lutar pelos problemas comuns. O testemunho cristão há de ser também comunitário. Temos de estudar juntos, evangélicos de todos os ramos, o sentido do nosso testemunho; ainda mais, a nossa própria relação com a cultura não pode ser individualista. Temos de nos preocupar com o acesso à cultura, também das classes menos favorecidas, que estão atualmente dificultadas de fazê-lo.

13. Ser estudante cristão é, ainda, ser revolucionário no melhor sentido. Pois revolucionar é transformar radicalmente as estruturas injustas. Aqui está, pois, uma questão que exige decisão imediata. Não há dúvida de que a Escola está intimamente ligada à sociedade como um todo. Verificamos hoje a iniqüidade de nossas estruturas sociais e atestamos achar-nos entrando em um processo de mudança total. Ser cristão é estar cativo, em nome de Cristo, na luta pela libertação do homem brasileiro de suas escravizações. Desta maneira a tese de que o estudante só deve estudar, cai por terra. Estudar apenas, no atual momento brasileiro seria furtar-se à luta, contribuindo para que a situação atual de injustiça prevaleça.

14. O manter-se alienado ou não consciente da realidade brasileira é perder uma das raras oportunidades de dar teste-

munho relevante na vida estudantil. Igualmente importante é levar ao conhecimento de outros esta realidade. O estudante cristão deve despertar todos aquêles que, a despeito da boa vontade e intenção, corroboram com as fôrças mantenedoras do «status quo». Estamos conscientes também dos perigos de substituir formas tradicionais por outros princípios que também se vão tornando inoperantes. Daí crermos que o testemunho cristão é dinâmico — participação na vida, morte e ressurreição de Jesus Cristo. As formas de ação devem ser descobertas no exercício da própria missão.

15. Dentro dêsse quadro geral é importante considerar o grande apêlo das chamadas **esquerdas** para o estudante. A esquerda, e não pròpriamente o marxismo, tem levantado uma série de questões relacionadas com a reformulação da vida nacional. O estudante cristão deve examinar com seriedade a significação e a origem dêsses apelos.

## REFORMA UNIVERSITÁRIA

16. O verdadeiro significado e alcance da Reforma Universitária deve ser entendido no contexto das Reformas de Base. Isolada, ela é apenas uma reforma administrativa de muito pouco sentido.

17. Entendemos que a universidade brasileira de nossos dias é, em parte, uma entidade a serviço de uma classe dominadora, alienada e alienante da realidade brasileira; serve como formadora e preservadora de uma elite pouco preocupada com o homem brasileiro, antes, porém, muito cônscia da tarefa de preservar os quadros de estrutura social vigente.

18. Num país em que até certo ponto a cultura é privilégio de classe em que sòmente 1% dos alunos que entram na escola primária chega à universidade, em que as fôrças do mal se manifestam nas mais variadas e sutis formas, aviltando o ser humano e retirando dêle tôda possibilidade de realização, a tarefa do cristão é particularmente espinhosa. Torna-se difícil pregar as boas novas do Evangelho de Cristo a um povo em estado de alienação ou quase revolta, que em sua maioria é analfabeto e carece das mais ínfimas necessidades básicas para a vida.

Uma das formas sutis de que se valem os homens para manter essa dominação injusta e opressora, que não é mais do que outra forma de pecado no mundo, é o cerceamento da instrução ao próximo.

19. Cremos fortemente que a Reforma Universitária deve ser, antes de tudo, uma **democratização do ensino**, uma abertura dos portões universitários a tôda a gente. Ali a seleção necessária será feita por mérito e capacidade de cada um, e nunca de acôrdo com as possibilidades econômicas. Êste é o primeiro ponto a ser atingido e constitui, por si só, uma reviravolta total nas estruturas. O cristão deve lutar por todos os meios ao seu alcance por aspiração, pois a religião de Jesus Cristo nunca fêz seleção econômica.

20. O segundo ponto é uma **reformulação de finalidades.** A Universidade atual, a par de vários outros defeitos, tem, como tônica, certa desvinculação da realidade brasileira. Currículos obsoletos, vazios; formulação importada e mal adaptada, longe das reais necessidades do país. Não se compreende que um país, em que o número de médicos é impressionantemente insuficiente, as vagas nas escolas de medicina continuem as mesmas de 3 ou 4 anos atrás. Para que se faça a Reforma Universitária devem ser mudadas as estruturas controladoras, inserindo-se mais uma vez no contexto geral de amplas reformas de base.

21. O primeiro passo para se conseguir alguma coisa é tocar na estrutura da Universidade pròpriamente dita. Por isso, os estudantes universitários têm desejado a participação nos órgãos da Universidade. Assim, cremos que a posição de coerência do cristão, hoje, no Brasil, é reconhecer essa reivindicação tomando posição não ao lado dêste ou daquele grupo, mas firmando-se no reconhecimento da injustiça da estrutura atual da Universidade brasileira, e dispondo-se a lutar contra ela.

22. Reconhecemos que é dever do estudante cristão brasileiro estar alistado na luta da sua classe, como genuíno cristão que ama o seu próximo e a sua comunidade, procurando servi-los e eliminar do seu meio tôda injustiça. É necessário que a Igreja sinta, compreenda, assista e ame o movimento estudantil brasileiro para lhe dar forma e conteúdo cristão.

23. Entendemos que há necessidade permanente de atualização das formas de testemunho, as quais devem obedecer estritamente à urgência da proclamação do senhorio de Cristo à luz da realidade dinâmica do mundo contemporâneo. Concluímos ainda que, em vista das necessidades e do quadro atual do Brasil, o testemunho do estudante cristão brasileiro terá de ser forçosamente consubstanciado numa posição revolucionária que expresse a sua insatisfação pelo «status» vigente, que, em têrmos cristãos, consideramos injusto e inadequado.

24. Comprendendo, que a ação de Deus se faz no sentido da dignificação do homem, através de seus filhos, cremos que a participação do estudante cristão nesta luta pela humanização se deve fazer através de movimentos que, realmente, encarnem a preocupação pela justiça, dentro do próprio espírito critão que pugna com as armas do amor.

25. Achamos por bem sugerir aos estudantes que organizem, de acôrdo com as autoridades da igreja local, comissões de estudos que visem ao estabelecimento, de conexão real entre a fé cristã e a realidade em que vivemos. Fazê-lo através de pesquisas e estudos sociais, políticos, teológicos, econômicos, filosóficos, etc., e que essas comissões entrem em contato com o Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil.

# FRONTEIRA CULTURAL

## Grupo de Arte e Comunicação

Sob que forma serve a arte de meio de comunicação do evangelho à sociedade contemporânea?

### INTRODUÇÃO

**Bases Bíblicas e Teológicas**

1. Cremos que a arte é dom de Deus, que nos vem através da expressão criadora do próprio Deus, Pai, Filho e Espírito Santo. Através de Deus Pai, porque êle nos fêz à sua imagem e semelhança e, portanto, participantes de sua criatividade encarnada na realidade das coisas; exige que esta criatividade se faça carne, se comunique, se transmita, santifique o comum e enalteça o que se assemelhava de pouca valia. Através de Deus Espírito Santo, porque êle é quem inspira o artista na luta por sua integridade e no desejo de criar comunidade. A sua obra, à semelhança da obra do Espírito Santo, tem então o dom de unificação, de dar sentido a homens isolados que, de repente, se sentem compreendidos e revelados uns aos outros.

2. Cremos que o artista, no espírito de Jesus Cristo, nosso Mestre, é chamado a levar a sua cruz — a cruz que tem como um braço a autenticidade e o chamado, e lealdade a si mesmo e a quem o chamou; e que tem como outro braço a responsabilidade social, a responsabilidade de comunicação daquilo que recebeu, para que sirva ao bem comum. Aquêle que é fiel à cruz participa, com Cristo, da graça profética e sacerdotal. Na sua fidelidade a quem o chamou, êle é profeta; no seu serviço à comunidade da qual faz parte, êle é sacerdote.

3. A tentação de todo artista é descer desta cruz. A sua tentação é ser profeta sem ser sacerdote, ou ser sacerdote sem ser profeta. Ou não ser nem um nem outro. Mas o cristão só pode

ser autêntico quando aceita a cruz com tôda a sua angústia, dor, sofrimento e redenção.

## CULTURA E IGREJA

4. A nossa preocupação é, em parte, uma tentativa de compreender melhor a atual cultura brasileira, através de suas expressões e interpretações artísticas; e levar a Igreja a um exame de consciência quanto à sua compreensão desta cultura e real aceitação dela. Perguntamos até que ponto a Igreja Evangélica tem penetrado a nossa cultura autêntica, ou se identificado com ela; e, até onde se tem sobreposto artificialmente a ela, ou se colocado ao lado dela, criando assim uma espécie de «subcultura da Igreja», que não tem raízes na tradição cultural brasileira, nem terá futuro nela.

5. Isolando-nos da cultura geral brasileira não podemos participar da revolução social e cultural do país. Isolar-se é ignorar a contribuição positiva das manifestações artísticas para a compreensão dessa cultura. Temos de **comunicar** de forma compreensível a mensagem da Igreja ao povo.

6. A Igreja tem de se apossar dos meios de comunicação mais eficientes para atingir as várias camadas e grupos sociais. Para isto utiliza as formas de consciencialização mais bem compreendidas e mais divulgadas entre o povo brasileiro, e procura mesmo novas formas de expressão.

7. Não é preciso rejeitar totalmente as contribuições estrangeiras, naquilo que elas têm de valor para enriquecer a condição brasileira. É, porém, necessário abrasileirá-las. É na sua particularidade e identificação com o povo que uma obra artística ou outra instituição cultural podem atingir e manifestar valores universais que contribuam para a verdadeira humanização do homem, manifestada na encarnação de Jesus Cristo.

## A ARTE CRISTÃ

8. A tendência de alguns é de encampar qualquer obra de arte que manifeste preocupações em se identificar com as da fé cristã, e chamar estas obras de «arte cristã». Cremos que

esta categoria deve ser reservada apenas para as obras cujos artistas são cristãos convictos e proclamam que a sua fé motiva a sua obra.

9. Somos forçados, no entanto a reconhecer que não são apenas os cristãos professos que se utilizam dos símbolos plásticos, dramáticos e musicais por tradição identificada com a fé cristã, e que atingem o objetivo de comunicar a mensagem dessa fé. Êles, às vêzes, falham completamente na sua missão de anunciar uma mensagem; fazem, em vez de arte, mera propaganda. Outros, que não reconhecem a Cristo como Senhor, conseguem fazer interpretações reais da situação humana que coincidem com a interpretação cristã. A Igreja precisa levar a sério estas expressões artísticas, de pessoas que estão fora da sua grei. Tais expressões contribuem para a comunicação da sua mensagem.

## O ARTISTA-SERVO DA HUMANIDADE

10. O artista que reflete e focaliza na sua obra as angústias da humanidade de sua época torna-se voz e servo das reivindicações dos que sofrem. Sensível, não suporta a solidão coletiva do sofrimento, à qual se vincula no ato de se fazer servo, e anseia ser ouvido e compreendido pela sociedade nessa árdua tarefa. Angustia-se por estabelecer comunicação entre os que serve e o restante da humanidade desconhecedora do sofrimento, para que se efetive entre êles a «Comunhão» que lhes falta. O próprio artista serve de veículo através de sua obra, a fim de que se quebre a solidão do que sofre e a indiferença que caracteriza os que ignoram o sofrimento do irmão, ou, pior ainda, que conhecem e não se interessam.

11. O artista torna-se intérprete do mundo apenas «em enigma». Usa a sua percepção e sensibilidade para fazer uma seleção da grande miscelânea que é o panorama cotidiano. Êle o apresenta de forma «purificada», isto é, com os elementos essenciais enfatizados e focalizados, livre do material acessório muitas vêzes confundido com o essencial.

12. Como servo, o artista tem a função profética de apontar e denunciar as injustiças da sociedade; de fazer-se advogado

dos inocentes, e reclamar pela justiça. Também é sua tarefa levar a humanidade a ver novamente, no meio da corrupção e degradação, as manifestações da mão de Deus agindo na história para chamar a humanidade a ser fiel aos seus propósitos com o mundo.

13. Temos permanecido por muito tempo surdos à voz do artista, à sua contribuição para o bom conhecimento da sociedade. Muito pouco temos aproveitado das possibilidades da arte. A Igreja, a fim de servir melhor à sociedade, e para melhor comunicação da Palavra de Deus, deve valer-se de todos os meios de comunicação a seu dispor.

14. Igreja e artista com melhor informação e compreensão mútua podem ajudar a comunhão homem e homem, homem e Deus. Isto é o que chamamos «humanização». O homem dêste século em meio a fôrças econômico-sociais e a ideologias, precisa ser levado a retomar a consciência de criatura divina, objeto do amor divino.

15. Mas a missão do artista, servo, não se limita ao exercício de papel conscientizador. Como criador de beleza, contribui para a valorização constante do ser humano numa época em que a verdadeira imagem do homem se vai perdendo. A Igreja deve manter em alta conta as manifestações artísticas populares e eruditas, estimulando-as e respeitando-as como produtos da capacidade criadora do homem. O folclore, a cerâmica popular, a música popular, a literatura de cordel, etc., não menos que a produção dos artistas «eruditos», merecem da parte dos evangélicos, maior atenção e respeito. Valorizando-as a Igreja valoriza o homem, ameaçado de desumanização, dentro da atual estrutura política e econômica.

16. No entanto, numa época revolucionária o artista ansioso de servir, é chamado a fazer arte conscientizadora em prejuízo, às vêzes, de sua preocupação puramente estética. É o preço que tem a pagar na sua condição de servo da humanidade.

## CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

17. Promover um simpósio, conferências ou seminário sôbre problemas da arte em geral e muito particularmente sôbre a

função do artista como elemento de conscientização. Êste é o ponto mais urgente, de vez que a presente conjuntura exige da Igreja a redescoberta de seu ministério no processo revolucionário brasileiro e do qual a arte pode ser instrumento apreciável.

18. Elaborar e distribuir, através do Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil, material que contribua para o diálogo com o artista não cristão, especialmente com aquêle que esteja expressando interpretação do mundo que coincida com as afirmações da fé cristã.

19. Estimular a promoção pelas igrejas e comunidades locais de exposições periódicas de artes plásticas, dentro do espírito das considerações introdutivas dêste relatório.

20. Divulgar obra de alto padrão artístico e autêntico dentro da cultura brasileira, especialmente as que possam contribuir para a conscientização do povo com respeito à sua situação.

21. Elaborar estudos e trabalhos de interpretação cristã das correntes artísticas e literárias atuais no Brasil e no mundo, como orientação para os crentes.

22. Estudar a possibilidade de organização de oficinas de trabalho durante conferências, para que haja oportunidade de expressão artística da preocupação dêsses encontros.

23. Promover gestões com o fito de organizar um museu vivo de folclore, de instituições de amparo e promoção do artesanato brasileiro, notadamente a tecelagem.

24. Encaminhar aos periódicos evangélicos, através do Setor de Responsabilidade Social da Igreja, material sôbre arte.

25. Promover a fundação de centros de debates sôbre cinema e teatro nas igrejas, fornecendo-lhes material e subsídios.

26. Coordenar possibilidades de bôlsas de estudos no país e no estrangeiro para artistas.

27. Ativar a participação de grupos cristãos nos movimentos de disseminação da cultura e da arte entre o povo, no país e no estrangeiro.

28. Inspirar a formação e desenvolvimento profissional de artistas dentro da comunidade, dando-lhes o apoio e o cuidado pastoral de que precisam no exercício de sua vocação.

29. Manter no Setor de Responsabilidade Social da Igreja da Confederação Evangélica do Brasil relação de especialistas nas várias artes, para consulta de elementos da igreja e interessados.

30. Desenvolver iniciativas de uso de formas de cultura brasileira por parte da Igreja. Temas folclóricos na música; revalorização de tradições natalinas nas artes plásticas, e outras.

33. Reformular os padrões artísticos do material de educação cristã e das Escolas Dominicais. Dar ênfase à capacidade criativa e realizadora da criança, e à aculturação da Igreja de modo geral.

34. Incentivar a produção e montagem de filmes e peças teatrais de caráter sério e alto padrão artístico, que comuniquem a interpretação cristã do mundo.

35. Promover consultas e seminários com especialistas, sôbre aspectos da arte que interessam à Igreja, tais como a utilização de novas formas da música, da arquitetura, e das artes plásticas e dramáticas contemporâneas.

36. Imprensa, rádio e televisão no Brasil, temas de importância fundamental que envolvem opinião pública, vida econômica, social e política pela sua espantosa amplitude necessitam ser considerados à parte. Recomendamos ao Setor de Responsabilidade Social da Igreja que promova consulta a êste respeito, tanta é a sua importância.

# CIDADANIA RESPONSÁVEL NAS SITUAÇÕES HISTÓRICAS

## (Apêndice)

Em meio às rápidas mudanças sociais, o cristão e a Igreja Evangélica têm uma responsabilidade de caráter especial; a mesma rapidez de transformação da ordem cria o perigo de que fiquem atrás em seu pensamento social e preguem um evangelho que não seja compreensível ou adequado às necessidades da ordem em mudança.

Essa responsabilidade surge das seguintes afirmações de nossa fé:

1. Os propósitos de Deus incluem a justiça nas relações pessoais entre indivíduos e indivíduo, como também nas relações coletivas entre grupos sociais. «Cristo é a nossa paz, o qual de ambos fêz um; e, tendo derrubado a parede da separação que estava no meio... para que dos dois criasse em si mesmo nôvo homem, fazendo a paz, e reconciliasse ambos em um só corpo com Deus, por intermédio da cruz» (Efésios 2: 14, 16).

2. Nos grandes setores evangélicos se tem interpretado a fé cristã em têrmos individuais, sem preocupar-se adequadamente pelas obrigações que impõe a fé cristã na ordem político-social. «Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos» (Marcos 10: 45).

3. Cristo chama-nos ao arrependimento individual e coletivo, pois todos estamos implicados no pecado de nossas nações. «Pensais que êsses galileus eram mais pecadores do que todos os outros galileus, por terem padecido estas coisas? Não eram, eu vos afirmo; se porém, não vos arrependerdes, todos igualmente, perecereis». (Lucas 13: 2, 3).

4. Uma expressão do pecado que cometem todos os sêres humanos é a tendência a dar maior importância aos interêsses da sociedade. «Disse Caim: Acaso sou eu tutor de meu Irmão?» (Gênesis 4: 9).

5. O homem é uma pessoa integral; portanto, seu espírito é afetado pelo que afeta seu corpo, e grande parte de sua personalidade surge das relações sociais de que desfruta. «O Deus da Paz nos santifique em tudo; e o vosso espírito, alma e corpo, sejam conservados íntegros e irrepreensíveis na vinda de Nosso Senhor Jesus Cristo».

6. Os cristãos são responsáveis por tudo, diante de Cristo, e da obra de Deus em Cristo, e esta responsabilidade os faz livres da influência de tôdas as ideologias. «Eu sou o caminho, a verdade, e a vida; ninguém vem ao Pai senão por mim». (João 14:6). «A nossa luta não é contra o sangue e a carne, e, sim, contra os principados e potestades, contra os dominadores dêste mundo tenebroso, contra as fôrças espirituais do mal, nas regiões celestes».

7. Cristo chama-nos para que demos testemunho de nossa fé, partilhando-a com os outros e apresentando-a aos homens todos, não como uma série de idéias que êles possam debater e sim como um modo de viver com os homens e com Deus, afirmada por uma decisão diária e por uma permanente companhia divina. Essa partilha nos leva a servir-nos uns dos outros em amor e por amor.

8. Por outro lado há uma necessidade de sermos até certo ponto inconformados, de não nos submetermos às coisas que não são do mundo, aos seus esquemas, às suas estruturas falsas; de não sermos — a pretexto de respeitar pura e simplesmente a ordem histórica — adesistas ou conservadores no sentido estático do vocábulo, mas de nos renovarmos continuamente na busca incansável da vontade divina. «Rogo-vos..... que não vos conformeis com êste século, mas transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus» (Romanos 12: 2).

Reconhecemos que em nosso país estamos longe de contar, em nosso rol, com um bom número de cidadãos que compreendem suas responsabilidades frente à ordem política e social; reconhe-

cemos também que nossas Igrejas mesmas não têm orientado, suficiente, seus fiéis na criação de uma consciência de responsabilidade individual e coletiva frente aos prementes problemas do momento.

O «cidadão cristão responsável» conhece profundamente a fé bíblica e histórica do Cristianismo, preocupa-se por analisar e compreender a fundo a realidade histórica e política na qual vive, e traça uma relação vital entre a fé cristã e o ambiente em que desenvolve sua vida, de modo que se sinta impulsionado a participar ativamente no mundo político-social, ao seu redor.

Quanto à fé cristã reconhecemos que:

1. Não temos esclarecido devidamente, em tôdas as suas implicações, o significado do amor ao próximo, como resposta ao amor de Deus, em sua relação com a consciência e a ação político-social.

2. Temos interpretado a fé cristã em têrmos excessivamente individualistas, sem preocupar-nos com as obrigações que impõe a fé cristã na ordem político-social.

3. Temos dado muito pouca ênfase à **mensagem total evangélica**, à obrigação que nos impõe de trabalhar de maneira que a posição e o pensamento cristão, gravitem nas estruturas que definem a vida político-social do cidadão.

4. Temos esquecido, com freqüência, que Deus julga tôda instituição humana e não temos dado um **testemunho construtivo** frente às instituições político-sociais do ponto de vista dêsse juízo.

5. Temos crido que os responsáveis pelas deficiências em nossa ordem político-social são pessoas fora das fileiras evangélicas, sem reconhecer nossa cumplicidade no mesmo pecado que assinalamos, e sem buscar o perdão de Deus que pode ser a fonte de uma ação mais cristã no futuro.

Temos procurado evitar a responsabilidade de analisar o que envolve nossa fé no campo político-social, escapando com freqüência por detrás de pretextos moralistas.

Em relação às situações históricas concretas que temos que enfrentar, reconhecemos que:

1. Precisamos animar nossos companheiros, e em especial, a juventude, a que participem no mundo político-social mediante uma ativa participação cristã em movimentos cívicos, políticos,

gremistas etc..., e é preciso que os sustentemos com nossas orações e com todos os meios a nosso alcance.

2. Embora reconhecendo que Igrejas e entidades evangélicas se têm preocupado com a responsabilidade político-social do cristão evangélico, isso não tem tido a extensão e a continuidade necessária.

3. Embora em diversas oportunidades, Igrejas e entidades evangélicas tenham feito ouvir sua voz face as injustiças sociais, políticas e econômicas, assim como a respeito das restrições à liberdade em seus diversos aspectos, igualmente nos têm faltado a continuidade e a extensão em nossa ação, e em não poucos casos nos tem faltado o valor para denunciá-los.

4. Não temos feito o bastante para fortalecer os fundamentos espirituais e morais de nossas famílias, nossas comunidades e nossa sociedade, para que se vá criando um ambiente propício para a integridade pública e o respeito aos direitos alheios.

5. Não dispomos atualmente dos métodos orgânicos e administrativos necessários para manter um interêsse constante nos estudos da situação político-social e para realizar a ação a que se referem os quatro pontos precedentes.

Será que temos perdido a nossa herança revolucionária? Será que deixamos de ser os transtornadores do mundo? «Êstes que têm transtornado o mundo chegaram também aqui. Todos êstes procedem contra os decretos de César, afirmando ser Jesus outro rei. Tanto a multidão como as autoridades, ficaram agitadas ao ouvirem estas palavras».(Atos 17: 6, 8).